



EM GUERRA NA PANDEMIA

Com um governo federal de costas para o sofrimento do povo e um Congresso adepto do estado mínimo, o mundo do trabalho mergulha no caos em meio à maior crise sanitária da história do país

ENTREVISTA

O escritor uruguaio Mauricio Rosencof dá um exemplo de resiliência em entrevista ao jornalista Juca Kfour

POLÍTICA

Roda de conversa sobre diversidade trouxe os erros e acertos das igrejas dentro das favelas

CULTURA

Conheça a história das arpilleras, telas bordadas no Chile que inspiram as mulheres atingidas por barragens no Brasil



A IMAGINAÇÃO COMO ARMA

Mauricio Rosencof é, antes de tudo, um contador de histórias, bom como poucos nesse mundo. Contando histórias ele conseguiu o impossível, como sobreviver com sanidade a 13 anos de solitária, em que nem o conforto da rotina lhe foi permitido. Fazia parte da estratégia do exército trocar frequentemente os cativos, dele e de seus companheiros mantidos como reféns, para que os Tupamaros parassem de agir contra a ditadura civil-militar que havia se instalado

no país nos anos de 1970. Caso houvesse alguma ação, todos seriam mortos. Rosencof é um dos oito reféns que sobreviveram a esse período.

Eram nove os reféns, divididos em grupos de três. Rosencof, José Mujica, recém-eleito senador e ex-presidente por dois mandatos do Uruguai, e Eleuterio Fernández Huidobro, o Ñato, falecido em 2016 quando exercia o cargo de ministro de Defesa Nacional do seu país, formavam um trio e são os protagonistas de *Uma Noite de 12 Anos*, filme que conta essa história, inspirado no livro que Rosencof e Ñato prometeram - e cumpriram - escrever quando ainda se encontravam presos. Conseguiram falar entre si por meio de batidas ritmadas na parede que separava as celas e assim, batendo nas paredes, além da promessa, Rosencof ensinou histórias para Ñato contar à filha, para que ela se esquecesse de

que estava visitando o pai numa prisão, e também discutiu e tramou a revolução com Pepe e Ñato.

Foi também inventando uma história a respeito da origem de uma pequena e prosaica pedra redonda que ele consoinou a própria filha: deu a ela a pedrinha, que escapou de uma obra em sua cela, dizendo que era uma de três remanescentes daquelas que o personagem de *O Pequeno Polegar* teria usado para marcar o caminho de casa. A filha passou, então, a guardar a pedra debaixo do travesseiro, acreditando que assim o pai encontraria o caminho de volta. De certa forma, ele encontrou esse caminho por meio das histórias que inventou e que marcam sua trajetória no cativeiro como se fossem as pedras do Pequeno Polegar.

Antes de ser preso, Rosencof participou da criação do Movimento Nacional de Libertação Tupac-Amaru, os Tupama-

ros, “de longe, a guerrilha urbana mais bem organizada, mais estruturada e mais eficaz do continente”, segundo o jornalista Max Altman em artigo publicado no Brasil quando Mujica foi eleito presidente do Uruguai. E depois que saiu, produziu fértil e criativa obra literária que inclui, além de novelas, poesia e peças de teatro, encenadas no mundo todo. (veja texto na página 55)

Nessa entrevista, além de ensinar como suportou o isolamento durante seu cativeiro, o escritor conta, instigado pelo jornalista Juca Kfour, fatos e ações de que participou quando militava entre os canavieiros na fronteira, fala sobre companheiros que tornaram-se lenda em seu país, como o general Líber Seregni, mentor e articulador da Frente Ampla, coalizão eleitoral formada em 1971, tornada ilegal pela ditadura de 1973 até 1984 e à frente do governo uruguaio desde 2004. E ensina como manter a esperança em tempos duros e difíceis.

Juca Kfour — Primeiramente, muito obrigado por me receber. Segundo, gostaria de saber qual o segredo para chegar aos 87 anos tão bem. No calabouço as pessoas são longevas?

Maurício Rosencof — Eu recomendo como tratamento (*risos*). Você tocou em uma palavra que tem a ver com este evento que começa. E esse tema é a esperança. Um dos primeiros livros que tem a ver com a minha formação política e militante é um livro que li quando era garoto, de Jorge Amado, que se chamava *Cavaleiro da Esperança*. Era a história da marcha de Luiz Carlos Prestes. Talvez minha própria escrita e literatura tenham sido tocadas por *São Jorge dos Ilhéus, Terra Sem Fim*, essa obra mágica criada por Jorge Amado, e bom, *Capitães da Areia*. Essa proximidade com as pessoas, com o sentimento, o humor, a intensidade.

Juca — Me diga, como você entende que vivamos quase que isolados: os

brasileiros que falam português e os demais países da América Latina?

Maurício — Não tenho resposta para isso. Na fronteira não ocorre o que você diz, digamos, na fronteira do Uruguai com o Brasil, já é outra nacionalidade. Estive com Raul Sendic e o Pepe (José Mujica) organizando os cortadores de cana de Bella Union, e ele vivia alternadamente no Brasil e no Uruguai. Ele era já clandestino, mas os canavieiros falavam em portunhol, não falavam em espanhol. Eram pessoas que tinham como território as safras no Rio Grande, ou as safras em Corrientes (Argentina), ou as safras no Uruguai quando era época de corte de cana. Além disso, quando algum tinha um *Spika*, que na época era o que se usava, encapado, com pilhas de lanternas compradas no exterior. Era tudo o que tinham conseguido na magia da comunicação. Ouviam canções que no resto do Uruguai não estavam presentes. Havia influência e presença de intérpretes brasileiros que não eram os que ouvíamos em Montevideu.

Juca — Como, durante tantos e tantos anos no calabouço, você fez para vencer a depressão, a desesperança e o desespero?

Maurício — Vivemos uma experiência muito interessante, digamos. Estivemos na condição de reféns, porque estivemos por 13 anos isolados, a maior parte do tempo em calabouços, debaixo da terra. Não nos víamos cara a cara. Não tínhamos nem meia ração de comida, aprendemos a racionar água, a reciclar nossa urina desenvolvendo uma técnica transmissível: Em uma lata se deixa descansar até chegar à temperatura ambiente, e o que sai se deposita e logo é uma cachaça. Isso nos ajudava muito a manter o humor. Um dia se abriu uma janelinha, na noite de Natal de 1973, em um quartel perto da fronteira em Santa Clara de Olimar. Não sabíamos onde estávamos, sabíamos que éramos três: Fernandez

Aquele radinho de pilha



Spika é o nome de um modelo de rádio de pilha muito popular não apenas no Uruguai nos anos de 1960. Juca nos conta um pouco sobre ele: “Era o sonho de consumo dos adolescentes. Ganhei um de minha avó materna ao fazer 15 anos. Cuidava dele melhor que de mim mesmo. Punha debaixo do travesseiro e ouvia os jogos do Corinthians às quartas-feiras à noite, quando meus pais obrigavam que dormisse cedo por causa da escola.”

Ñato (Eleuterio Fernández Huidobro), El Pepe (José Mujica) e eu; pelos gritos, pelas reivindicações, pelas reclamações. E percebo que do outro lado da parede, alguém arranha, golpeando, mas intencionalmente. Então eu sei que ao lado está o Ñato. Sento no chão, porque podíamos sentar em qualquer parte do metro quadrado, e com o braço assim, atrás, respondo a sua “chamada telefônica”. Lentamente começa a dar curso rítmico e descubro a intenção de me passar alguma mensagem. Então pego um pedaço de reboque da parede e vou marcando as batidas que dá. De vez em quando se produzia um silêncio. Ele me enviou uma palavra naquele dia que associei ao dia. Aí a primeira letra me deu a chave. E foi assim, porque a palavra que me envia na noite de Natal foi “felicidade”. Essa foi a

palavra. Depois conseguimos, falamos, contamos histórias, fizemos revoluções, contamos sobre nossos sentimentos.

Juca — Jogaram xadrez...

Mauricio — Jogamos xadrez! Bom, aí tivemos uma disputa muito séria, muito grave. Isso foi em *Paso de Los Toros*. Tinha feito meu tabuleiro em um resto de papel de cigarros, onde marcava (*as posições das peças*). Cada vez que movia uma peça, apagava com a unha e movia para outro lugar. O Ñato tinha feito



isso na parede. E, claro, tínhamos todo o tempo do mundo para pensar, digamos, sem interferências. Então eu o chamo e movo um bispo. Ele recebe a mensagem e responde: “esse bispo não estava aí”. E eu respondo: como não estava, se eu estou vendo? E que sim, que não... Entramos em uma discussão como se fosse uma discussão política para ver que dia faríamos a revolução latino-americana, descarregando toda a raiva. Me dou conta de que estava se complicando, então dou um golpe seco, para que calasse, e me calei também. Lentamente lhe escrevo: “às vezes acho que falar com você é como falar com a parede”. Ele recebeu

isso, no tempo que levou para entender, ouço uma gargalhada do outro lado. Aí volto a te dizer, nós somos homens de humor. Tivemos discussões políticas que têm a ver com esse tema. Discutimos os três através da parede, na medida em que se passavam os meses, os anos e os quinquênios, qual era a nossa função militante naquele momento, naquelas condições em que estávamos.

Juca — A função era o testemunho?

Mauricio — Nossa função, nosso papel nesse momento é uma única palavra: resistir. Resistir implicava em muitas coisas. Não arruinar-se, não deprimir-se. Comer as unhas para recuperar proteína. E se algum dia tivesse visita, que fôssemos nós a alentar a visita, e não esperar que nos dissessem “pobrezinhos, olhe como estão”. Tínha-

mos essa atitude porque tínhamos filhos e eles nos viam. Por mais que nos recompuséssemos, não era como um passeio de domingo. Essa foi uma das discussões que tivemos. E foram longas discussões, com planos majestosos, onde as brigadas internacionais desciam dos Andes e assim se resolvia o problema que você trouxe no início (*da entrevista*), da indiferença que havia entre o Brasil e os outros países.

Juca — Você usou a palavra “resistência”. Em seu livro As cartas que nunca chegaram, há todo um capítulo fantástico sobre a palavra, em que você

vai conduzindo o leitor e a palavra não aparece, não aparece... até que aparece. Sua mãe lhe pergunta se você comeu, se está com fome. Fale-me disso.

Mauricio — Dos reféns, sobreviventes, restavam oito. Eu e os companheiros de direção e de ação fechamos a cadeia, fomos os últimos a sair. Os que não tinham casa eram abrigados pelos franciscanos em conventos. Aí vivi e quase cheguei à conversão. Meus pais estavam em um asilo, tinham sido despejados por serem meus pais. Cheguei tarde, acompanhado por alguns companheiros. Chegamos lá, a diretora do estabelecimento estava me esperando. Eles (os pais) estavam deitados, mas me esperando. Eu entrei em um quarto pequeno, me olharam como se eu fosse uma aparição. Com um sorriso, meu pai. Minha velha me contemplando profundamente e eu parado na frente deles. O silêncio é quebrado por minha mãe, com a pergunta de todas as mães: “Comeste?”. E é assim até hoje.

Juca — Ah, que beleza. Maurício, você passou, se as minhas contas estão corretas, dos 39 aos 51 anos encarcerado. Dizem que a vida começa aos 40. Portanto, durante 11 anos depois dos 40, estava preso. Qual falta te faz esse período? Ou não faz falta?

Mauricio — A vida começa no dia seguinte. Temos toda a vida pela frente. E aqueles anos, não voltaria a escolhê-los se pudesse, mas também foram dias de vida! Consegui escrever, ter discussões. Te contei uma novela, construída através de uma parede. Discuti com Pepe o problema da agricultura, o que é um atrevimento de minha parte, porque o Pepe é um especialista. Fiz alguns exercícios de memória, e é formidável, porque termina questionando a sua própria memória. E em que consiste? Digamos, em determinado momento, como não tinha nada para fazer, não podia ler, não podia escrever, não podia falar com ninguém. A

realidade tangível não se podia viver. Podia-se viver no território da imaginação, das recordações. O que era muito perigoso, porque poderia cair em depressão. Alguns companheiros caíram em depressão. Acredito que caímos todos em depressão. Comecei a recordar de todos os amores que tinha tido. E nunca cheguei a uma ruptura, ou seja, estava casado com todas. Não podia me mover no calabouço, porque estava cheio de crianças. Era um exercício mental, e também me deu a oportunidade de escrever clandestinamente. E pude tirar materiais de uma forma muito curiosa. Te conto: um dia irrompe na minha cela o cabo e, todo determinado, me disse: “Ordena o sargento que você me diga se é escritor”. Temia por um momento que fosse uma crítica literária. Respondi timidamente “sim, senhor”. E ele me disse, no mesmo tom: “O sargento lhe ordena que escreva uma carta a sua noiva”. Lhe escrevi um par de cartas. Fui escrevendo. Me trouxeram material para escrever: uma tabuinha, folhas, uma caneta e... Bom, parece que (o sargento) a seduziu, em troca ganhei dois cigarros com filtro. Me senti como o Churchill fumando seu charuto cubano depois de vencer a batalha final. A partir de então a notícia se espalhou e a cada troca de guarda, vinham e me pediam todos uma carta para a namorada, um poema para a mãe. O que ocorreu? Me davam papel, caneta. Lembro que simplifiquei e passei a fazer acrósticos. Pedia não mais do que o nome da mãe, da avó, e ia escrevendo na vertical e assim seguia. Depois me entregavam o nome e diziam “me faça um acrílico disso”.

Juca — Acrílico! (riem juntos). Essa experiência com as cartas. Teria também o valor de ter a certeza que você estava de novo escrevendo, que tinha pessoas lendo as coisas que você escrevia?

Mauricio — Nunca parei de escre-

ver. O que não podia era registrar o que escrevia. Um guarda, um ser humano formidável e que teria que ficar 72 horas de serviço, me deixou ficar com a caneta, pude escrever uma história de amor que tinha na forma de sonetos na cabeça. Os escrevi direto no papel de cigarro, depois envolvi em um pedaço de (meia de) nylon - um pequeno tubo - e escondi na barra da camiseta, que era enviada para alguém da família, para ser lavada. Assim saiu, por exemplo, *La Margarita*. São 24 sonetos, que hoje estão musicados em um disco. Foi apaixonante. E depois, por esse mecanismo pude tirar uma peça de teatro e perdi um romance. Porque não foi minha mãe quem lavou, foi a vizinha e onde estava o papel manchou de tinta. E quando essa camiseta voltou, me interrogaram sobre o que havia escrito ali. Eu disse: “poemas”. Claro, tive de convencê-los de que não era um manifesto...

Juca — Durante todo este período, quantas vezes você pode ver e estar com sua filha?

Mauricio — As visitas... As visitas eram dramáticas, porque Niger era muito pequena. Eu a via a cada dois meses por 15 minutos, em péssimas condições. Por exemplo, me levaram com um saco na cabeça. Minha filha teria então 8, 9 anos e na presença dela, de sua mãe e de meus pais, me levantaram o capuz como se fosse um trapo. E minha filha vendo tudo

isso. E depois, Ñato tinha...a filha tinha nascido em um quartel. Então, quando foi crescendo, tinha que se tratar com um psicólogo, a quem disse algo agressivo: que seu pai não tinha braços. Por que claro, sempre que o via, seus braços estavam debaixo da mesa (algemados), então ela não via nunca suas mãos. Cada vez que chegava de visita a filha de Ñato, a Gabrielita, ela chorava. Porque a revisstavam para ver se não tinha uma AK 47 nas fraldas. Um dia Ñato, depois de uma visita, me chama (*batendo na parede*) e



diz: “Vou suspender a visita. Porque faz mal à minha filha e muito mal a mim”. Eu respondo: “Se agora pensa que o papai não tem mãos, porque estão sempre algemadas, sem a visita vai pensar que não tem pai”. Conversamos, e eu disse: “tem que criar um vínculo que permita a ela dizer em vez de “vou ver o papai que está preso”, possa dizer, “vou ver o papai, para que me faça um....” ponto de interrogação. Ele desenhava muito bem, mas não podia fazer artesanato, não podia desenhar nada. (*Disse*): A única coisa que você pode fazer é uma história. (*E ele*): Deixa-me pensar. Depois de um tempo

Três fronteiras

Bella Unión é uma cidade do departamento de Artigas, no Uruguai, localizada na ponta Noroeste do País; fronteira com o Brasil, na cidade gaúcha de Barra do Quaraí; e com a Argentina, na cidade Monte Caseros, província de Corrientes. Esse encontro de três fronteiras lhe inspirou o nome e os canaviais deram-lhe o protagonismo na produção agrícola, de açúcar, mas também de hortifrutigranjeiros (legumes e hortaliças), arroz, vinhos e produtos afins. Raul Sendic era a principal liderança do Movimiento de Apoyo al Campesinado, o MAC, uma das organizações de esquerda que iria gerar o Movimento de Libertação Nacional Tupac Amaru. A ação de que nos fala Rosencof junto aos canavieiros de Bella União, na fronteira, ocorre na gênese dos Tupamaros, quando ainda se chamavam *El coordinador*, um grupo de articulação que, no início dos anos de 1960, reuniu a Federación Anarquista Uruguaya (FAU), o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), o Movimiento Revolucionario Oriental (MRO) e o MAC, de Sendic, para planejar, preparar e dirigir ações armadas contra a ditadura cívico-militar uruguaia.

caminhando lado a lado, me chama e diz: Tem razão, mas há um problema. Não conheço contos. Então lhe digo: Não há nenhum problema. Cada vez que tiver uma visita, te passo uma história para ela. Saiu um romance. Era a história de uma garotinha, pequena também, que tinha uma síndrome. Um espírito, que flutuava sobre as águas e tudo o que sonhava, se materializava. Se lia um conto sobre o Bambi, no outro dia o Bambi estava dor-

mindando no pé da cama da menina. Realizava os sonhos. Então tiveram que fazer um redutor de sonho realizado, porque uma vez viu Moby Dick na TV e, finalmente tinha Moby Dick numa banheira. Deixava coberto de gelo para que não estranhasse. Com isso queria dizer-lhe, de alguma maneira, que os sonhos de uma criança não cabem em uma peça, como os sonhos de um preso não cabem em um calabouço.

Juca — E como é para você, hoje, a convivência com sua filha e sua neta?

Mauricio — Sim...minha neta é algo assim como a pedra da coluna de amor. Pude viver a infância dela como não pude viver a de minha filha. O que passa é que agora já tem 25 anos. Como crescem! Por isso que quando você disse que a vida começa aos 40, a essa altura especulo que talvez comece aos 80. Assim, com alguns descontos, me sinto todos os dias quando acordo. É uma graça divina. Há uma pergunta que você fez e a resposta ficou incompleta, sobre a questão dos calabouços. Nós soubemos, por uma mensagem de uma visita, que um companheiro estava mal, com um câncer na cabeça. Era um refém que finalmente morreu. Vimos que não o trataram, que Raul Sendic estava mal e não o tratavam. Nós vimos também que Pepe estaria em dificuldade se não fosse tratado. Então combinei com o Ñato, porque Pepe deixou de se comunicar conosco. Não queria que o chamássemos, porque em sua imaginação acreditava que haviam instalado um microfone dentro do calabouço para ver o que ele dizia, se falava sozinho ou se falava dormindo. Eu e Ñato juramos que, se algum de nós sáísse vivo e em condições, o que não era fácil; iríamos dar testemunho de toda essa peripécia. Fizemos esse juramento debaixo da terra e através do muro. Quando saímos, fomos para o convento como te contei, e ali chegavam companheiros que haviam saído da prisão, que vinham de diferentes



lugares, que não era o mesmo que vir de Espanha ou Suécia. Eles reorganizaram o movimento. Assim ficamos ajudando nisso e acertamos de passar alguns dias em um sítio que era do meu pai, em Las Toscas, mais sagrado que as coisas do mar. Conseguimos um gravador, nos compraram fitas cassete, algumas gravadas com canções de *Los Olimareños*, por exemplo. Então, de uma tirada, em poucos dias, três, quatro dias, gravamos 47 fitas. De dia, a mate e à noite, a combustível. E saíram *Memórias del Calabouço*. Nós saímos em 1985 e o primeiro tomo, porque na medida em que íamos escrevendo, nos gravavam, em 1987. Assim cumprimos nosso trato.

Juca — Mauricio, você, bem, todos vocês, saem do calabouço e depois de terem sido dos Tupamaros, fundam a Frente Ampla. Uma coisa que não é apenas uma frente de esquerda. Uma frente com todos. Conte como foi possível a convivência, por exemplo, com o general (Líber) Seregni? Fale-me sobre a Frente Ampla, uma coisa tão necessária hoje no Brasil.

Mauricio — Essa mesma pergunta o Salvador Allende me fez no Chile, um dia em que estávamos em uma reunião. Realmente é um trabalho que tem a ver com as raízes históricas do País. Naqueles dias (1971) houve uma eleição muito disputada, que acabamos perdendo. Vejo que hoje há discursos polarizados, mas conversar e discutir problemas de Estado, buscar entendimento é algo integrado a uma tradição. Voltando à fronteira, um famoso caudilho que agora já é um caudilho nacional e na época era um caudilho dos blancos (Partido Nacional, ou “dos Blancos”, conservador), foi alçado contra o governo “colorado” (Partido Colorado, de centro-direita). Aqui o chamamos de Sarábia, e na fronteira é Saraiva. Aparício Saraiva tinha que enfrentar um exército dos Colorado, que acaudilharam um irmão dele. Imagine, dois irmãos guerreando entre si. Mas em algum momento fizeram uma pausa, para poderem se encontrar para falar da mãe, de suas terras, de suas histórias e de como ia a guerra. Essas pequenas histórias, de alguma maneira, construíram essa possibilidade. E Seregni foi um militar absolutamente

excepcional. Era o chefe militar número um durante o governo de Pacheco (Jorge Pacheco Areco, jornalista e diplomata, ocupou a presidência entre 1967 e 1972), que reprime o movimento dos trabalhadores. É criado um esquadrão da morte e Pacheco faz o exército intervir, para que Seregni comande a repressão. E ele, o que faz? Vai ao palácio do governo e renuncia ao cargo, dizendo que o exército uruguaio não foi criado para reprimir trabalhadores. A partir daí entra na ação política. Já tinha um grupo dentro do exército de pessoas da esquerda e começa a fazer contatos. Se dá conta que o secretário geral dos Democratas Cristãos, e o homem mais votado dentro do Partido Colorado, chamado Michellini, e dirigentes do Partido Comunista e do Partido Socialista, podiam conversar em comum e fazer um programa, discutir suas diferenças e articular acordos em torno de questões que tivessem concordância. Sobre essa base se construiu, e sobre essa base fizemos algumas coisas que tem a ver com o Brasil. Nas eleições de 1971, havia o risco de que Wilson (Wilson Ferreira, candidato pelo Partido Nacional) ganhasse e que se entendesse com a Frente Ampla, que já estava criada, com Seregni como candidato na cabeça. Era mais difícil do que ganhar a Frente, mas havia muita inquietação, não só por parte do governo uruguaio, mas do governo brasileiro. Apareceram na fronteira operações como a Poncho Verde e outra que não me lembro o nome. E tínhamos informações de fontes diferentes de que se houvesse uma mudança política aqui, teríamos o exército da ditadura brasileira na fronteira.

Juca — Fidel Castro lhe advertiu sobre isso?

Mauricio — Sim, exatamente. Estávamos na casa de Piñeiro, o Barba Roja (Manuel Piñeiro Losada, figura política e militar cubana), em uma reunião e ele nos alertou que tinha informações de que, se ganhássemos a eleição, se teria os brasi-

La Margarita

Os sonetos, 25 no total, contam a história de um primeiro amor, dirigido a jovem pobre e imaginária Margarita, que seria vizinha do autor. Em 1994, o compositor de rock uruguaio Jaime Roos, bastante popular em seu país, musicou 15 deles e os gravou em disco conceitual, reeditado depois em CD. Hoje é possível ouvir as 15 canções nos streams de música (como Youtube ou Spotfy). A música de Roos é definida como uma “mistura criativa” de jazz, tango, milonga, candombe (ritmo africano de grande influência na cultura uruguaia) e rock e representa um gênero que vem se tornando conhecido no mundo todo como “rock uruguaio”.

leiros lá dentro (os da ditadura)... E Seregni, (sabia) através de seus militares na fronteira e dos contatos que tinha com o exército do Brasil. Um general brasileiro que estava naquela operação escreveu um livro onde conta isso que estou falando, ou seja, não é mais a palavra da gente, nem de Seregni, nem de Fidel. É de um general que esteve na operação. Então o que quer Seregni neste momento? A contra-ofensiva. Tem uma presença dentro do exército muito forte, e convoca o Partido Comunista, convoca a nós que, sendo uma organização clandestina, não poderíamos aparecer publicamente como integrantes da Frente Ampla. Se cria uma operação militar de resistência para a eventualidade de golpe se o vencedor fosse o Wilson, ou se ganhava o Seregni. Uma das coisas que tínhamos em mente era esse perigo que havia na fronteira.

Juca — Agora, a ideia do trem. Vi uma entrevista em que você diz, se sou capaz de ser perfeitamente fiel



a suas palavras: “estamos todos no mesmo trem, são oito vagões, cada um uma ideia diferente...”
Mauricio — isso...

Juca — ... mas o importante é que o maquinista nos leve ...

Mauricio — A um bom porto. E isso seguimos sempre. Isso segue sendo a Frente, que conseguiu nestes 15 anos de governo, que os trabalhadores rurais, em vez de estarem à disposição do patrão 24 horas por dia, passassem a ter direito a jornada de oito horas. Que os trabalhadores domésticos também tenham direito a jornada de 8 horas. Que conseguiu – foi o primeiro país do mundo -, que nos locais mais humildes, começamos por uma cidadezinha do interior, que cada um tenha um lap top e contato com a tecnologia. Hoje, todos os têm. Agora, por exemplo, aquela cidadezinha lá longe ganha competições organizadas pela Nasa ou por alguma organização internacional. São premiados porque conhecem robótica e também, acabam viajando.

Juca — Então, Maurício, nesse aspecto o Uruguai é um país que novamente se distingue na América Latina. Lá atrás, essa ideia de Suíça da América Latina que os militares destruíram

como sabemos, mas hoje, como um país de liberdade, um país progressista um país de conquistas sociais importantes, em oposição a América Latina. Sei que não existe paraíso, mas é mais próximo do paraíso que a maioria dos países latino-americanos. Que saída você vê para a América Latina?

Mauricio — Bom, eu diria “cada professorzinho com o seu livrinho”. A América Latina é muito global e muito variada, de forma que cada país tem sua história, sua mobilização e sua gente. Está claro que o sentimento de igualdade está na raiz de toda a cultura latino-americana. Nós temos toda a topomínia do Uruguai garantizada. A palavra mais linda para um povo é Tupambae, que quer dizer “terra de todos”. Os guaranis e os incas praticavam a coletividade das terras. Para ir mais atrás eu te diria que, depois de ler nos evangelhos e um livro chamado *Feitos dos primeiros cristãos*, fica-se sabendo que os primeiros cristãos dividiam tudo e cada um só retirava segundo a sua necessidade. Há uma relação direta com a Teologia da Libertação. E acrescento – capciosamente em algumas traduções não aparece – Quando veem Jesus no Monte das Oliveiras e há um enfrentamento e Pedro desembainha uma espada para enfrentar um centurião romano que vem detê-lo, Jesus

lhe diz: assim como Deus pede que use apenas as sandálias e a túnica para pregar o evangelho, hoje eu lhe digo venda a sua túnica e sandálias para comprar espadas.

Juca — Você acredita em Deus?
Mauricio — Eu... Por quanto essa pergunta?

Juca — milhões e milhões (risos)
Mauricio — Tudo é um mistério. Se há alguém que nos criou, onde está quem o criou? Como é possível criar um animalzinho que estende os braços e são asas e voam? Como se pode viver aos mil metros de profundidade e ter flexibilidade que não temos na superfície? Não sei, mas prefiro dizê-lo com as palavras de quem tem mais autoridade do que eu nesse tema. Einstein, nos primeiros dias do nazismo, quando está a tocar violino e lhe perguntam o mesmo que você. Então ele responde que há muita harmonia no espaço para que seja obra do acaso. E acrescenta: mas não acredito em nenhuma das religiões existentes. Ele te deixa um ponto de interrogação e você acaba se perguntando todos os dias, o que estamos fazendo? É muito bom ter perguntas constantes sem necessidade de ter respostas que eventualmente te satisfaça. ■

SOB INTERVENÇÃO

A pandemia do novo coronavírus transformou essa edição da Revista do Congresso, que deveria ser um registro impresso do conteúdo do 6º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Direito, Meio Ambiente e Saúde, numa edição especial virtual. O impacto violento no mundo do trabalho, em grande parte por conta de ações irresponsáveis do governo central, marcou nosso ano em dor, saudade e angústia e faz algumas revelações, que as discussões, conversas e debates já anteviam há pouco mais de um ano, e que estão destacadas aqui. A primeira delas, assunto da reportagem de capa, é a confirmação clara e gritante da importância do Sistema Único de Saúde (SUS) e o quanto os desacertos e os ataques que sofreu nos últimos anos pioraram a situação dos doentes em todo o país.

A reportagem, um conjunto de quatro grandes matérias, segue mostrando os resultados da necessidade de isolamento social, um poderoso tornassol a revelar a crueldade da proposta neoliberal e as promessas mentirosas de avanço e liberdade do trabalho mediado por aplicativos, assunto da mesa que reuniu Ricardo Antunes, Luci Praun e Rodrigo Carelli, três estudiosos do tema, além do cineasta Carlos Juliano. E que também já aparecia nas grandes manifestações na América Latina, nos primeiros meses do ano, véspera da pandemia. Os movimentos no Chile, Colômbia, Uruguai e Bolívia ilustram o que o advogado argentino Alberto Federico Ovejero, da Liga Argentina pelos Direitos Humanos, contou sobre a resistência da

classe trabalhadora em seu país, no primeiro debate.

Apesar do quadro sombrio que se desenha e da mesma forma que o Congresso, a revista começa com a doce esperança contida no relato do escritor uruguaio Mauricio Rosencof sobre os 12 anos que passou preso e solitário nos calabouços do exército de seu país, em entrevista para Juca Kfoury. Sua história na literatura, e de seus companheiros, também está registrada nessa edição, em um texto sobre a literatura uruguaia. Reforçamos a mensagem de esperança com o registro da memória de luta dos trabalhadores no Brasil, resgatada pela lembrança de três cases exitosos: contra as contaminações na Eletrocloro e na Shell/Basf e pelo banimento do amianto, feitos na mesa sobre o tema.

Fechando a edição, o lindo encontro entre a militante e o pastor, que iluminou o debate sobre a atuação das igrejas na política, especialmente entre moradores das favelas, surgido após a roda de conversa sobre diversidade. E o exemplo das arpilleras, bordados que as chilenas usaram para denunciar e reivindicar e que a advogada Tchenna Maso levou como uma ferramenta de resistência para as mulheres atingidas por rompimentos de barragens em cinco regiões do País. Exemplos de que com amor, paciência e constância se vence até mesmo a maior das adversidades.

Boa leitura

SUMÁRIO

ENTREVISTA	
Juca Kfoury entrevista Mauricio Rosencof	Página 02
MILITÂNCIA	
América Latina ferve	Página 10
SAÚDE DO TRABALHADOR	
Campanha conscientiza sobre consequências da dor	Página 14
Combate ao assédio moral no trabalho	Página 17
Se te faz chorar no banheiro, é violência	Página 18
REPORTAGEM	
Na beira do abismo	Página 21
O direito não vai nos salvar	Página 23
O público vampirizado pelo privado na saúde	Página 24
Tem lei? Passa por cima	Página 29
Hora da verdade	Página 34
Obsessão pelo trilhão	Página 39
MEMÓRIA	
O feed da luta	Página 40
A primeira história	Página 41
Amianto: uma luta que não termina	Página 42
Acordo histórico	Página 44
Histórias na ponta da agulha	Página 46
A política e o pastor	Página 50
Em busca de realidade perdida	Página 55
Iguais na diversidade	Página 59
Carta de São Paulo 2019	Página 61

AMÉRICA LATINA FERVE

Que tal doutrina não gerará
outra coisa que a insensatez e
a violência pode ser deduzido
de uma das poucas certezas
com a qual nos brinda a “ciência
jurídica”: uma vez que o
egoísmo, a avareza e a luta pela
existência são inevitavelmente
tão presentes no mundo tal
como ele é, é preciso contê-los
e canalizá-los através de uma
referência compartilhada para o
mundo como ele deveria ser.

ALAIN SUPIOT

Insensatez e violência explodiram na América Latina nos meses seguintes ao Congresso, com insurreições populares no Chile, Bolívia, Equador e Colômbia e muita tensão no Brasil, Uruguai e Argentina. A frase que abre esse texto é do jurista francês Alain Supiot, que teve sua obra sobre o direito do trabalho citada pelo advogado trabalhista argentino Alberto Ovejero em sua palestra, logo no primeiro dia, ao falar sobre a relação entre o direito trabalhista e o trabalhador num mundo em transformação, como ocorre agora. “Sobretudo tendo em conta que as características do trabalho se modificaram substancialmente. As características do trabalho fundantes do direito protetor do trabalho hoje, praticamente, não posso garantir que não existem, mas sim, estão em um processo de franca retirada”, disse, logo no início.

O advogado destaca o movimento de avanço neoliberal no mundo e toma a explicação do colega francês como base de sua argumentação, de que o processo

de financeirização imposto pelo neoliberalismo implica na desregulamentação dos mercados, associa essa desregulamentação às avaliações sobre a rentabilidade desses mercados e de como essa flexibilização legal é inútil para o aumento do nível de emprego e fortalecimento da economia. Com reformas – trabalhista, previdenciária e da economia – que demonizam qualquer gasto público, governos neoliberais na região impuseram condições demasiado duras para a população mais pobre, mantendo no horizonte a promessa de que isso atrairia investimentos e portanto, aumentaria emprego e renda. Uma mentira que tem na crise da Argentina e na revolta da população no Chile e na Colômbia um flagrante tornassol.

Alberto participou da mesa *Mundo do Trabalho e caminhos de luta pelo Direito: existem?* juntamente com a sua colega, a advogada trabalhista Carla Bracchi, e o desembargador Jorge Luis Souto Maior, em um debate mediado pela desembargadora Magda Biavasch. Foi convidado

para colocar em debate a experiência dos trabalhadores argentinos no enfrentamento dessa onda neoliberal, que embora não tenha barrado as mudanças, tem sido uma pedra no caminho desde o governo de Carlos Menen, nos anos de 1990. Mais recentemente, no governo neoliberal de Mauricio Macri, impôs a negociação constante e regada a grandes paralisações no país. O ônus da flexibilização somado às dificuldades econômicas derreteu a aprovação ao seu governo e ele terminou sendo o primeiro presidente argentino a perder uma reeleição. E o que é ainda mais significativo, para a sua antiga rival Cristina Kirchner, que venceu já no primeiro turno como vice na chapa do peronista Alberto Fernández.

No Chile, com mais de 30 anos de economia liberal imposta de forma autoritária e violenta pela ditadura de Augusto Pinochet e mantida até hoje, a desigualdade tornou-se insuportável até mesmo para os mais ricos, que protestam contra

o governo com o mesmo ânimo dos estudantes secundaristas. As manifestações começaram em 18 de outubro de 2019, com uma multidão na Praça Itália, na capital Santiago, e em várias outras cidades, grandes e pequenas, do país. Nesse dia o presidente Sebastian Piñera decreta toque de recolher e coloca o exército nas ruas, o que aumentou a violência dos confrontos e também, a adesão dos chilenos. Dois dias de-

pois, o governo cancela o aumento das passagens, mas os protestos continuam e tomam todo o país, com incêndios e saques. A cena de dois moradores arrastando um quarto de boi cada um pelas ruas, enquanto outros vigiavam a entrada do condomínio de luxo com paus e pedras, dá a dimensão da desigualdade e também, do ódio que a população guardava.

Piñera terminou recolhendo os soldados para o quartel, porém a repressão continuou muito dura – com mortes, violações sexuais e mais de 280 jovens que ficaram cegos pelos tiros com balas de borracha dos carabineiros –, mas os chilenos não recuaram, ao contrário. Ampliaram suas reivindicações, conseguiram que o governo convocasse uma constituinte e seguiram nas ruas até que a pandemia os impedisse. Eles aprenderam a se defender dos blindados e drones dos carabineiros com lanternas de raio laser e o velho e bom molotov. Em dezembro, começava a ganhar força o movimento em favor da renúncia do presidente Sebastian Piñera. O movimento perdeu força e praticamente acabou com a pandemia, mas há uma pressão ainda latente.

No extremo oposto, a situação dos bolivianos não é menos bizarra. Depois de um longo período de forte crescimento econômico, com inclusão inédita promovida pelo primeiro presidente de



BOLÍVIA: Polícia ataca o cortejo de nove indígenas mortos nas manifestações

origem indígena, o governo do país foi tomado pela extrema direita, que se recusou a reconhecer a quarta vitória eleitoral de Evo Morales, obrigando-o a renunciar e a exilar-se no México. A repressão violenta à reação popular promovida pelo governo golpista e por seus seguidores – fanáticos religiosos neopentecostais – incluiu humilhações públicas a políticos e autoridades de origem indígena e um ataque violento ao funeral de nove índios assassinados pela polícia; deixou mais de 200 mortos e um número indeterminado de feridos. Mas como no Chile, não tirou os bolivianos das ruas, o que obrigou os golpistas a retrocederem e convocar novas eleições com a participação de todos os partidos, incluindo o de Evo.

Segundo Alberto, as transformações do neoliberalismo ainda estão em curso na América Latina. “Não terminou justamente por todos esses processos de vinculação entre o sujeito trabalhador, ocupado, organizado em seu sindicato com mais ou menos força dependendo dos costumes e da legislação de cada país, com os movimentos sociais de desocupados”, diz. Vínculo que aparece nos protestos mais intensos, não apenas com desempregados e também não só na Argentina. As comunidades indígenas são protagonistas na Bolívia, Colômbia e Equador; e os estudantes e minorias, em

especial as mulheres, estão à frente no Chile.

NA LUTA, DESDE SEMPRE

Alberto diz que o direito do trabalho na Argentina é fruto de conquistas da classe, que ganharam corpo quando os trabalhadores tiveram maior capacidade de organização e que se radicalizaram justamente nos momentos de maior ataque. “A Argentina na verdade se incorpora ao mundo do direito

do trabalho não nessa etapa repressiva”, diz, referindo-se ao período entre 1791, data de publicação da Lei de Chapelier na França, que criminaliza as agremiações de trabalhadores; 1830, quando se deu a Revolução Geral, que ele marca como a gênese dos direitos na Europa; e em 1871, com a Comuna de Paris. Em seu país, o exemplo que ele traz é a formação da legislação trabalhista durante o primeiro governo peronista, que acontece ao mesmo tempo em que se promove a unificação de todos os sindicatos em uma confederação única, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), na primeira metade do século passado. “A proscrição do peronismo no golpe de estado em 1955 gerou uma radicalização dessa classe obreira, posto que a sua organização política mais imperante, pense também em todas as contradições que podem gerar, estava proscrita”, afirma.

Ele vai ainda citar o Cordobazo, uma insurreição popular importante na história do país, organizado pela classe obreira coloriza, “a mais bem paga e mal organizada da Argentina”, em 29 maio de 1969; e o *Programa 1º de Mayo* da CGT dos Argentinos, publicado em 1968. “Isso implicou, para o retorno do peronismo, um fortalecimento do direito do trabalho, uma vez que a maior quantidade dos convênios de trabalho ainda aplicáveis são de

1975. Por que? Porque os trabalhadores não permitem retroceder menos que esses direitos conseguidos em seus melhores convênios coletivos”, afirma o advogado.

PONÉ LA FECHA

O advogado conta que houve uma forte precarização da lei de contrato de trabalho, da lei de associações sindicais e todo o corpus legal e jurídico em seu País entre 1989 e 2001, acompanhando de um programa neoliberal, mas não houve flexibilização dos direitos do trabalho, fruto justamente da “fortaleza dos sindicatos”. E que, apesar disso, não dá para superestimar os sindicatos, em virtude de uma legislação que faz o movimento sindical argentino ser uma unidade promocional burocratizada. “Só os sindicatos mais representativos tem capacidade de negociação, de representação, tem acesso aos seguros médicos obreros, que são as obras sociais. Fenômeno que só gera a burocratização de movimentos sindicais. Macri tratava cada um dos slogans do movimento social como *poné la fecha*. O que significa *poné la fecha*? Era que a estratégia da CGT se limitava a marcar data para greve geral para combater todo o processo de flexibilização, que ele tentou fazer aos poucos”, conta.

Sem um consenso para aprovar a reforma trabalhista, Macri começou mexendo nos convênios coletivos. “Que permitiam reformas à baixo (com vantagens menores que o anterior). O mais signifi-



Alberto Federico Ovejero, advogado e ativista da Liga Argentina pelos Direitos Humanos

cativo foi o acordo de Vaca Morta, essa espécie de oásis ultra petroleiro, que iria converter a Argentina na Arábia Saudita. Supostamente. Considero que não, mas existem expectativas”, diz. Alberto conta que as modificações nos contratos incluiu a possibilidade de operação quando a equipe estiver incompleta, trabalho noturno e modificações nas regras de segurança para trabalho na altura e sob ventos fortes. “Nestes anos, por conta dessas reformas à baixo, houve uma quantidade de mortos nas unidades petroleiras que não foram tornados públicos”, conta.

A imprensa argentina tem publicado notícias sobre as mortes nos campos de petróleo do país, porém de forma pontual e, quando há uma associação direta com o acordo do convênio coletivo, a questão é incluída em um debate de opiniões, não como um fato. Apenas os jornais mais progressistas – como *La Izquierda Diario*, *Marcha* e *Página 12* – tratam as oito mortes em um ano e meio como um aumento exacerbado e consequência desta flexibilização. “Segun-

do dados da Subsecretaria de Ambiente da província de Neuquén, entre 2015 e 2018 aconteceram 3.368 acidentes no setor de hidrocarbonetos, dos quais 48 % (1.637 casos) entre 2017 e 2018. No período que vai de janeiro a outubro do ano passado (2018, período quando o acordo já estava valendo) foram registrados 934 incidentes”, escreveu o repórter Mario Hernández, do *Marcha*, em maio deste ano.

Mario segue questionando o esperado

aumento de empregos no setor com essas modificações, o que não aconteceu até o momento. A reportagem mostra que, segundo dados do Observatório do Emprego e da Dinâmica Empresarial, vinculado à Secretaria de Trabalho, entre dezembro de 2015 e 2017 foram fechados em Neuquén, 2.437 postos de trabalho diretos no setor de hidrocarbonetos. “Logo, de acordo com o que foi comprovado pelo próprio sindicato, foram recontratados 1.400 trabalhadores, porém flexibilizados”, informa o repórter. Em novembro, depois da publicação do Decreto 566, que “pesificou” o preço do petróleo e, segundo argumentos da indústria, se intensificou a queda de atividade, o setor emitiu de 400 a 600 avisos de demissão. Os sindicatos reagiram marcando uma greve de 24 horas, suspensa depois que o Ministério do Trabalho decretou a conciliação obrigatória. O novo acordo proíbe greves durante as negociações, em nome da “paz social”. A solução virá agora, do novo governo, do peronista Alberto Fernández e de Cristina Kirchner.

PROGRAMA 1º DE MAIO – CGT DOS ARGENTINOS

O Programa 1º de Maio foi publicado pela primeira vez na primeira edição do jornal da Central Geral dos Trabalhadores, a CGT. Lá está escrito que: “A classe trabalhadora argentina não desaproveia uma forma particular de capitalismo, questiona a todos”. E depois: “A classe trabalhadora tem como missão histórica a destruição dos fundamentos do sistema capitalista de produção e distribuição de bens”.

Para ler a íntegra do programa, acesse:

<http://www.cgtagentinos.org/documentos2.htm>

ACORDO DE VACA MORTA

Vaca Morta é o nome de um campo de fracking, uma reserva não convencional de petróleo e gás que fica entre as rahnuras das pedras e de exploração agressiva ao meio e ao homem. O acordo para alterar as condições e regras de trabalho foi assinado pelo governador da província de Neuquén, Omar Gutiérrez; os secretários gerais do Sindicato de Petróleo e Gás privado de Rio Negro, Neuquén e La Pampa, Guillermo Pereyra, e do Sindicato de Pessoal Hierárquico e Profissional de Petróleo e Gás Privado de Neuquén, Rio Negro e La Pampa, Manuel Arévalo; o presidente da YPF, Miguel Angel Gutiérrez, e os diretores executivos da Pan American Energy, Marcos Bulgheroni, e da Total Austral, Jean-Marq Hosanski. Incluiu um adendo ao Convênio Coletivo de Trabalho (CCT) dos petroleiros que extraem recursos não convencionais e segundo estimativa das empresas envolvidas, pode reduzir entre 30% e 40% os custos com mão de obra. As principais medidas são: eliminação das hora-táxi (que reconhece o tempo gasto no percurso como jornada de trabalho), diminuição da quantidade de trabalhadores por equipe e estabeleceu a continuidade de trabalho na altura quando houver vento de 30 a 60 km/hora; alterou os turnos de 14 dias de trabalho com jornada de 12 horas, por 7 de descanso, para 12 dias por 6 de descanso. As oito mortes

noticiadas pela imprensa argentina aconteceram apenas em Neuquén e representam um número recorde. Os mortos são: Agustín Navarrete (56 anos), em 3/9/2017. Matías Sánchez (37 anos), 22/5/2018. Daniel Torres (26 anos), 10/7/2018. Miguel Angel Chocala Fernández (35 anos), 17/8/2018. Mario Segura (28 anos), 1/11/2018. Ariel Marcelino Sajama (41 anos), 18/3/2019. Todos empregados terceirizados.

EL CORDOBAZO

O *Cordobazo* foi uma revolta operário-estudantil que aconteceu na capital do Estado de Córdoba, na Argentina em 29 de maio de 1969, a primeira insurreição política de massas depois da queda do peronismo, em 1955, apontada pelos estudiosos como o começo do fim da ditadura no País. Em 12 de maio, o ditador Juan Carlos Onganía (1966-1970) publicou a Lei 18.204, unificando o regime de duração da jornada de trabalho que implicava na perda de direitos em certos Estados, como Córdoba. A indústria metalúrgica empregava, na época, um grupo de trabalhadores diferenciado: eram os mais bem pagos, com melhor formação (ensino médio completo) e fundadores de sindicatos combativos classistas: Sitrac-Siltran, liderado pelo metalúrgico René Salamanca, e Luz e Força de Córdoba, conduzido por Agustín Tosco. Esses sindicatos, juntamente com a União Operária Metalúrgica (UOM), então liderada pelo peronista ortodoxo Lorenzo Miguel; a CGT oficial, liderada pelo colaboracionista Augusto Vandor e a combativa Confederação Geral do Trabalho dos Argentinos (CGTA), conduzida pelo gráfico Raimundo Ongaro, decretaram uma paralisação por tempo indeterminado. O movimento explode em 15 de maio, quando um protesto dos estudantes de

Corrientes foi violentamente reprimido pela polícia, com a morte a bala do estudante Juan José Cabral. A solidariedade dos estudantes de Santa Fé e Córdoba terminou com as mortes de Ramón Bello e Luis Blanco. Uma desconhecida e maciça violência popular, insurgente, democrática e anti ditatorial se espalhou pelas principais cidades da Argentina, com epicentro em Córdoba. A cidade foi ocupada pelos manifestantes, que resistiram aos embates com a polícia e o Exército durante vários dias. Houve barricadas, franco-atiradores, sabotagens e um saldo de 14 mortos, muitos feridos e centenas de detidos, entre eles Agustín Tosco. Em 29 de maio, Vandor foi obrigado a declarar uma paralisação nacional da CGT oficial. A insurreição popular foi batizada de *Cordobazo*. A ditadura prendeu e exilou líderes sindicais, depois de julgados em um tribunal de guerra, mas ainda assim a insurgência se espalhou por outros estados e, em 1970, Onganía foi deposto pelas Forças Armadas e substituído pelo general Roberto Levingston, que permaneceu no poder por nove meses. Em 1971, Lanusse assumiu o poder com a tarefa de trazer Juan Domingos Perón de volta do exílio. ▀

FONTE: Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe (<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/cordobaco>).

SAÚDE DO TRABALHADOR

A última mesa do Congresso trouxe para o debate três bons exemplos na área de saúde do trabalhador. O primeiro, o projeto A Dor Pode te Marcar, da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas, no interior de São Paulo, que instalou outdoors em ônibus e um "acidentômetro" no Centro da cidade. Do Tribunal Superior do Trabalho, a ministra Delaíde Alves Miranda Arantes trouxe a questão do assédio moral, abordado dentro do Programa Trabalho Seguro; e o terceiro bom exemplo é a experiência de criação de uma frente voltada para enfrentamento e prevenção da violência no trabalho em São Bernardo do Campo entre 2009 e 2016



A psicóloga Eliana Pintor, ex-coordenadora do Cerest de São Bernardo do Campo, a fisioterapeuta Pollyanna Regina Pinto, que mediou as discussões, Delaíde Alves Miranda Arantes, ministra do TST, e Mario Gomes, procurador da Regional de Campinas do MPT

CAMPANHA CONSCIENTIZA SOBRE CONSEQUÊNCIAS DA DOR

Em Campinas-SP

Brasil vive uma epidemia de doenças ocupacionais segundo o procurador Mário Antônio Gomes, da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, de Campinas, em São Paulo. No período de 2012 a 2018 o sistema previdenciário brasileiro gastou R\$ 86 bilhões com afastamentos por doenças e foram perdidos 385 milhões de dias de trabalho. Os números são do Observatório de Segurança e Saúde do Trabalho, que estima ainda uma perda de 4% do PIB a cada ano com acidentes e doenças relacionadas à atividade profissional. Apesar disso, na maioria das vezes não existe uma política pública voltada para conter esses casos e minimizar os impactos sociais deles decorrentes.

O projeto *A Dor Pode te Marcar*, que começou a ser implantado em Campinas em maio de 2019, tenta reverter esse quadro. “Essa foi a ideia inicial, que a saúde do trabalhador fosse vista como uma política pública essencial para o desenvolvimento sustentável do município”, disse Mario em sua palestra, na mesa *Acidentes, doenças e sofrimento no trabalho: visibilidade social. Programa Trabalho Seguro e experiências de Campinas e São Bernardo do Campo*, que teve coordenação da fisioterapeuta Pollyanna Regina Pinto, do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Campinas. “A constituição fala da ordem econômica, coloca como obrigação a defesa do meio ambiente dizendo que a atividade econômica deve observar a dignidade da pessoa humana e os valores ambientais”, argumentou o procurador, que começou o seu relato a respeito do projeto explicando que a constituição de 1988 ampliou o conceito de meio ambiente, incluindo nele o ambiente de trabalho.

Mario segue explicando que o estudo jurídico olha a saúde do trabalhador como

objeto do meio ambiente do trabalho. “E o meio ambiente do trabalho na nossa Constituição é meio ambiente natural, a constituição adotou uma concepção ampla e unitária de meio ambiente, incluindo o do trabalho. Portugal, por exemplo, não tem isso”, explica. Todas as vezes que a saúde do trabalhador é colocada como objeto de defesa do ambiente do trabalho, se desloca todo o arcabouço constitucional e infraconstitucional relacionado ao meio ambiente para a proteção da saúde do trabalhador, conforme explica Mário. “A gente deixa de depender só da CLT e das normas regulamentadoras. E nesse momento isso é fundamental”, continua.

Considerando esse arcabouço legal, é preciso proteger as interações do homem e quando se pensa nas relações do trabalho, aparecem diversos fatores de risco. “A doutrina coloca três deles. A estrutura (física) é uma das interações do homem. As instalações elétricas, o mobiliário, tudo isso é importante, mas vai além. A organização também é um fator de risco: a exigência de produtividade, a jornada de trabalho e também as relações interpessoais com o seu chefe, com os seus colegas e com o cliente”, diz.

O projeto começou com uma campanha publicitária voltada para conscientização, que incluiu, além de anúncios na mídia, o “acidentômetro”, um painel instalado em pontos estratégicos com informações a respeito de acidentes e mortes por trabalho.

Inspirado no “impostômetro”, o painel chamou a atenção da imprensa, mas é apenas uma pequena parte das ações envolvidas no projeto, que tem quatro pilares: Informação, Multidisciplinariedade — Pluriinstitucionalidade, Ação e Proximidade com a Sociedade. “Não é possível enfrentar a complexidade das relações, especialmente nas questões do ambiente, sozinho. Precisamos de um cruzamento de saberes para enfrentar essa realidade ou desenvolver qualquer projeto que seja. A proximidade da sociedade é fundamental. E tudo isso potencializa a ação”, explicou.

A busca por uma parceria com a cidade foi necessária porque é a sociedade que arca com o ônus do adoecimento do trabalhador. “O que acontece com uma sociedade que recebe da empresa trabalhadores doentes? Essa sociedade é sustentável?”, pergunta Mario. E continua: “Quando a gente tinha corte de cana para produzir combustível ambientalmente sustentável. Podemos tratar esse combustível como sustentável considerando que tanta gente morreu ou ficou incapacitada para o trabalho (na produção)? É o efeito bumerangue. O adoecimento que ocorre dentro do ambiente do trabalho vai



voltar para a sociedade, porque é a sociedade que vai arcar com isso”, diz o procurador.

O PROJETO, NA PRÁTICA

Esse cruzamento de saberes e de instituições está sendo feito por meio de um programa de capacitação dos profissionais de saúde do SUS que atuam no atendimento ao trabalhador. Desde maio, quando foi assinado um termo de cooperação entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Prefeitura da cidade, até dezembro de 2019, o projeto treinou 2.732 profissionais, sendo cinco coordenadores dos Distritos de Saúde, um representante da Secretaria Municipal de Saúde, 92 gestores e 2.634 profissionais de equipe dos centros de saúde e CAPS. A previsão, então, era que todos os profissionais da Rede de Urgência e Emergência e da Rede de Atenção Básica e Especialidades estivessem capacitados em junho de 2020.

O treinamento prepara os profissionais para atender a demanda de trabalhadores e está voltado principalmente para os temas relativos ao campo de saúde do trabalhador, câncer ocupacional, transtorno mental relacionado ao trabalho (TMRT), lesão por esforço repetitivo/distúrbios osteomusculares (LER/Dort), intoxicação exógena, dermatose ocupacional, perda auditiva induzida pelo ruído (PAIR) e pneumoconioses, dependendo da especialidade dos envolvidos. As lesões por esforços repetitivos (LER), distúrbios osteomusculares (Dort) e distúrbios relativos à saúde mental são as três doenças que mais atingem os trabalhadores (veja quadro).

Também estruturou o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), unidade da administração municipal especializada no acolhimento, diagnóstico, tratamento e correção das condições que levaram o trabalhador ao adoecimento. O MPT está aplicando parte das verbas de indenização trabalhista para melhorar os equipamentos disponíveis no centro e reforçar o quadro de funcionários. Até agosto de 2019 foi instalada uma rede de dados, internet rápida e central de telefonia PABX na unidade e em dezembro de 2019, estava em andamento um concurso público para a contratação de um psicólogo e um recepcionista, que deve-



Procurador Mario Gomes

67.599
casos de LER/Dort
foram registrados no Brasil
entre 2007 e 2016, um
crescimento de 184%

FONTE: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), in Saúde Brasil 2018, estudo do Ministério da Saúde.

riam começar a trabalhar no início de 2020.

Foi ainda criado o Cerest Itinerante: o MPT doou dois veículos no valor total de R\$ 180 mil, que serão utilizados para levar uma equipe do centro para diversos pontos do SUS, e permitir a realização de treinamentos sobre como reconhecer, notificar, tratar e dar encaminhamento às questões de saúde do trabalho que eventualmente apareçam. Os veículos também serão utilizados para ações de matriciamento do Departamento de Vigilância Sanitária (Devisa) da cidade.

Em dezembro de 2019 teve início ainda um projeto-piloto no Hospital Mário Gatti, o maior hospital do SUS na cidade, para a aplicação de um relatório de atendimento aos acidentados do trabalho (RAAT), para mapear os tipos e a origem de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho registradas. O objetivo é ampliar esse protocolo para toda a rede municipal de saúde, possibilitando a criação de uma norma para notificação obrigatória de acidentes e doenças do trabalho. Nessa mesma linha, em dezembro estava

Subnotificação

Os transtornos mentais já são a terceira causa de incapacidade para o trabalho no Brasil e segundo dados do governo, vêm crescendo assustadoramente. Mario Gomes diz que o Estado de São Paulo ocupa a primeira posição na ocorrência de doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho, com 7.941 em 2018; e também tem a maior incidência de transtornos mentais, com 2.502 casos, também em 2018. Um número aparentemente baixo, porém que seria apenas a ponta do iceberg, segundo o procurador. “Temos pesquisas que mostram que 80, 90% das doenças ocupacionais não são comunicadas. Isso interfere nas políticas públicas, porque não temos essas informações”, diz. E causa um grande e grave prejuízo aos cofres públicos: “Temos R\$ 30 bilhões de gastos por ano com doenças B31, mas quantos desses afastamentos não decorrem de um processo de trabalho que descumpra as normas?”, pergunta. O prejuízo com a subnotificação ocorre primeiro porque o cálculo do imposto que a empresa paga considera o número de adoecimentos relacionados à atividade registrado entre os funcionários da empresa – quanto mais registros, maior o índice. E também porque quando há um afastamento, o Estado pode depois pedir de volta o dinheiro gasto com o pagamento do funcionário afastado se a doença foi provocada pela atividade profissional.

sendo criado um protocolo de simples atendimento, previsto para estar disponível já no início de 2020. Com relação à informação e proximidade com a sociedade, este ano deverão acontecer eventos e palestras na rede de escolas municipais sobre o tema prevenção voltada à saúde do trabalhador. ■

Programa Trabalho Seguro

COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

O Programa Trabalho Seguro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) criou, em 2019, um comitê de combate e prevenção ao assédio moral e a partir dele, realizou uma série de ações voltadas para o tema. O comitê atua no âmbito do TST e do Conselho Superior de Justiça do Trabalho (CSJT), “porque nós agora estamos despertando para o fato de que existe assédio moral também no âmbito do serviço público. Foram realizadas várias palestras, pesquisas e várias ações”, disse a magistrada Delaíde Alves Miranda Arantes, durante sua palestra, no último dia do Congresso. A ministra fez um relato sobre as atividades do Programa, instituído em maio de 2011, com destaque para as metas do último biênio (2018-2019), na mesa *Acidentes, Doenças e Sofrimento no Trabalho: Visibilidade Social. Programa Trabalho Seguro e Experiências de Campinas e São Bernardo Do Campo*.

A primeira grande ação foi uma pesquisa conceitual, lançada em novembro de 2018, em que 740 funcionários — 190 gestores e 550 servidores — responderam a um questionário com perguntas sobre conceitos, situações, tipos, ações

de combate, consequências, causas e comentários sobre tema. “É impressionante como os gestores respondem de forma diferente dos servidores sobre assédio. O que os servidores acham que é assédio, os gestores acham que não é. Faz parte”, disse a magistrada. A partir da pesquisa, além da publicação da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral no TST e no CSJT, em março de 2019, o programa realizou oficina de sensibilização de gestores, entre abril e maio; lançou a *Campanha Pare e Repare — por um ambiente de trabalho mais positivo*; instituiu a segunda semana do mês de maio como a Semana de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e o dia 2 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Assédio. E também realizou oficinas de esclarecimento sobre os efeitos nocivos desse tipo de problema.

Na área da comunicação, além de uma cartilha que reúne definições, dá exemplos de situações de assédio, indica formas de prevenção e combate e ensina como encaminhar de forma adequada eventuais casos, foi lançado um vídeo no programa *Jornada*, exibido quinzenalmente, sempre às segundas-feiras às 12 horas, no canal do Youtube do TST. O programa, com pouco mais de oito minutos de duração, entrevista especialistas, juristas e traz relatos de vítimas de assédio. Com produção da Secretaria de Comunicação Social do

Tribunal Superior do Trabalho, o programa estreou o novo formato do *Jornada*, que foi reformulado para se adaptar a realidade da internet, com comunicação ágil, linguagem simples e mais interatividade e também a organização desses temas em temporadas. ■

Grandes acidentes

As metas do biênio 2018/2019 também previam a realização de eventos científicos sobre temas sensíveis. A ministra Delaíde Alves Miranda destacou dois deles: o *Seminário Internacional sobre Grandes Acidentes do Trabalho: Efetividade da Prevenção*, realizado em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), onde foram discutidos os casos de Mariana e de Brumadinho. E o *Seminário As grandes contaminações e suas repercussões: as lições extraídas do caso de Paulínia*, realizado no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas-SP), que teve como tema o caso paradigma da ação civil pública ajuizada em 2007 pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contra a Raizen Combustíveis S/A (Shell) e a Basf S/A. As duas empresas foram acusadas de contaminação do solo e dos lençóis freáticos da região de Paulínia, onde estavam sediadas, sistematicamente, a partir dos anos de 1970. Em 2000, a fábrica foi vendida para a BASF e, em 2002, encerrou suas atividades e foi interditada pelo Ministério do Trabalho. O acordo foi homologado em 2013. (Leia mais na página 44).

O biênio foi encerrado com o 5º Seminário Internacional Trabalho Seguro.

Vídeo assédio: <https://www.youtube.com/watch?v=WMZwZmCXy0>



SE TE FAZ CHORAR NO BANHEIRO, É VIOLÊNCIA

A experiência de criação de uma frente voltada para enfrentamento e prevenção da violência do trabalho, ocorrida em São Bernardo do Campo entre 2009 e 2016, é o terceiro programa com bons resultados apresentado na mesa *Acidentes, doenças e sofrimento no trabalho: visibilidade social. Programa Trabalho Seguro e experiências de Campinas e São Bernardo do Campo*, mediada por Pollyanna Regina Pinto no último dia do Congresso. E mais uma vez, o que fez a diferença na proposta, discutida na Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (Cist) e no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de São Bernardo do Campo (Cerest-SBC), foi o debate, a troca de informação e de conhecimentos.

A frente envolveu oito sindicatos, a Pastoral Operária e profissionais da saúde ligados ao problema no SUS e nas três instâncias de governo; e do judiciário. “Tínhamos categorias do poder dos metalúrgicos, químicos, bancários; com outras que não tinham esse tipo de alcance nem tantas assessorias, como os da construção civil e de asseio e conservação. Eles se surpreendiam com a mobilização dos grandes. Quando nos juntamos ficamos sabendo de realidades que a gente não imagina”, disse a psicóloga Eliana Pintor, mestre em psicologia da saúde que trouxe a experiência para o Congresso.

Eliane coordenou o Cerest-SBC a partir de 2013, quando a proposta foi lançada. “Foi uma experiência construída a muitas mãos. A gente quis criar esse descortina-

QUANTIDADE DE ACIDENTES DO TRABALHO* (Brasil)			
	2015	2016	2017
TOTAL	622.379	585.626	549.405
Com CAT Registrada	507.753	478.039	450.614
Sem CAT	114.626	107.587	98.791

QUANTIDADE DE ACIDENTES DO TRABALHO LIQUIDADOS – Consequência*			
	2015	2016	2017
Assistência Médica	100.782	96.445	101.515
Menos de 15 dias	352.579	305.963	313.125
Mais de 15 dias	169.988	184.091	142.782
Incapacidade Permanente	13.218	14.981	12.651
Óbito	2.546	2.288	2.096

(*) FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICOS DE ACIDENTE DO TRABALHO 2017

mento do que acontece durante o dia (de trabalho) de diferentes formas”, conta a psicóloga, que ressalta como um dos motivos para a criação da frente, a vulnerabilidade que faz do Brasil o quarto colocado em número de acidentes de trabalho no mundo. “Apesar de muitos avanços na questão da violência, essa é uma situação que não mudou”, diz. Eliana lembra que se discute muito a violência urbana, doméstica, contra a mulher e de várias outras formas, mas não se fala da violência do trabalho. “Ela é naturalizada. Não é normal voltar para casa do trabalho faltando um pedaço, ou não voltar”, argumenta.

As ações foram integradas ainda com outros programas implantados na cidade, que tem a favor deste tipo de iniciativa, tradição histórica na mobilização do trabalhador. “Tinha um programa voltado para as áreas de maior violência, chamado *Cidade de Paz*, que propunha diversas maneiras de diminuir o grau de violência em determinadas regiões”, explica. Ela cita ainda um decreto municipal de trabalho

decente que instituiu a Reviver, uma rede de atenção para pessoas em situação de violência, um programa de erradicação do trabalho infantil e uma lei contra o assédio no serviço público que estava em discussão na época. As ações começaram com as articulações dos sindicatos, confecção de cartazes e logos, ciclos de treinamentos e se intensificaram com a realização de 19 vigilâncias em empresas de setores bem variados. Porque, conforme explica Eliana, a violência no trabalho é transversal, está em todas as categorias.

O marco, no entanto, foi o decreto publicado pelo poder executivo obrigando o preenchimento do Relatório de Atendimento ao Acidentado no Trabalho (Raate), o que gerou um aumento de 110% nas notificações. O Raate é um instrumento importante na vigilância e monitoramento, geralmente negligenciado. “O município passou a liderar as notificações de violência relacionada ao trabalho entre as sete cidades do ABC (paulista). Foi muito expressivo, se não tivesse esse instrumento



teríamos perdido mais de 20 mil acidentes”, diz a psicóloga. Entre as formas de violência, prevaleceu a física, que somou 86% das notificações e as relacionadas a gênero: 53% das ocorrências foram contra as mulheres. “A violência física aparece mais porque gera necessariamente um atendimento. Tivemos que trabalhar as demais”, explica.

A frente criou o Seminário do Cipeiro, uma homenagem e também para formação do grupo, que segundo Eliana funciona como os olhos do sindicato dentro da empresa, em que representantes dos oito sindicatos, podiam debater com colegas, receber orientação de estudiosos, fazer estudos de casos incluindo a intervenção da Cipa. “Tivemos muitas perguntas sobre assédio moral e doença mental, como se classifica isso, se é acidente, não é acidente. A gente pode discutir a questão de que a saúde mental não é invisível. Todo mundo sabe quando alguém está triste, zangado, alegre. Até as crianças sabem. Aquele chefe que te faz chorar no banheiro é uma coisa muito perigosa e temos que cuidar disso”, afirma Eliana.

As ações de difusão de informação incluíram também entrevistas em programas de rádio da Pastoral Operária, distribuição de folders, bottons e imãs de geladeira. “Em uma empresa metalúrgica onde havia assédio moral, o trabalhador disse assim: — Peguei o folder e coloquei no bolso do jaleco. Isso intimidou um pouco o cara que estava praticando o assédio. Foi assim que surgiu a ideia dos bottons”, conta a psicóloga. E um projeto maior, o *busdoor*, que colocou outdoors sobre a rede na janela traseira em oito ônibus durante dez meses. “Fizemos uma seleção estratégica das linhas, escolhendo onde havia mais empresas instaladas, que eram mudadas a cada três meses. No final do projeto a empresa nos ofereceu os abrigos dos pontos (como suporte dos outdoors), porque tinham problema de depredação e a propaganda ajuda nisso”, conta. O projeto teve início nos sindicatos, que iriam assumir os custos de um ônibus cada um, mas o Ministério Público do Trabalho da região soube da iniciativa e ofereceu os recursos, mediante a apresentação do projeto. ◀

EMPRESAS QUE SOFRERAM VIGILÂNCIA

Teleatendimento (3 empresas)
Injetora de plásticos p/ cosméticos
Transporte (3 empresas)
Supermercado
Mecânica
Hospital
Construção civil
Comércio varejista
Prestação de serviço (limpeza)
Confecção de EPI's
Agências bancárias: Santander, Itaú
Metalúrgica;
Motel

FORMAS DE VIOLÊNCIA NO TRABALHO

Acidentes e doenças são violências quando ocorrem em razão da forma de organização do processo produtivo, geram mortes, mutilações, incapacidades, limitações, dor crônica e sequelas emocionais.
Assaltos, sequestros;
Assédio sexual;
Violência psicológica e assédio moral (desrespeito, desqualificação, humilhação do trabalhador, intencional e repetitivo).

SOCOS, INSULTOS E ESTUPROS

A implantação qualificada do Raate trouxe informações mais detalhadas e que em geral, não aparecem nas estatísticas a respeito da violência no trabalho. Com o treinamento de psicólogos e demais profissionais que atendem nas unidades ligadas ao Cerest e a integração com outras secretarias, como a de atendimento à mulher (que encaminhou casos de estupro), Cras e Crea, e também com 18 hospitais privados da cidade, foi possível identificar, diagnosticar e registrar melhor os casos. “Trabalhamos muito a importância de notificar. A subnotificação é imensa. Às vezes a pessoa atende um caso como violência psicológica, mas não acha importante notificar”, diz Eliana, que ressalta que dos quase 30 mil acidentes notificados, 70% vieram via Raate.

Eliana faz um comentário específico sobre a violência sofrida pelo pessoal que atende nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), ou em funções em que as agressões são esperadas e prováveis. “O pessoal do Caps, por exemplo, não tinha noção que isso era violência, achavam que era algo inerente ao trabalho. Porém, quando uma moça surtou e agrediu a fonoaudióloga e a terapeuta ocupacional, elas tiveram uma espécie de transtorno de estresse pós-traumático e não conseguiram voltar ao trabalho. Tem que nomear e visualizar, mesmo

que seja inerente ao trabalho. Machuca, dói, traz consequências e tem que ser tratado”. As 19 ações de vigilâncias foram pensadas para treinar o pessoal em perícias sobre assédio moral e de violência. Eliana separou alguns exemplos de ocorrências mais comuns:

- Jovem da Zona Azul:** Agressão no joelho e braço pelo transeunte que não quis pagar;
- Professoras:** agressão por colega de trabalho; por alunos;
- Profissionais de saúde:** agressão de pacientes ou acompanhantes de pacientes;
- Balconista de 17 anos:** apanhou do chefe na farmácia;
- Funcionários da Fundação Casa:** reféns em rebelião; agressões por internos;
- Empresário:** agressão por funcionário após discussão sobre jornada de trabalho;
- Agente comunitária de saúde:** tentativa de suicídio;
- Gestante:** impedida de se alimentar a cada três horas, trabalhando com febre e proibida de ir ao médico;
- Empregada Doméstica:** agressão pela patroa ao buscar a carteira de trabalho.
- Homem 22 anos, da construção civil:** chefe ofereceu dinheiro em troca de sexo e expôs a genitália, porém não o tocou;
- Mulher 47 anos trabalha no CAPS:** agredida por paciente com puxões de cabelo, socos e foi atirada ao chão. ▶

O PROBLEMA DO XIXI

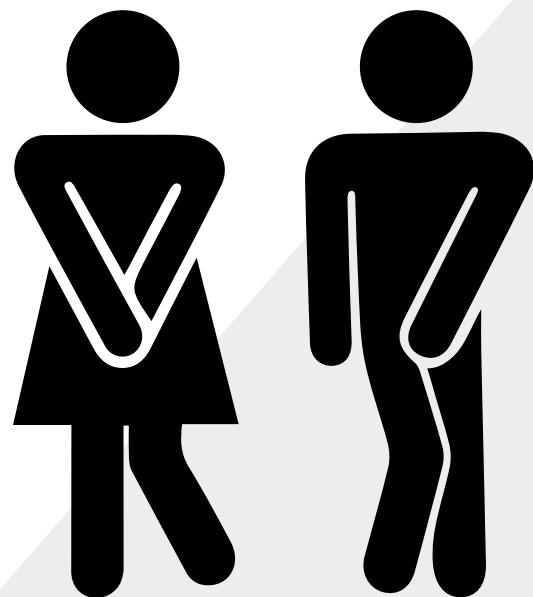
Entre as descobertas que Eliana Pin-
tor, mestre em psicologia social, dis-
se ter feito durante a implantação da
Frente Municipal de Prevenção e Enfren-
tamento da Violência no Trabalho em São
Bernardo do Campo foi a amplitude dos
problemas gerados por ausência ou res-
trição no uso de banheiros. “Costumava
dizer aos empresários que iria discutir a
garantia de direitos humanos no trabalho,
mas o que estávamos fazendo era discutir
direitos animais. Como assim, todo mun-
do tem esse problema? Passa por várias
categorias, telemarketing, os funcioná-
rios do Rodoanel. Começamos a pensar
então numa campanha pelo direito de ir
ao banheiro”, diz a psicóloga.

O problema do xixi, neste caso, surgiu
primeiro entre os médicos que atendiam
motoristas de ônibus hipertensos. “Foi
no apoio matricial. Perguntamos para
os médicos da UBS quais as limitações
que tinham e descobrimos que tinham
problemas com motoristas hipertensos,
porque associavam um diurético ao tra-
tamento e eles não podem ir ao banhei-
ro, não podem fazer isso”, lembra. Essa
questão, porém, não é uma novidade,
principalmente entre os motoristas de
ônibus. Nos anos de 1990, o sindicato
que reunia os motoristas de ônibus ur-
banos de Campinas incluiu a instalação
de banheiros nos pontos finais das linhas
na pauta da categoria. Os relatos publica-
dos na imprensa na época diziam que, na
emergência, muitos recorriam a terrenos
baldios ou becos em regiões mais afasta-
das e tornavam-se alvo de ladrões. Mais
recentemente, em 2014, a queixa nos fri-
goríficos da região de Chapecó era de que
só era possível ir ao banheiro nos horários
de almoço e de descanso e como haviam
poucos banheiros para os funcionários,

muitos perdiam o descanso e o almoço
na fila e mesmo assim, não conseguiam.

O assunto tem sido ainda tema tanto
de pesquisas sobre organização do traba-
lho e saúde, quanto de debate entre traba-
lhadores e empregados, vários deles no
âmbito judicial, via ações trabalhistas. De
um lado, os trabalhadores reclamam que
o monitoramento, supervisão e restrições
para uso do banheiro criam constrangi-
mento e, em casos mais graves, humilha-
ções. De outro, os patrões argumentam
que em atividades ininterruptas é preciso
garantir a não paralisação das atividades
e isso se faz com supervisão da chefia,
inclusive para uso do toalete. No caso do
telemarketing, a proibição ao controle de
qualquer tipo sobre a ida ao banheiro virou
item do Anexo 2 da NR-17, que trata especifi-
camente das regras para organização do
trabalho no setor. Há ainda várias ações
que tratam dos intervalos intrajornadas,
assunto que aparece em décimo lugar en-
tre os mais tratados nas ações trabalhistas
em 2019 quando associado a horas extras,
e em décimo sétimo quando isolado.

Em dezembro de 2018, a sétima turma
do Tribunal Superior do Trabalho (TST)
publicou um acórdão a respeito, ao julgar
o pedido de revisão de decisão da corte
regional sobre ação de uma funcionária
da Tivit Terceirização de Processos, Servi-
ços e Tecnologia S.A. que prestava servi-
ços no teleatendimento do Banco Santan-
der (Brasil) S.A. A atendente pedia uma
indenização por dano moral por se sen-
tir constrangida com o controle exercido
pela chefia sobre as suas necessidades
fisiológicas. A corte regional reconheceu
a existência do controle e das restrições,
mas julgou que não houve dano moral. O
TST deu razão à funcionária e estabeleceu
uma indenização de R\$ 5 mil e com isso,



criou um parâmetro para as discussões.

O texto do acórdão tem como base
de argumentação o Anexo II da NR 17,
ressaltando que a medida surgiu a partir
de resultados de estudos e pesquisas da
área médica que apontam para “um novo
indicador de adoecimento específico e
diferenciado em relação às demais ca-
tegorias: os problemas do trato urinário
e distúrbios miccionais, imediatamente
relacionados ao controle e repressão tá-
cita ao uso do sanitário durante a jornada
de trabalho”. Os estudos citados especifi-
camente são “A Regulamentação das
Condições de Trabalho no Setor de Telea-
tendimento no Brasil: Necessidades e De-
safios”, dissertação defendida em 2004
pelo médico Airton Marinho da Silva na
Faculdade de Medicina da Universidade
Federal de Minas Gerais, que serviu de
base científica para a NR-17; e “Trabalho
e Emprego no Setor de Telemarketing”,
também uma dissertação de mestrado,
defendida por Paulo Pimentel de Maria
da Silva em 2010, no programa de Pós-
-Graduação em Sociologia da USP.

A campanha imaginada pela frente
não foi possível. “Mudou o governo e na
nova gestão, não dava nem mesmo para
fazer uma simples reunião, quanto mais
uma campanha assim”, lembra Eliana. A
Frente também parece não estar mais tão
ativa, já que a última atualização do Ce-
rest de São Bernardo no site da Renast é
de 2018. ◀

NA BEIRA DO ABISMO

Há pouco mais de um ano, quando se realizou a sexta edição do Congresso
Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde, o
debate do mundo do trabalho girava em torno dos retrocessos a que os
trabalhadores estavam sendo submetidos já há dois anos, com a implantação
da reforma trabalhista aprovada do governo Temer em 2017, e que o governo
de Jair Bolsonaro tentava ampliar. “A PEA, População Economicamente Ativa,
atinge hoje no Brasil 100 milhões de trabalhadores. Se temos quase 30 milhões
nessa situação (de desalento), o cenário é de alta perversidade”, disse

12,8 milhões

de pessoas desocupadas,
ou 13,3% da população
economicamente ativa

76,1 milhões

de pessoas fora da
força de trabalho

FONTE: IBGE/PNAD COVID-19
4a. semana de julho; 2020

28,1 milhões

de pessoas (ou 36,9% da
população fora da força de
trabalho) gostaria de traba-
lhar, mas não podem

18,3 milhões

de pessoas fora da força que
gostariam de trabalhar, mas
não procuraram trabalho

FOTO: José Cruz - Agência Brasil



a desembargadora aposentada Magda Biavaschi ao mediar o primeiro debate, “Mundo do Trabalho e caminhos de luta pelo Direito: existem?”, na tarde do dia 26 de agosto de 2019.

Ela usou os números da PNAD contínua de então para provocar seus colegas, o também desembargador Jorge Luiz Souto Maior, e os advogados trabalhistas Carla Bracchi, de Ilhéus, na Bahia, e Alberto Federico Ovejero, de Buenos Aires, na Argentina, para que apontassem caminhos de saída dessa situação. Esse grupo a que Magda se referiu já somava mais da metade da PEA no trimestre de abril a junho de 2020, quando o nível de ocupação estava em 47,9%, o menor da série histórica; uma queda de 6,7% com relação ao mesmo trimestre de 2019. Mais do que resultado das dificuldades impostas pela covid-19, essa piora extrema das condições que a desembargadora já definia antes como perversa, foi promovida por ações oportunistas do governo, empenhado em negar a gravidade do contágio, ao mesmo tempo em que usa essa mesma gravidade para impor, como moeda de troca para medidas de proteção, o avanço da retirada de direitos.

Sob o mantra de que “é preciso salvar as empresas para evitar demissões”, medidas provisórias rapidamente transformadas em lei, permitiram a redução de jornada e de salário, um dos direitos considerados básicos e “inegociáveis”; a suspensão de contratos e a assinatura de convenções coletivas sem a participação do sindicato. Em troca, ofereceu um auxílio emergencial de R\$ 600,00 mensais no período de abril até setembro, valor que é pouco mais de meio salário mínimo, pagos de forma errática e ineficiente, levando milhões de pessoas a se aglomerar - e se arriscar - nas filas da Caixa.

“É difícil ver o que era a justiça do trabalho quando eu comecei, e como ela está agora”, diz Carla, depois de apontar o número reduzido de ações trabalhistas em curso nas três varas da Justiça do

Trabalho em sua região, um dos resultados mais nefastos da aplicação da Reforma, que passou a permitir a cobrança de honorários de sucumbência nas ações trabalhistas. “Nem 900 ações. Medo de perder”, disse. Foi em Ilhéus a primeira aplicação do princípio, de que quem perde, paga.

Na segunda instância a cobrança foi suspensa porque a situação financeira do trabalhador não lhe dava condições para pagar. As decisões nesse sentido variaram muito depois disso, aparecendo desde magistrados que simplesmente não aplicam o princípio da sucumbência por considerá-lo inviável, até aqueles que condenam o trabalhador a pagar, mas o número de ações na Justiça do Trabalho continua caindo. Em janeiro deste ano, o Tribunal Superior do Trabalho divulgou uma redução de 32%, quando comparado com o período anterior à reforma.

Além do medo do princípio da sucumbência, as razões apontadas para essa queda incluem o fim da obrigação de fazer as rescisões no sindicato, que deveria conferir e aprovar o cálculo apresentado pela empresa. Sem esse acompanhamento, muitas vezes o trabalhador sequer fica sabendo se foi prejudicado. E também a grande flexibilização nas formas de contrato, que foi ainda mais ampliada com a pandemia. ◀



MUNDO DO TRABALHO E CAMINHOS DE LUTA PELO DIREITO: EXISTEM?

Da esquerda para a direita, o advogado argentino Alberto Federico Ovejero, sua colega de Ilhéus, Carla Bracchi; a desembargadora aposentada Magda Biavaschi, que mediou o debate, e Jorge Luiz Souto Maior, também desembargador.

Sucumbência

No dia 11 de novembro de 2017, quando a reforma entrou em vigor, o juiz da 3ª Vara do Trabalho de Ilhéus condenou um trabalhador rural a pagar, a título de honorários ao advogado do patrão, 10% do valor da indenização definida na petição inicial. Ele havia sido baleado por ladrões que invadiram a Fazenda São José, onde trabalhava e também morava, e entrou com uma ação alegando que tinha sofrido um acidente de trabalho, solicitando por isso uma indenização.

O juiz não aceitou a ação, e o condenou a pagar honorários de sucumbência aos advogados da fazenda no valor de 10% da indenização pedida inicialmente. Na segunda instância o índice foi reduzido a 5% e o pagamento suspenso porque o trabalhador estava se valendo da justiça gratuita e não tinha, portanto, condições reais de arcar com o valor, mas ficou sob ameaça até junho deste ano: caso sua situação financeira melhorasse nesse período e o advogado da empresa ficasse sabendo, poderia levantar a suspensão do pagamento na Justiça.

O DIREITO NÃO VAI NOS SALVAR

O desembargador Jorge Luiz Souto Maior, do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da USP, oferece a mão à palmatória. “Talvez nós tenhamos - talvez, só talvez - tenhamos confiado demais na avaliação de que aquelas declarações (dos direitos humanos) tivessem vindo para ficar. E que a efetivação desses direitos bem ou mal estivessem ocorrendo, estivessem sendo pra valer. Acho, e também só acho, que essas certezas nos fragilizaram. Na perspectiva de uma maior afirmação radical desses direitos e inflexão no que se refere às suas aplicações”, o desafio já não seria mais a declaração dos direitos, como diria Norberto Bobbio, e sim o desafio de sua aplicação, como disse agora mesmo a doutora Magda”, afirmou Souto Maior, depois de lembrar que os horrores das duas guerras mundiais levaram à criação de um pacto de solidariedade, a Declaração dos Direitos Humanos, tido como um “aforismo, uma verdade absoluta”.

Ele aponta o retrocesso jurídico iniciado há décadas e também há décadas, não reconhecido pelos seus operadores. “Esse retrocesso jurídico está posto e não adianta falarmos: olha, isso não pode acontecer porque nós temos o princípio do não retrocesso. O princípio do não retrocesso não funcionou. E as instituições que poderiam, de certo modo, até barrar alguns retrocessos com a utilização dos princípios, porque princípios também são normas, princípios também ditam o direito, essas instituições não foram lá, assim, tão comprometidas com esses princípios”, afirma.

Retrocessos

O desembargador Jorge Luiz Souto Maior enumera todas as concessões e flexibilização do direito do trabalho, começando pela lei da representação comercial em 1965, do trabalho temporário de 1974 e do Fundo de Garantia, que acabou com a estabilidade decenal em 1967. E segue com medidas mais recentes: contrato de estágio na década de 90, da terceirização da atividade meio em 1993, do Banco de Horas em 1998, do trabalho a tempo parcial em 1998 e do contrato provisório em 2005.

Jorge continua sua fala lembrando a importância de se reconhecer o momento que vivemos e que a existência de uma constituição cidadã e garantidora não nos basta. “Talvez o que tenha faltado para a efetivação dos direitos, falta nesse instante para a recuperação dessa luta pelos direitos: a mobilização”, sugere. E alerta para a impossibilidade de se manter a posição atual, de negação, da classe jurídica: “É preciso que isso seja dito, que seja admitido, sob pena de ficarmos reproduzindo uma lógica que não deu certo, reproduzindo engodos, reproduzindo fantasias. ‘Olha, nós temos a constituição, temos o princípio do não retrocesso, nós temos os direitos humanos. Não precisamos fazer nada, podemos ficar sentados em casa vendo televisão, porque o direito vai nos salvar.’ O direito não vai nos salvar”, conclui. ◀



O PÚBLICO VAMPIRIZADO PELO PRIVADO NA SAÚDE

"Qual é o posicionamento atual deles (dos planos de saúde)? Eles atualmente são a favor do SUS. Eles começaram a dizer "como o SUS é bom! Nossa, nós somos totalmente favoráveis ao SUS. Sem o SUS é a barbárie. O SUS precisa existir. O SUS é um dos maiores sistemas de saúde do mundo. Escrevem isso nos seus documentos empresariais etc, mas desde que seja para pobre. Eles propõem ativamente a telemedicina no SUS, são totalmente favoráveis ao cartão SUS, porque são eles que têm a tecnologia para vender." (LÍGIA BAHIA)

O médico Alexandre Padilha, ministro da Saúde do governo Dilma Rousseff, chegou ao Congresso quando Lígia Bahia, companheira de militância e de profissão, começava sua fala na mesa Seguridade Social e Saúde: saúde é direito e todos e dever do Estado. Interesses conflitantes, onde ele daria também sua contribuição ao debate, mediado pelo jornalista e editor do Le Mond Diplomatique, Silvio Caccia Bava. Era manhã do segundo dia do Congresso, Lígia interrompe sua abertura para cumprimentar o colega e, alguns minutos depois, ao enumerar as ações do executivo federal que, na sua opinião, promovem o subfinanciamento e consequente destruição do SUS, aponta a criação do Proadi-

-SUS como um erro inacreditável do PT. "Prá lá de absurdo. É insustentável. Se a gente conta isso num país estrangeiro ninguém acredita que seja possível uma política social tão regressiva quanto essa", disse. E do seu colega de mesa, quando esteve à frente do Ministério da Saúde nos primeiros anos do governo Dilma:

"Plano de saúde privado para servidor (público), empréstimo para filantrópico, além do capital estrangeiro, que é outro absurdo. Podíamos ter ficado sem essa, né. Aprovar entrada do capital estrangeiro nesse momento de grande crescimento do setor privado foi um favor. Um favor reconhecido, que a Dilma fez para as empresas privadas. O pessoal disse que foi por infelicidade, mas se for infelicidade foi uma brutal infelicidade".

A pandemia escancarou o tamanho dessa brutalidade, quando pegou a rede de atenção primária - que atende 80% dos contaminados pelo novo coronavírus, com 2,5 mil vagas de médico abertas em São Paulo, epicentro do desastre. Esse número corresponde à metade das equipes de atenção primária do Estado,

que somam pouco mais de 5 mil. "Com o fim da Cooperação com Cuba, estabelecida no Programa Mais Médico implantado no Governo da Dilma Rousseff, o Ministério da Saúde passou a contratar médicos brasileiros em 2019, a maioria recém formados, mediante Editais que excluíam os municípios de grande porte, e de regiões metropolitanas. Com isso, na gestão do ministro Luiz Henrique Mandetta, as vagas dos municípios paulistas não puderam ser preenchidas, e quando chegou a pandemia grande número de UBS estavam com o quadro de médicos reduzido" explica Aparecida Linhares Pimenta, ex-secretária de saúde de Bauru, Santos, Amparo, Diadema, Poços de Caldas e Chapecó, atualmente secretária executiva do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo (Cosems-SP).

Num debate sobre o SUS e a Pandemia Arthur Chioro, médico sanitário, professor e também ministro da Saúde no governo Dilma apontou a existência de "um acovardamento" da atenção primária. "De maneira geral, e eu tenho virtualmente viajado o país inteiro e sempre encontro correspondência a isso que tenho afirmado, a nossa rede básica nesses



SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE: SAÚDE É DIREITO E TODOS E DEVER DO ESTADO. INTERESSES CONFLITANTES
Com Lígia Bahia, médica e professora da UFRJ; Silvio Caccia Bava, jornalista, Gastão Wagner de Sousa Campos médico e professor na Unicamp e Alexandre Padilha, também médico e ex-Ministro da Saúde

últimos seis meses parece que está em um sábado de campanha de vacinação. Até fisicamente se reestruturou para vacinar contra gripe e praticamente não se faz mais nada", disse.

Aparecida Pimenta afirmou que "os municípios paulistas reorganizaram as UBS para atender os milhares de casos suspeitos e confirmados da covid-19, com monitoramento de casos leves e moderado em isolamento domiciliar, e para isso, foram obrigados a reduzir o atendimento dos doentes crônicos, como hipertensos, diabéticos, entre outros. É urgente a necessidade de retomar o atendimento destes pacientes, a realização das cirurgias eletivas, etc. Não posso cobrar da atenção básica respostas, sem considerar o contexto", diz, e ressalta que teria sido tudo muito pior sem o trabalho feito até aqui nas 42 mil unidades básicas de saúde, ou como no caso de São Paulo, pelas 5 mil equipes de saúde da família e centenas de equipes de atenção básica.

Em agosto deste ano, o país somava quase 120 mil mortos por covid-19, estacionado há três meses em um platô macabro de quase mil mortes diárias. "Ao mesmo tempo que tem essa desorganização, essa falta de formulação de políticas nacionais para o enfrentamento da pandemia, em São Paulo tem também o esvaziamento político e técnico da secretaria estadual da saúde em relação à pandemia. O foco no Estado tem sido a ampliação de leitos de UTI, que é funda-

mental, mas não é suficiente, visto que as medidas de isolamento social e atendimentos dos casos leves e moderados são necessário para conter a pandemia", e acrescenta que "a atenção primária tem feito todo o trabalho de acolhimento, triagem e monitoramento remoto de 80% dos 803.404 contaminados por covid-19 no Estado.

Aparecida diz que há grandes diferenças entre os municípios, diversidade nas condições de trabalho dos profissionais da saúde, e na qualidade do atendimento da população entre os 645 municípios do Estado, principalmente entre a Capital e os demais. A mesma diversidade pode ser encontrada entre os 5.570 mil municípios do país, mas em todos, é a atenção básica que está lidando com os 3.862.311 de doentes notificados no País, também até 31 de agosto. Segundo ela, há situações de extrema dificuldade, ações irresponsáveis e ineficientes; mas também bons exemplos.

SEM MINISTRO

A gestão da saúde nos dois anos de governo Bolsonaro é marcada pela falta de liderança: ele trocou o ministro duas vezes durante a pandemia, e após 4 meses de interinidade, em 16 de setembro efetivou o general Eduardo Pazuello, que se mostra mais preocupado com a distribuição da cloroquina produzida pelo exército, que gastou cerca de R\$ 1,5 milhão de reais, do que com a coordenação

das ações do sistema. De forma geral, a total falta de liderança dificultou e sobrecarregou quem trabalha na ponta, nas unidades de saúde, e criou situações de descontinuidade por "esquecimento" ou abandono de programas adotados pelo gestor imediatamente anterior. Aconteceram algumas situações dramáticas, como no caso do estudo da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL-RS), contratada pelo MS durante a gestão de Mandetta, mas realizada quando o Ministério já estava sem ministro e que teve a primeira fase de coleta de dados prejudicada por uma falha do MS. Os técnicos aparentemente "esqueceram" que haveria uma testagem nacional. O estudo realizou testes em 133 cidades em quatro fases diferentes.

Não houve uma explicação formal, mas segundo o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), o MS não avisou as secretarias de saúde das cidades de que haveria uma testagem. Desavisadas e assustadas com as muitas fraudes ligadas à aplicação de testes para a doença, população e gestores locais trataram as equipes do Ibope - contratadas pelo estudo - como farsantes. Em algumas cidades, elas chegaram a ser expulsas e em outras, presas. O material para o teste foi apreendido e jogado fora. O erro foi corrigido e a segunda fase de testes, quinze dias depois, ocorreu sem grandes problemas, mas o primeiro levantamento ficou incompleto. Um grupo de trabalhadores chegou a ser

indiciado por crime de falsidade ideológica e atentado à saúde pública.

Outro programa que parece ter sido esquecido pela gestão atual é a implantação de plataformas para consultórios virtuais nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), contratado pelo Ministério da Saúde em meados de abril, quando a pandemia já havia obrigado os governos em vários Estados a colocar a população em quarentena e fechar comércio e serviços não essenciais. Como previa Lúgia há um ano, o MS contratou a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein, uma OS do grupo com sede na cidade de São Paulo e atuação em todo o Estado e também no Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e Pernambuco.

O contrato para implantação dos Consultórios Virtuais da Saúde da Família tem valor de R\$ 4 milhões e prazo até dezembro para desenvolver a plataforma, em que os médicos e profissionais possam registrar a consulta a distância, emitir atestados e receitas e enviar endereço eletrônico para videoconferência com seus pacientes. Os dados serão validados, e o suporte da plataforma fará a emissão da certificação digital dos médicos, que será gratuita e com validade de cinco anos. Os pacientes poderão escolher entre fazer a consulta por telefone ou videoconferência, o que for mais confortável ou viável.

A possibilidade do atendimento virtual poderia evitar a situação dos profissionais da saúde, que sem liderança, sem informação e pressionados pela demanda, foram brutalmente afetados pela doença. Conforme levantamento do MS, em seis meses de pandemia, 226 profissionais de saúde morreram e outros 257 mil foram infectados pelo coronavírus. Os técnicos e auxiliares de enfermagem foram as maiores vítimas, com 38,5% das mortes e 34,4% dos infectados, seguidos pelos médicos (21,7% das mortes e 10,7% dos infectados) e enfermeiros (15,9% das mortes e 14,5% dos infectados). A previsão da Secretaria de Atenção Primária à

Proadi-SUS

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Lei nº 12.101/2009

O programa é financiado com recursos de isenção fiscal (COFINS e cota patronal do INSS), concedida aos hospitais filantrópicos reconhecidos como de excelência pelo Ministério da Saúde, que executam projetos de transferência, desenvolvimento e incorporação de novos conhecimentos e práticas em áreas estratégicas para o SUS. As áreas de aplicação devem ser de estudos de avaliação e incorporação de tecnologias; capacitação profissional; pesquisas de interesse público e desenvolvimento de técnicas e operação de gestão de saúde. De 2009 a 2017, os hospitais de excelência investiram cerca de R\$ 4,6 bilhões no SUS, um valor que corresponde ao da isenção que receberam.

Mais informações: <https://hospitais.proadi-sus.org.br/sobre-o-programa#a-origem-dos-recursos>

Saúde (SAPS) é de que pelo menos 20 mil médicos e enfermeiros que trabalham nas unidades de Saúde da Família possam ter acesso e treinamento para a navegação no sistema, por meio de cadastro, que começou a ser feito em maio e até o final de agosto, não havia informações sobre quantos haviam se cadastrado.

A SAPS e também a Secretaria Municipal de Saúde da cidade de São Paulo, contatadas pela redação, não informaram, até o fechamento desta edição, se o serviço já estava sendo oferecido ao cidadão. No site da SAPS, além da informação sobre abertura do cadastro de médicos, não havia data, até então, para o início do cadastro de enfermeiros e demais profissionais. Na rede de UBS da cidade de São Paulo, por exemplo, a informação prestada

pelos atendentes ao morador que procurou esse serviço até meados de agosto era de que não havia essa possibilidade. O único atendimento remoto era o monitoramento de casos leves e suspeitos de covid-19, feito por telefone pelo corpo de enfermagem.

DEDUÇÃO FISCAL NA VEIA

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), usado para a contratação do Albert Einstein, foi instituído no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e, segundo Lúgia "é dedução fiscal na veia para hospital que só atende rico". Além do Proadi, Lúgia lembra que Lula universalizou os planos de saúde entre os servidores públicos e manteve as medidas tomadas por Fernando Henrique Cardoso, incluindo o Fundo Social de Emergência - uma barbaridade na sua opinião, que destrói a plataforma de financiamento do sistema. "Continuaram os empréstimos para Santa Casa, para empresas privadas, manteve a DRU (Desvinculação de Receita da União, que permite retirar dinheiro do orçamento da previdência para uso em outra área), manteve o subfinanciamento do SUS", enumera, e em seguida reclama da atuação de Dilma Rousseff, que ampliou os subsídios fiscais, permitindo por exemplo, que hospitais filantrópicos que tratam câncer recebam doação de subsídio fiscal. Explica que tudo isso abre o mercado - o segundo maior do mundo, estimado em mais de 133 milhões de pessoas só entre os potenciais clientes do SUS segundo o Ministério da Saúde - para as grandes empresas de plano de saúde.

Ela faz uma ressalva no final, de que esse passado não nos condena ao presente. "O que acontece hoje é que as empresas de planos querem, e vão conseguir, aprovar uma expansão com esses planos mais baratos", diz. Houve, em 2017, durante o governo Temer, uma proposta do então ministro da Saúde, Ricardo Barros, para a Agência Nacional de Saúde Suplementar, de aceitação de planos mais ba-

ratos e com cobertura menor, que foram chamados de planos "melhoral+copo d'água", além do crescimento dos planos falsos coletivos. "É uma ruptura da tendência (de soma de políticas pró privatização). E o governo atual rompe de novo essa tendência. Por que a proposta é de total desregulamentação das coberturas dos planos de saúde e é claro, de manutenção de subsídios etc. A proposta do Paulo Guedes é de desvinculação dos gastos com saúde. Então não vai ser problema de subfinanciamento, vai ser um problema de não funcionamento", prevê.

TOMANDO O CÉU DE ASSALTO

Cidinha tinha como companheiros no debate sobre o atendimento na atenção primária, além de Arthur, o médico Ubiratan de Paula Santos, pneumologista do Hospital das Clínicas, o sanitarista Cláudio Maierovitch, pesquisador da Fiocruz e diretor da Vigilância das Doenças Transmissíveis do MS na gestão de Dilma Rousseff; Francisco Funcia, professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e consultor técnico do Conselho Nacional de Saúde (CNS); o médico sanitarista Gonzalo Vecina, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, um dos idealizadores do SUS e fundador da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e também, Gastão Wagner de Souza Campos, médico sanitarista e professor no Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Unicamp e que também dividiu a mesa sobre saúde com Lúgia e Padilha. Todos militantes históricos do movimento sanitarista brasileiro, que teve como ícone, David Capistrano.

Ex-secretário de saúde do MS, Gastão colocou a situação da atenção primária sob uma ótica mais racional. "Não é que não funcionou, mas funcionou muito mal. Não consegui fazer vigilância epidemiológica como o Gonçalo nos ensinou, como um monte de gente ensinou. Pelas condições adversas? Sim, pelas condições adversas". Ele segue detalhando sua proposta de ação, que já tinha esboçado

na palestra no Congresso. "Vamos tomar o céu de assalto, aquela frase do (Karl) Marx sobre os comunizados da Coluna de Paris. Eu, como sou mais modesto, (digo) vamos tomar a terra de assalto, pelo menos". Como o desembargador Jorge Luis Souto Maior propõe para os operadores da Justiça, Gastão aposta na militância. "A esperança somos nós. O SUS existe. Está cheio de problema, mas existe. Tem uma influência grande e importante", afirmou há um ano. E hoje, propõe que além da resistência, se lute por avanços onde for possível, no "limite do céu", sem esperar que o governo central tome a iniciativa.

Gastão crítica a descentralização do SUS, que considera um erro cometido na gênese do sistema. "No mundo inteiro, o SUS não é municipal. Não tem jeito. Os municípios não conseguem dar conta nem da atenção primária. O Mais Médicos provou isso. Não é só passar dinheiro", afirmou há um ano, quando propunha que a administração pública fosse reinventada. "Nós não fizemos a reforma.... foi um grande tiro no pé", disse. Hoje ele vai além, e faz, novamente como Jorge, o desembargador, uma autocrítica.

"Administração direta brasileira não serve para o SUS. O Estado brasileiro é um estado burguês patrimonialista. Mesmo o imposto arrecadado sem privatização é apropriado privadamente pelas empresas, pela elite médica, pelos hospitais. Então é uma administração direta emperrada. Não serve para educação, para universidade. A saída que foi construída nesses 30 anos, em que a esquerda, a centro-esquerda, se acomodou docemente constrangida, foi a terceirização e a privatização, as Organizações Sociais de Saúde (OSS)... Pra gente ter uma alternativa à privatização e às OSS, precisa mudar o padrão de gestão pública. Advogo que o SUS deve ser uma autarquia especial. Proponho campanha de extinção das OSS em três ou quatro anos, de substituição progressiva por essa nova gestão do SUS. Para aumentar o caráter público do SUS, temos que aumentar o poder do

usuário brasileiro no dia a dia".

As três diretrizes que ele apresentou no Congresso: militância ativa, resistir e avançar e uma proposta que devolva a esperança ao povo, agora são cinco e inclui reforma tributária progressiva e dar um destino claro ao dinheiro: investir em pessoal. "A política de pessoal do SUS é horrível, é ruim. Depende de cada município, de cada hospital. Não tinha nem equipamento de proteção pessoal. Nós temos a cultura do jalequinho, cada um leva o seu jalequinho. É assim no SUS e também no sistema privado. É um escândalo isso no terceiro milênio". E em ciência e tecnologia: "De imediato, para produzir vacina (contra covid-19), confirmar se são efetivas e não causam danos e fazer uma política nacional de vacinação. Preparar agora, porque pode ser que comece em janeiro. Temos que, em três meses, vacinar 220 milhões de brasileiros e brasileiras. O que o MS está fazendo? Se apoiou na Fiocruz, que vai produzir 60



Gastão Wagner

milhões, e não assumiu de novo o papel de coordenação”.

NECROPOLÍTICA

A falta de coordenação do Ministério da Saúde também é uma preocupação ressaltada por Aparecida e fica mais grave com o boicote promovido pelo presidente Jair Bolsonaro às ações de enfrentamento da pandemia. Além de um comportamento pessoal irresponsável – não usa máscara e promove aglomerações sempre que pode –, Bolsonaro vem estimulando o uso de medicamentos sem evidência científica de que promovam alguma melhora efetiva para os doentes, com foco especial na cloroquina. Uma substância com efeitos colaterais bastante conhecidos, que quando ocorrem em um doente por covid-19 podem piorar o quadro, especialmente se há comorbidades cardíacas ou no sistema vascular. O Ministério da Saúde, sob a direção de Pazuello, comprou quantidades enormes do medicamento e tem promovido a distribuição em massa para estados e municípios.

Cidinha aponta, como resultado, o desgaste e o desperdício de recursos já escassos. “Enquanto sobra cloroquina, faltam medicamentos para sedação na intubação de pacientes, causando problema de enorme gravidade no atendimento de pacientes graves que necessitam de ventilação mecânica”, conta. E uma rápida pesquisa no Google revela o resultado prático dessa distribuição massiva. Prefeitos, governadores, deputados e vereadores estão criando campanhas de distribuição do “kit covid”, um pacote de medicamentos que inclui ao menos três dos fármacos azitromicina, ivermectina, cloroquina e dipirona, acompanhado de um termo de consentimento que deverá ser assinado pelo paciente, assumindo os riscos pelo uso de substâncias sem comprovação científica de sua segurança.

Algumas prefeituras restringem a distribuição desses kits aos doentes com sintomas, familiares ou pessoas que tiveram contato com doentes, como em Presidente Médici/RO, e há casos de campanhas de distribuição em massa organizadas

pelo governo estadual e com incentivo do Ministério da Saúde, como o Rio Grande do Sul. Levantamento do Jornal Zero Hora mostra que 159 cidades gaúchas aderiram à uma campanha da Secretaria Estadual da Saúde, que intermediou a distribuição de cloroquina do Ministério da Saúde. A reportagem traz detalhes da distribuição feita pelos gestores de Gravataí, Cachoeirinha, Parobé e Campo Bom.

Em Gravataí, por exemplo, a prefeitura estimava que iria distribuir 100 mil comprimidos de cinco drogas que entraram no kit, entre eles ivermectina e cloroquina. O jornal informa ainda que o senador Luís Carlos Heinze (PP), um dos interlocutores do MS, organiza reuniões virtuais com gestores de diferentes regiões com médicos favoráveis ao uso da cloroquina. Essa campanha levou o prefeito de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, a organizar uma campanha de distribuição do kit para pelo menos metade da população, de 220 mil habitantes. Em uma semana, havia entregue a medicação para quase 20 mil moradores.

No Mato Grosso do Sul, no início de agosto haviam dois projetos de lei e uma indicação em análise na Assembleia, prevendo distribuição em massa de cloroquina; as prefeituras de Cuiabá (MT) e Pindamonhangaba (SP) estão usando as unidades básicas do SUS para distribuir os fármacos “para prevenção”; e a vigilância sanitária do Estado da Bahia autuou a Igreja Batista Memorial, do sul da Bahia,

que estava distribuindo o “kit covid” entre seus fiéis de forma irregular. Há ainda notícias de distribuição do kit por empresas de convênio médico, como fez a Unimed em Fortaleza, no Ceará.

O comportamento do presidente e a falta de ação do Ministério da Saúde atingem de forma brutal as populações mais pobres, que não conseguem se manter em isolamento social pelas condições em que vivem. Um estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da PUC-Rio, mostrou que a letalidade da doença é maior entre negros e pardos – 74,15% dos negros e pardos internados em UTI por covid, e 42,69% dos que ficaram na enfermaria morreram da doença, contra 59,02% (UTI) e 23,87% (enfermaria) dos brancos. O impacto entre brancos é mais de 50% menor. Outro estudo, realizado pela Rede Solidária, que reúne pesquisadores de várias universidades brasileiras e estrangeiras, mostrou que 67% dos moradores em favelas relatam fome e privação de alimentos durante a pandemia, 56% sofrem por falta de trabalho e pelo desemprego gerado, 32% têm dificuldade em acessar ao auxílio emergencial e 28% enfrentam problemas com infraestrutura como acesso à água e energia elétrica, rede de internet e moradia.

E o Bolsonaro, começou, em agosto, uma campanha contra a vacinação em massa da população. Um exemplo vivo de como funciona a necropolítica. ■



Alexandre Padilha

TEM LEI? PASSA POR CIMA

A frase é do professor Ricardo Antunes, que atribui a dificuldade em garantir a aplicação das leis pelas empresas e a pouca ação da fiscalização à evolução tecnológica apropriada pelo capital. Uma situação que levou a um aumento persistente no número de acidentes e das mortes no trabalho, segundo o secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Sindimetal), Gilberto Almazan, que participou da mesa Saúde do Trabalhador: expressão do conflito capital versus trabalho, mediada por Eduardo Bonfim, especialista em saúde do trabalhador e coordenador técnico do Diesat. O Sindicato de Gilberto acompanhou os casos de acidentes graves e fatais de que tiveram conhecimento e que foram alvo de auditoria fiscal. As informações levantadas nesse estudo é a base para a campanha *Basta*, lançada agora, em agosto, um ano depois.

Foram 105 acidentes graves e fatais ocorridos entre 2008 e 2018, 20% deles com morte de pessoas com idade média de 38 anos e em sua maioria, homens (92,4%). Quase metade dos acidentes (44,8%) aconteceram durante o trabalho em máquinas sem proteção, e atingiram braços, dedos e mãos dos trabalhadores,



Professor Ricardo Antunes

que tinham em média, 36 anos, levando a amputações em 31,4% dos casos. O Sindicato acompanhou 94 casos de acidentes graves, 19 com mortes. Nestes casos, é obrigatório registrar um Boletim de Ocorrência na delegacia, o que foi feito, mas todos sem exceções, foram arquivados sem inquérito. Para a polícia, ninguém teve culpa.

Gilberto reclama que o então Ministério do Trabalho (MT) enfraqueceu as fiscalizações por meio da criação de programas para investigações específicas, e não olham o ambiente como um todo. “De 2000 para cá foi completamente destruída (as ações fiscalizatórias), principal-

mente depois de 2010. No MT começaram a colocar metas para os auditores e estipular programas de fiscalização para crimes específicos. Olhar a produção, a organização, porque que os problemas acontecem não é mais possível”, diz. A lei 13.844/19, que transformou o MT em uma secretaria especial do Ministério da Economia, dissolveu a autonomia dos auditores fiscais do trabalho e aprofundou o esvaziamento da atividade. O sindicalista reclama ainda das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas): “Em geral, assume a versão da empresa, que culpa a vítima em pelo menos 90 dos 94 casos que a gente acompanhou”, reclama.

RAPOSA CUIDANDO DO GALINHEIRO

Dar às infratoras a responsabilidade de informar o Estado sobre as condições de segurança da sua atividade e ainda gerir os danos tornou-se praticamente uma política de Estado no Brasil e apareceu também na mesa Crimes ampliados: Samarco, Vale e cidade de Barcarena, expressões dramáticas recentes da ganância do capital e da falácia da gestão como solução, mediada por Cristiane Queiroz Barbeiro Lima, química, ergonomista,



Advogados Tchena Maso e Maximiliano Garcez

pesquisadora aposentada da Fundacentro. Os convidados trouxeram detalhes a respeito de três grandes tragédias da mineração brasileira provocadas em parte, pela falta de fiscalização, ou fraude nos laudos. No caso do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho em janeiro de 2019, que matou 270 pessoas e deixou outras 11 até hoje desaparecidas, investigação posterior comprovou a existência de laudos que informavam os riscos presentes nas estruturas, desconsiderados pela empresa.

Essa situação de risco das barragens também jamais foi registrada no cadastro mantido pela Agência Nacional de Águas (Ana), que desde a implantação da reforma de Estado promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, é responsável por monitorar a segurança dessas estruturas. O cadastro, alimentado pelas empresas, orienta a fiscalização, que é responsabilidade do antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), transformado em Agência Nacional de Mineração (ANM) pelo governo Bolsonaro. O procurador Geraldo Emediato de Souza, coordenador do grupo especial de atuação finalística do Ministério Público do Trabalho, contou que em Mi-

lores pagos são absolutamente irrisórios. Esses R\$ 300 mil que a Vale pagou a algumas famílias ... o que pedimos na ação do Sindicato eram R\$ 10 milhões por família. Isso significa uma hora e vinte minutos de lucro da Vale durante o período da tragédia”, compara. Max, como o advogado é conhecido, conta que no quarto trimestre de 2018, a Vale teve um lucro de US\$ 3,7 bilhões. Ele faz as contas: os R\$ 320 mil pagos a cada família é equivalente ao lucro obtido pela mineradora em dois minutos e trinta segundos de operação.

ASSÉDIO

O relato de Tchena Maso, advogada, membro da coordenação do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB), sobre sua atuação em Mariana onde também houve um rompimento de barragem da Vale, explica como isso ocorre. Ela conta que os representantes das empresas começaram as negociações – em realidade, o assédio a que se refere Max – com os atingidos logo nos primeiros dias depois da tragédia, quando todos estavam mais preocupados em se curar, reorganizar minimamente o cotidiano e principalmente, descobrir o tamanho da tragédia. Em março, menos de três meses depois, foi assinado um acordo entre o governo federal, as empresas e os órgãos ambientais, um grande pacto com 42 programas sociais e ambientais voltados para reparação da Bacia do Rio Doce e de seus 228 Municípios. “É esse acordo que cria a Fundação Renova, na nossa leitura um grande anteparo jurídico para evitar o confronto direto”, conta a advogada.

A Renova, criada com capital das mineradoras responsáveis pela barragem

rompida, intermedia conflitos e negocia os pagamentos de indenizações e o financiamento de obras de reparo. E são muitos os conflitos, nascidos em parte da dependência econômica das regiões de mineração do país, que Tchena chama de “regiões minério-dependentes”, onde vários municípios terminam com suas finanças atreladas à economia da mineração. “Nos primeiros momentos ali em Mariana, tivemos muita dificuldade de estabelecer um diálogo, por que os trabalhadores queriam a volta da Samarco-Vale, mas os atingidos têm medo que a Samarco volte a operar e que aconteça um novo rompimento”, diz.

O procurador Geraldo dá a dimensão do problema: “Mariana está parada (em agosto de 2019). Todos desejam que a Samarco-Vale volte a operar e a gerar empregos. Ela tinha 2.936 empregados próprios, 2.756 empregados temporários. Após pouco mais de quatro anos, dois terços dessa mão de obra foi dispensada”, diz, e lamenta os valores acordados. “O Sindicato aderiu a um Plano de Demissão Voluntária que resultou em inde-

nizações pífias. Impugnei o acordo e a juíza homologou. Quantas famílias ficaram sem emprego e receberam indenizações de sete salários anuais? Essa foi a indenização que os trabalhadores receberam. A comunidade (ainda) espera reparações, que não vêm porque a própria infratora criou uma Fundação, a Renova, para gerir as suas indenizações”, diz.

A lama derramada neste acidente destruiu completamente a comunidade de Bento Gonçalves, escoou pelo córrego do Feijão até o Rio Doce e por ele, chegou até o mar e atingiu Abrolhos, uma pérola ambiental do Litoral brasileiro. No acordo, a Samarco-Vale reconhece como atingidos apenas aqueles que a lama atingiu diretamente – os 228 municípios da Bacia do Rio Doce, que tem as águas envenenadas e inertes até hoje, ficaram de fora. Há ainda os afetados pela passagem do trem com o minério, carregado em vagões abertos e sem proteção, que cobrem todo o percurso com poeira cinza, metálica e tóxica.

Tchena aponta a inoperância da Renova, que em mais de três anos de tra-

balho não tinha conseguido concluir o cadastro, uma etapa básica. “Hoje tem 90 mil pedidos de atingidos para serem cadastrados, esperando uma resposta. Eles imaginavam no primeiro momento, que seriam 10 mil pessoas atingidas”, conta. Segundo os cálculos do MAB esse número na verdade, chega a um milhão na Bacia do Rio Doce e no Litoral capixaba, área incluída como também afetada graças à pressão das comunidades.

Hoje o cenário na zona do Alto Rio Doce, onde a lama atingiu diretamente as casas, é de desesperança. Tchena conta que passados quatro anos, nem uma única casa havia sido reconstruída e que o reassentamento feito até então, da comunidade de Bento Rodrigues, ficou numa área ao lado do lixão de Mariana, contra a vontade dos moradores. Na área onde antes ficava a cidade, que eles pretendiam preservar e transformar em um memorial, foi construída uma nova área para descarga de rejeitos e assim, à desesperança se soma a angústia. Há também insegurança com relação aos auxílios, com ameaças de suspensão, e ao cadastro



Gilberto Almazan e Francisco Antonio de Castro Lacaz



BENTO RODRIGUES: Famílias ainda esperam pela reconstrução de suas casas



MESA CRIMES AMPLIADOS: SAMARCO, VALE E CIDADE DE BARCARENA, EXPRESSÕES DRAMÁTICAS RECENTES DA GANÂNCIA DO CAPITAL E DA FALÁCIA DA GESTÃO COMO SOLUÇÃO: Marcelo Chalreo, da OAB-RJ, procurador Geraldo Emediato de Souza, Cristiane Queiroz Barbeiro Lima, mediadora, Tchenna Maso, do MAB e o advogado Maximiliano Garcez

dos atingidos, que ainda não incluiu todas as vítimas.

TUDO CONTAMINADO

Esse roteiro é comum em todos os desastres da mineração, mas no Pará, nas margens do rio que irá formar um dos braços do Delta da Ilha de Marajó, bem distante das lentes da mídia, os cidadãos vivem um cotidiano de terror. O advogado Marcelo Chalreo, presidente da Comissão de Direitos Sociais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, diz que em Barcarena, onde está o grande complexo de exploração de bauxita e caulim, as águas e a população das comunidades ribeirinhas sofrem desde o início dos anos 2000 com vazamentos e transbordos sistemáticos durante as chuvas de verão. A partir de 2004, depois de um vazamento nas bacias de rejeitos de caulim pela Imerys em dois igarapés do rio Pará, eles deram início a uma difícil batalha, para obter o reconhecimento formal das contaminações das águas e das pessoas e que envolve todas as empresas com atividade minerária no polo.

Em 2007 outro transbordamento da Emerys, que dessa vez despejou mais de 200 mil metros cúbicos de rejeitos nos mesmos igarapés, iria fazer a batalha evoluir para uma guerra de laudos entre duas instituições, financiada pelas mineradoras – o Instituto Evandro Chagas (IEC), contratado pela empresa por R\$ 4 milhões para fazer os laudos como manda a legislação ambiental no Brasil; e o Laquanam, Laboratório de Química Analítica e Ambiental da Universidade Federal do Pará (UFPA), acionado pelo Ministério

Público. Em 2011, depois de uma demora de mais de três anos, os pesquisadores do IEC apresentaram um laudo comprovando a ausência de metais pesados nas águas do rio, com tabelas rasuradas e ilegíveis. O Ministério Público então, determinou que o Laquanam refizesse o estudo. “A cidade de Barcarena tem 120 mil habitantes, 40 mil aproximadamente vivem próximos do rio Pará. A professora (da UFPA) que fez os estudos estima (a partir do exame de fios de cabelo), que 80% estão com a saúde comprometida por contaminação de metais. Um técnico avalia que, se toda a produção envolvendo bauxita e caulim da região parar hoje e a população for evacuada, levará de 50 a 100 anos para que a biota daquela região se recupere”, disse Marcelo.

Depois do desconforto provocado pela descoberta da fraude no laudo inicial, a contaminação das águas foi reconhecida pelos órgãos do governo, mas as mineradoras (Emerys e Hidro Alunorte) se negam a assumir a responsabilidade pela contaminação, apresentando laudos que ligam os aterros sanitários (com esgoto doméstico) e o uso de agrotóxicos nas plantações como origem dos metais encontrados no rio pelo estudo da UFPA. Com o resultado positivo para metais da análise do cabelo, os ribeirinhos conseguiram que a secretaria de Saúde fizesse exames de sangue, necessários para confirmar a extensão dessa contaminação e embasar tanto os tratamentos de saúde quanto as indenizações. Os resultados, no entanto, estão até hoje parados na Secretaria de Saúde: sem um médico toxico-

logista capaz de avaliar e acompanhar os casos, a população se nega a recebê-los. Esses laudos também são contestados pelas empresas, novamente por meio da apresentação de “contra-laudos” feitos sob encomenda e a seu soldo.

Depois do episódio com o laudo que ficaria conhecido na região como “laudo tarja-preta”, as empresas deixaram de contratar o IEC e passaram a procurar outras instituições, algumas com sede em outro Estado. Os pesquisadores do IEC agora admitem a contaminação grave do ambiente e das pessoas, mas não conseguiram publicar seus resultados sobre o assunto no país. Foi publicado apenas um artigo numa revista internacional, mediante um pagamento de pouco mais de R\$ 7 mil, com os resultados dos exames de sangue. Os pesquisadores do Laquanam, que acompanham o problema desde pelo menos 2007, denunciam que o polo envenenou com metais toda a água que banha o Delta. Um escândalo internacional, se tudo isso não estivesse acontecendo nos confins da floresta amazônica, longe das lentes da mídia. ■



Marcelo Chalreo e Geraldo Emediato de Souza

Barcarena

A lista de desastres ambientais da região de Barcarena, feita durante os trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito instalada na Câmara federal para apurar as condições de exploração de bauxita em Barcarena em 2018, tem 26 ocorrências, envolvendo não apenas, mas principalmente, o despejo ilegal ou acidental de rejeitos da mineração.

2000

Naufrágio da balsa Miss Rondônia, com derramamento de 2 milhões de litros de óleo BPF no rio Pará

2002

Derramamento de coque (carvão mineral) no rio Pará durante o descarregamento, deixou uma mancha negra com dois quilômetros de extensão

2003

Dois vazamentos (abril e maio) de lama vermelha das bacias de rejeitos da Alunorte no rio Murucupi. Provocou o que os ribeirinhos chamam de “maré vermelha” e a mortandade de peixes.

2003

Chuva de fuligem em Vila do Conde, onde praias, rios, residências e estabelecimentos comerciais foram cobertos com camada preta com 5 centímetros, provocando reações alérgicas e complicações respiratórias.

2003

Tanque de soda cáustica da Alunorte estoura, contaminando o Rio Pará.

2004

Vazamento de caulim da bacia de rejeitos da Imerys contaminou os igarapés Curupeté e Dendê.

2004

Contaminação de praias, rios e meio ambiente pela fuligem da Alunorte.

2005

Nova contaminação por soda cáustica da Alunorte no Rio Pará.

2006

“Floração de Algas” no Igarapé Mucuraça e praia do Caripi.



Transbordo de rejeitos em Barcarena

2006

Vazamento de rejeitos da bacia da Imerys contaminou curso d’água e lençol freático na área do bairro industrial.

2007

Vazamento de mais de 200 mil m³ de caulim da bacia de rejeitos da Imerys, que percorreram 19 km nos igarapés Curupeté e Dendê, chegou ao rio Pará e tornou a água imprópria para consumo humano.

2007

Mortandade de peixes no rio Arienga próximo à área industrial da Cosipar.

2008

Vazamento de caulim no rio das Cobras e igarapés Curupeté, Dendê e São João.

2008

Vazamento de óleo das instalações da Petrobrás em Vila do Conde.

2008

Naufrágio do rebocador Jeany Glalon XXXII, próximo do Arrozal, com vazamento de 30 mil litros de óleo, que formou mancha de 17 quilômetros

2009

Vazamento de rejeitos das bacias da Alunorte no rio Murucupi contaminou o rio, matou peixes e atingiu moradores das comunidades ribeirinhas.

2010

Formação de nuvem de fuligem que encobriu todo o bairro industrial.

2011

Duto da Imerys rompeu e derramou afluentes ácidos nos igarapés Curupeté e Dendê.

2012

Fissura no duto de transportes provocou vazamento de caulim entre o porto e a planta da Imerys por cerca de vinte e quatro horas e contaminou o rio Maricá.

2014

Vazamento de caulim da bacia de rejeito da Imerys contraminou os igarapés Curupeté e Dendê.

2015

Despejo de soja e fezes de bois da fazenda da Bunge no rio Arrozal, na região do porto da Vila do Conde

2015

Naufrágio do navio Haidar, no porto da Vila do Conde, com 5 mil bois vivos e 700 toneladas de óleo contaminou as praias da Vila do Conde e de Beja em Abaetetuba, que foram interditadas, com graves consequências aos moradores. Os restos dos bois permaneciam nas águas até novembro de 2018

2016

Contaminação das praias por metal pesado e resíduos de esgotamento urbano no rio Pará e igarapé Dendê.

2016

Vazamento de caulim da bacia de rejeitos da Imerys contaminou as águas do rio das Cobras e dos igarapés do Curupeté, Dendê e São João, além da praia de Vila do Conde.

2016

Naufrágio do rebocador Ciclope.

2018

Vazamento da Bacia de Rejeitos da empresa Hydro contaminou mananciais e rios e colocou em risco os moradores.

HORA DA VERDADE

"Quando você falou que começou esse filme? Em 2017, né? Eu estava trabalhando na finalização e arrumação do meu livro, *Privilégio da Servidão* e em algum momento acho que digo isso, que a ideia da uberização era uma aposta. Hoje não. A Inglaterra está propondo isso, a prefeitura de Ribeirão Preto propôs o uber-professor. Professor delivery. E os professores responderam sim. É uma tendência. É muito violenta. Por quê? Por que tem tanta tragédia?"

A chegada da pandemia nesse cenário de "uberização" do trabalho deflagrou uma espécie de hora da verdade para muitas das teses que sociólogos, médicos, juristas e sindicalistas usam como base das reivindicações, principalmente com relação à segurança e à saúde do trabalhador. Em seis meses de pandemia, as primeiras descobertas deixam mais evidente esse cenário de violência e tragédia a que se referiu o sociólogo Ricardo Antunes, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na abertura de sua fala.

Ricardo diz que o desmonte das leis e sistemas de proteção ao trabalhador é parte das consequências de uma "contrarrevolução burguesa" em curso no

mundo, que desfavorece grupos sociais mais dependentes do apoio das políticas de bem estar social. As benesses da tecnologia, segundo a análise do professor, não estão ao alcance dos mais desfavorecidos, exclui também países marginais como o Brasil e essa exclusão aparece claramente na intensidade nos impactos da covid-19 nas favelas do país. Vivendo na informalidade profissional, em moradias insalubres e com pouco acesso a serviços de energia elétrica, água e comunicação, 67% dos moradores enfrentaram a fome e a privação de alimentos e 56% o desemprego, segundo um monitoramento feito pela Rede de Políticas Públicas e Sociedade, formada por mais de 70 pesquisadores de várias instituições que trabalham de forma voluntária.

Entre os negros e pardos o sofrimento é ainda maior: segundo estudo feito sob encomenda da Central Única das Favelas (Cufa) pelo Instituto de Pesquisa Locomotiva, esse grupo que representa 56% da população do país têm mais dificuldades para se adaptar ao cotidiano em isolamento social: apenas um terço (38% parda; 34% preta) tem computador em casa para trabalhar ou acompanhar as aulas à distância com um mínimo de eficiência; e menos acesso aos serviços de saúde: entre os 23% da população com algum tipo de plano de saúde, apenas 19% são negros. Dos que se contaminam, 55% morrem, (entre brancos, 38% morrem), segundo estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS) da Puc-Rio. O grupo também é o que gera

maior demanda por auxílio do governo: entre as pessoas que solicitaram auxílio emergencial, 43% são negros e 37% não negros. Essa proporção se inverte na taxa de aprovados: 81% dos não negros conseguiram o auxílio, enquanto entre os negros, apenas 74% foram aprovados.

As taxas de mortalidade da doença são 97% maiores nos hospitais públicos do que em unidades privadas segundo dados do projeto UTIs Brasileiras, produzido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib).

O filme a que Ricardo se referiu é o documentário GIG – Uberização do Trabalho, dirigido pelo jornalista Carlos Juliano Barros, o Caju, exibido na abertura da roda de conversa *Uberização no mundo do trabalho para todos: repercussões na vida das pessoas, que teve a mediação do jornalista João Fellet, repórter da BBC News Brasil. Com mais da metade da sua população economicamente ativa fora da força de trabalho segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e*



Mundo Informacional

Ricardo Antunes

"Estamos vivendo particularmente desde 1973, uma intensa expansão tecnológica digital. Se 1973 foi a era da microeletrônica, agora estamos entrando no mundo informacional digital. Estamos presenciando, já em curso a indústria 4.0, cujas consequências sociais serão muito mais profundas. A expansão digital, informacional digital, entrou em todas as áreas. Você vai numa agroindústria, você depende do trabalho digital em muitos dos seus setores. É uma simbiose complexa que articula mundo digital, o mais avançado, com o mundo mais brutal do trabalho manual. Aliás, o próprio celular é a expressão espetacular disso. Põe o celular aqui. Para que esse celular? Apple 200 e não sei o que, modelo 10, AS20, não importa. Há uma coisa sem a qual, nenhum desses celulares são produzidos, esses smartphones. Qual é? É o trabalho, a exploração do trabalho mineral; A exploração brutal das minas."

Estatística (IBGE), o Brasil oferece condições excelentes para a expansão dessa indústria 4.0 apresentada no documentário.

"As plataformas se esparramaram; Uber, Cabfy, 99. Mas vamos pegar o outro setor, a Amazon. Há 15 anos comprava livros. Hoje faço qualquer coisa, qualquer coisa. Se eu quiser traduzir um texto meu, eu consigo numa das plataformas Amazon. E sem uma intermediação", diz o professor. Segundo Ricardo, há por trás da empresa 4.0 a ideia de que o capitalismo pode levar a uma espoliação e exploração do trabalho em um plano muito profundo, sem ter a figura do patrão. "A persona, a personificação do capital desaparece. E é Global", continua.

Ricardo explica que, numa empresa

flexível, enxuta, desregulamentada, com alto potencial tecnológico, o trabalho é custo, que tende a cair na mesma medida em que aumenta o número de desempregados, um "imenso exército sobrando", criado pelo neoliberalismo segundo Luci Praun, que também participou da roda. Socióloga e professora na Universidade Federal do Acre, Luci faz parte do grupo de pesquisa Mundo do Trabalho, da Unicamp, onde estuda as transformações na organização do trabalho com a automação há mais de 20 anos. Afirma que a disseminação do que tem sido chamado de "uberização" do trabalho é uma onda produzida pelo neoliberalismo. "Quando você olha quem são esses trabalhadores, boa parte deles vêm de outro emprego, ou estão desempregados. Estão ali trabalhando nas plataformas para sobreviver, para complementar um salário que foi extremamente achatado e que não dá conta de sustentar a família", conta, descrevendo uma situação que está no extremo oposto da imagem de independência e oportunidades propagandeada pelas empresas. "Na verdade, o processo é um desdobramento da onda de financeirização, de neoliberalismo e de reorganização do trabalho e da produção, que estão todas articuladas", diz.

Segundo Ricardo, é esse exército que alimenta a onda de empresas que vieram no rastro da Uber. "Empresas tão profundamente vinculadas a uma monumental expansão do setor de serviços, que se commoditizaram e se mercadorizaram", conta. Uma onda que segundo o professor, envolve todas as esferas do trabalho na área de serviços, transformada em "um laboratório espetacular" para a agroindústria. Os entregadores – de bicicleta ou moto – protagonizaram situações bizarras de desamparo e abandono, que fez cair por terra a imagem romântica promovida pelas campanhas publicitárias.

rias desses aplicativos, de um cotidiano de flexibilidade nos horários e aparente liberdade. Mesmo trabalhando muito mais, por valores cada vez menores, a maioria ainda se vê como empresários ou empreendedores individuais, e relacionam as dificuldades que enfrentam com a covid-19 ao invés de creditá-las à precariedade dos seus contratos.

EM CASA

Em meados de junho, o isolamento social tinha colocado 8,8 milhões de trabalhadores em home office, que estão descobrindo, na real, quando e para quem isso é bom ou ruim e em que condições misturar trabalho com vida doméstica funciona bem, ou não funciona. O trabalho à distância ou mediado pela tecnologia de informação em tempo real tornou-se realidade necessária para a de-



fesa da vida, o que provocou uma espécie de esquizofrenia no mercado: antes mobilizados contra o *home office*, trabalhadores de várias áreas, principalmente *call centers*, professores e funcionários de escritórios, passaram a exigir essa possibilidade de seus empregadores, mesmo quando isso implica em um aumento considerável nas horas trabalhadas, da necessidade de treinamento e do esforço na organização das atividades.

A satisfação com o trabalho a partir de casa, no entanto, cresce na mesma medida dos salários segundo estudo da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, divulgado em junho. Na média geral, 70% dos trabalhadores da amostra preferem continuar trabalhando em casa quando a pandemia passar, contra 19% que preferem voltar para o escritório. Esse índice cai para 38% entre os que tem salário bruto de R\$ 1 mil. A amostra do estudo é composta por técnicos de nível superior e professores, com idade média de 40 anos, alta qualificação, com tempo médio de 8 anos na organização atual, ocupando posições de chefia e com salário médio de R\$ 9.414,00.

O perfil de quem está em trabalho remoto apresentado na Carta de Conjuntura 47 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também é bem parecido: são maioria as mulheres (53,6%), pessoas brancas (63,7%) e com nível superior completo (72,8%). Há ainda uma grande discrepância entre as regiões do país: o Distrito Federal tem o maior índice: 25% das pessoas ocupadas estavam trabalhando em casa; em contraste com Mato Grosso, onde eram apenas 4,5%. A grande maioria - 5,1 milhões, ou 59% dos ocupados remotos - mora no Sudeste; 3,1 milhões (36%) no Estado de São Paulo. O menor índice é o encontrado na região Norte, onde apenas 7,1% (326 mil) dos ocupados exerciam suas atividades de

maneira remota.

Há vários estudos pontuais, feitos por consultorias ou empresas de TI (como as da Oi, ou da Fundação Dom Cabral-FDC/Grant Thornton), que indicam satisfação de mais da metade dos trabalhadores entrevistados e também dos que querem permanecer em home office no pós-pandemia. E o governo federal entrevistou 40 mil servidores em maio, para avaliar como tem sido a experiência do serviço público com o trabalho remoto. Os resultados mostram que 65% pensam em pedir permissão para continuarem em home office quando a pandemia passar, e que uma percentagem maior, 85%, gostariam de cumprir parte da jornada semanal em casa.

A pesquisa é da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia (SGP/ME) e foi feita em parceria com o Center for Advanced Hindsight (CAH) da Duke University, em conjunto com a Harvard Business School e Kayma. Outra pesquisa, do Ipea em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que em junho, 24,7% dos servidores públicos estavam em teletrabalho, enquanto no setor privado, eram apenas 8%. Em julho, segundo a SGP/ME, já eram mais de 350 mil servidores em home office, 63% da força de trabalho do executivo federal.

Gleisson Cardoso Rubin, secretário especial adjunto da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital usou esses dados e a economia que o executivo federal registrou com o trabalho doméstico de seus servidores durante a pandemia como argumento para tornar o trabalho remoto, que era uma situação excepcional até então, em uma opção disponível. No dia 30 de julho ele anunciou a publicação da Instrução Normativa 65, que simplifica a adoção da modalidade pelos órgãos do executivo fe-



RODA DE CONVERSA com Ricardo Antunes, Rodrigo Carelli, jornalista João Fellet na mediação, Luci Praun e Carlos Juliano

Home office

A maior parte das pesquisas que investigam a aceitação de trabalho remoto ou o *home office* restringiram o público pesquisado para profissionais específicos, ou com perfil salarial determinado, em geral de níveis mais altos. A pesquisa do GETS-Remir é mais ampla, porque o único critério, foi estar em trabalho remoto no momento. A amostra que se formou, no entanto, tem 30,4% de servidores do INSS e 28,2%, professores. A terceira categoria em número de respostas é tecnologia da informação, que representa 4,7%.

As 906 respostas válidas vieram de outras sete categorias, com pequenas participações: técnicos judiciário, auxiliar administrativo, bancário, advogado, técnico administrativo em educação, analista judiciário e assistente social. Quando se faz o recorte por segmento, professores e servidores da previdência continuam em maioria, com quase 70% das respostas: 37,98% atuam no segmento de serviço educacional e 30,42%, no serviço previdenciário.

deral e cria um sistema de controle e de transparência. A IN 65 entrou em vigor em 1 de setembro.

Segundo o secretário, com o *home office* forçado, em quatro meses a administração federal economizou quase R\$ 364 milhões: R\$ 270 milhões com diárias e passagens entre abril e junho; R\$ 743,5 mil com o deslocamento terrestre por meio do TáxiGov; e uma redução de R\$ 93 milhões nas folhas de março a maio de 2020, referente à suspensão dos pagamentos de adicional de insalubridade, de irradiação ionizante, periculosidade, serviço extraordinário, adicional noturno e auxílio transporte. Pelo mesmo motivo, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), tornou o teletrabalho definitivo no serviço público da cidade por meio de decreto, publicado em 15 de setembro. Entre as justificativas apresentadas na coletiva que anunciou a medida, Covas citou “significativa redução de despesas de custeio” desde que o trabalho em casa começou e ponderou que “a experiência global aponta para o caminho irreversível de teletrabalho”.

NEM BOM, NEM RUIM, PELO CONTRÁRIO

A pesquisa mais recente é a realizada por pesquisadores e estudantes do Grupo de Pesquisa Trabalho e Sociedade (GETS) e da Rede de Estudos e Monitoramento Inter-

disciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR), sob a coordenação de Maria Aparecida Briedi e mostra um paradoxo na percepção dos trabalhadores. Os questionários tiveram uma distribuição mais ampla, e a amostra colhida é formada por uma maioria de mulheres e de profissionais da educação. De maneira geral, eles reclamam da falta de interação social com colegas, das demandas fora de hora, com consequente aumento de horas trabalhadas, e da dificuldade em separar vida doméstica da profissional, mas gostam do tempo que ganham por não precisar fazer deslocamentos e do aumento da convivência familiar.

Os questionários foram respondidos por 906 trabalhadores e investigaram tipo de trabalho que realizam; segmento, setor e categoria a que pertencem; condições ergonômicas, técnicas e dos equipamento para a realização do trabalho remoto; dificuldades e facilidades; alteração na jornada de trabalho, salário e contrato durante a pandemia; e experiência com o trabalho remoto. O grupo apresentou análise dos dados a partir de três recortes, que mostram o teletrabalho na educação, compara as condições de trabalho remoto no setor público e no privado, e avaliam a situação das mulheres que aderiram ao home office.

O perfil dos trabalhadores que responderam é semelhante nos três recortes. Na área da educação, a maioria dos tra-

balhadores em teletrabalho são mulheres (67,9%), casadas (45,4%), com idade entre 31 e 50 anos (66,4%), com filhos (60%) e atuam como professores (93,1%). Tem alta qualificação – 40% tem doutorado e 29,4%, são mestres – e ocupam a função ou cargo há mais de 10 anos (47,3%). Com relação às condições objetivas de trabalho, a grande maioria (53,8%) dispõe de cadeira e mesa adequados, mas não conta com um local específico para a realização do trabalho. Mais da metade (59,9%) está trabalhando em ritmo mais acelerado durante a pandemia, por mais de oito horas diárias (44,3%) e sem folgas semanais: 35,1% trabalham sete dias por semana. Muitos – 70,8% – afirmam terem tido dificuldades e as reclamações mais frequentes são demandas fora de hora (53,1%), falta de interação com os colegas (50%), dificuldades em separar a vida doméstica da atividade profissional (47,7%) e interrupções mais frequentes (45,4%).

Dos 906 respondentes, 595 estão empregados no setor público e desses servidores, a maioria também é de mulheres (68,07%), com idade entre 30 e 50 anos (71,72%), casadas (48,74%) e com filhos (61,68%). A maioria (74,7%) tem vínculo estatutário e trabalha na previdência (30,42%) e na educação (37,98%) e pouco mais de 75% tem mais de cinco anos de casa. Quase metade relata um aumento do volume de trabalho (46,55%). A principal diferença entre os servidores e os trabalhadores do setor privado é que estes últimos tiveram menos gastos pessoais e mais recursos oferecidos pelo empregador do que os servidores. A análise dos dados a partir do gênero mostra diferença significativa apenas na percepção do trabalho remoto e revela o desequilíbrio na divisão de trabalhos domésticos e de cuidado com os filhos.

UMA CONTA QUE NÃO FECHA

Carlos Juliano, o Caju, levanta outras contradições desse novo mercado. “É muito curioso, e boa parte das pessoas desconhece esse fato, mas essas empresas, pelo menos as maiores, em sua



Cineasta Carlos Juliano Barros

maioria operam no vermelho há um bom tempo. Esse é um assunto muito importante”, diz. Segundo Caju, as empresas de aplicativo em geral nascem dentro das *startups*, financiadas por fundos de investimento de risco que fazem aplicações bilionárias para subsidiar o serviço e manter a vantagem dos preços. “Não é à toa que a gente usa tanto esses aplicativos. O serviço é bom e tem promoção o tempo inteiro. É evidente que essa conta não fecha”, diz. Ele conta casos de conhecidos seus que comem praticamente de graça uma vez por semana por conta dessas promoções e outra que conseguiu comprar um iPhone novo com o dinheiro que recebeu de volta comprando numa promoção mais agressiva, que devolve ao cliente parte do valor gasto.

Uma vantagem que, segundo o procurador Rodrigo Carelli, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é subsidiada pelo trabalhador, transformado em “parceiro” do aplicativo. “A gente está careca de saber que as roupas ficam baratas porque tem um trabalho muito ba-

rato por trás, extremamente barato”, diz. Para o procurador, é importante entender como funciona, o que é uma plataforma. “A Uber em 2016 perdeu US\$ 17 bilhões de dólares. Nem sei quantas empresas no Brasil tem este capital. E perderam no sentido de torrar mesmo”, diz. Torrar subsidiando as promoções, que também são bancadas pelo trabalhador. “Estou vendo aqui que se hoje eu pago R\$ 17,00 (por uma corrida), essa pessoa (o motorista) é que está subsidiando o meu transporte barato junto com a Uber. É um dinheiro que está indo da classe pobre para a classe média por meio do transporte barato, do iFood, da comida barata que chega em casa. Quem financia isso são também os trabalhadores, que estão recebendo muito menos do que deveriam legalmente em termos de direitos”, explica.

O procurador diz que não pode prever o que vai virar tudo isso no futuro e que é preciso entender que a tecnologia, na verdade, não é o problema. “É um facilitador, um grande instrumento para algo que está fora disso, é muito mais amplo”, diz. A percepção de sindicalistas como Gilberto, de que o Ministério Público não se envolve, vem na verdade da ineficiência das ações, que a pandemia também colocou à vista de todos. As decisões de ações que tentam obrigar os aplicativos a reconhecer vínculos de trabalho com os entregadores, por exemplo, têm sido mais favoráveis às empresas. Nesses seis meses de pandemia, os tribunais derrubaram sistematicamente todas as liminares obtidas pelo MPT obrigando que aplicativos como Rappi e Uber assumam a responsabilidade por medidas de proteção e amparo dos entregadores. E os grandes fantasmas que cercavam o *home office* estão se dissolvendo diante dos ganhos de tempo, convívio familiar e conforto emocional que os trabalhadores tem sentido com a experiência. “Estamos vivendo a história. Agente está vendo o que acontece, mas não consegue fazer futurologia”, conclui Rodrigo. ■

Obsessão pelo trilhão

Com mais de 70 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho e, portanto, sem contribuir para o sistema de previdência, a situação descrita na mesa Seguridade Social e Previdência Social: a reforma do governo não combate privilégios e sacrifica quase 100% da população brasileira, se agravou ainda mais. A reforma aprovada foi desidratada na difícil relação do executivo com o Congresso Federal, que derrubou a maior parte das medidas apontadas pelos economistas Eduardo Moreira e Paulo Kliass, que discutiram a questão com a mediação do jornalista Glauco Faria, âncora do Jornal Brasil Atual, mas manteve a retirada de direitos e não resolveu o problema de financiamento do sistema.

Eduardo questiona a postura do governo, de fazer economia de gastos sobre a população mais pobre, que no caso da reforma da previdência proposta pelo governo, penalizava idosos vulneráveis e trabalhadores rurais. “Esse dinheiro está vindo de pessoas que ganham em média, R\$1,5 mil. Tirar dinheiro da seguridade social é tirar proteção de alguém. Só existe seguridade social onde existe necessidade de proteção”, disse.

A reforma aprovada não mexeu no benefício dos vulneráveis, mas o ministro da Economia de Bolsonaro, não mudou sua estratégia, que Paulo chama de “austericídio”: cortar gastos públicos para sair da crise. E continua perseguindo a meta de economizar R\$ 1 trilhão. “O Paulo Guedes tem verdadeira obsessão pelo trilhão”, disse Paulo em uma entrevista para o canal do Youtube do Brasil 247 em meados de setembro de 2020, depois de lembrar que a promessa há um ano, durante o trâmite da reforma da Previdência, era de conseguir fazer esse corte em 10 anos. “Agora de novo, ele mandou essa PEC 32 que a grande imprensa equivocadamente está chamando de reforma administrativa; não tem nada de reforma, nem de administrativa. De novo hoje ele vai aos jornais e fala que, com a reforma da previdência, aí pegando carona no que ele já tinha feito, e com os cortes previstos na reforma administrativa —



PAULO KLIASS: “O problema é que a gente está já há pelo menos 30 anos dominados pelo que eu chamo de armadilha do superávit primário”



EDUARDO MOREIRA: “Só em juros e amortização de dívida nos próximos 12 meses são 1 trilhão de reais”



Glauco Faria, jornalista e mediador do debate

que é essa PEC 32 —, em 20 anos (não mais em 10), vamos economizar R\$ 1 trilhão.” O que é, obviamente, mais uma mentira.

“A PEC 32 é a PEC da destruição e da corrupção. Restabelece o estado monarquista de 400 anos atrás”, avalia Paulo. Dos mais de 140 itens apresentados na PEC, apenas 11 tratam de outros temas que não diretamente

ligados ao serviço público, que terá grandes retrocessos caso seja aprovada da forma como foi apresentada pelo executivo. A proposta altera regras de progressão de carreira, acaba com o regime único e flexibiliza as regras de contratação e demissões.

MENTIRAS

“É uma falácia essa ideia de que a previdência tem que ser reformada porque o nosso sistema seria estruturalmente deficitário, e portanto desobedecendo inclusive a mandatos constitucionais e apresentando um risco para a questão fiscal no Brasil, para a questão da própria sobrevivência da administração pública, em especial a federal. Os números (do Banco Central) não dão suporte a esse discurso. O Regime Geral de Previdência Social até 2015 não tinha absolutamente nada de deficitário. Ele era, pelo contrário, superavitário. Ele foi ao longo de toda a sua história inclusive, superavitário. Só que a gente não deve tratar a questão da Previdência Social com essa lógica de ser lucrativa ou de perder dinheiro, não é disso que se trata, ela não é uma empresa”

Essa realidade de superávit muda a partir de 2015, segundo Paulo, como consequência justamente do corte de gastos públicos e do aumento de juros. “Qualquer pessoa que frequentou um curso básico de macroeconomia, sabe que isso não tem como dar certo. É uma receita para aprofundar a crise, aprofundar a recessão”, dizia Paulo há um ano. Atualmente, depois de seis meses de pandemia, há mais do que um aprofundamento da recessão. A queda no PIB, que Paulo já apontava como grave quando era de 3,8% (em 2016 e 2017), chegou a 9,7% no segundo trimestre deste ano, um tombo do qual o país vai levar tempo para se recuperar.

Ou não vai se recuperar, caso mantenha a estratégia “austericida”. “O mundo inteiro está mostrando que para sair da crise geral que vivemos há muito tempo e que foi aprofundada pela pandemia, tem que recuperar o protagonismo do Estado. Se não houver aumento das despesas públicas essa crise vai piorar e vai se agravar”, avisa Paulo. ■

SAÚDE DO TRABALHADOR

O FEED DA LUTA

Nos últimos 32 anos, a rede de Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), atendeu mais de 19 mil trabalhadores com prontuário e realizou centenas de fiscalizações nas empresas



Mirian Pedrollo Silvestre

“N em todas (fiscalizações) foram exitosas, mas temos centenas de empresas nas quais a equipe do Cerest foi, fiscalizou”, contou a médica Mirian Pedrollo Silvestre, do Cerest-Campinas, na mesa Saúde do Trabalhador: expressão do conflito capital versus trabalho. Juntamente com o professor e médico Francisco Antônio de Castro Lacaz e Gilberto Almazan, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, Mirian fez um relato sobre a evolução, no Brasil, da estrutura de atendimento do trabalhador que se acidenta, ou adoece, e das metas que norteiam a prevenção.

Esse relato foi uma das boas repercussões da edição de 2019 do Congresso. Mediada por Eduardo Bonfim, coordenador técnico do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), a mesa atraiu um dos maiores públicos da edição, segundo alguns participantes entrevistados, porque trazia informações de que sentem falta e que consideram importante saber na hora “de falar com as bases”. Destacamos três grandes lutas travadas nesses 32 anos no Brasil, importantes porque além de vitórias, indicam um caminho.

O primeiro relato, o caso da Eletrocloro, aconteceu em um contexto de grandes movimentações políticas no país. Foi em 1988, ano da Constituição Cidadã, que reconhece saúde, previdência e assistência social

como direitos do cidadão. Nesse ano, em fevereiro, é incluída na Norma Regulamentar nº1, a obrigação, pelas empresas, de entregar os resultados de exames médicos aos trabalhador examinado e expor publicamente, o das avaliações do ambiente. A publicação é resultado da luta dos trabalhadores da indústria química que, desde 1987, enfrentavam a manipulação do departamento médico. O governo Bolsonaro alterou a NR 1 esse ano.

No mesmo ano, empresas que usam amianto aderem a normas de segurança da Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e passam a realizar exames médicos nos trabalhadores, um marco na luta pelo banimento desse material, altamente nocivo a quem lida diretamente com ele, e que ainda não acabou. E encerrando a lista, o caso Shell, uma grande vitória não apenas dos trabalhadores, mas de toda a comunidade, que por 20 anos lutou e enfrentou o descaso da empresa. Os três casos relatados aqui também estão contados em vídeos no nosso canal do Youtube. ►



MOBILIZADOS: Funcionários na porta da Eletrocloro em campanha que obrigou a empresa a entregar os resultados de exames

A primeira vitória

Em 1987, o Sindicato dos Químicos do ABC, na Grande São Paulo, usa um documentário para denunciar a contaminação por mercúrio dos funcionários da Eletrocloro. O documentário ganhou o título A Ponta do Iceberg, produzido pelo sindicato com apoio da Comissão de Saúde e Trabalho (Comsat) e traz o registro de uma reunião entre sindicato e empresa, em que o empresário tenta culpar os próprios trabalhadores pelo adoecimento e admite que não respeitava as leis trabalhistas brasileiras. A primeira vitória feita pela Delegacia Regional do Trabalho no departamento médico da empresa encontrou resultados de exames, realizados naquele mesmo ano nos 210 trabalhadores da unidade apontada como o coração da empresa e onde ocorria a maior exposição ao metal, que comprovavam a contaminação de 79 funcionários.

O reconhecimento do problema e a solução que se chegou são resultados de uma mobilização coordenada entre vários atores, que começa no sindicato e envolve o Diesat, diversas instituições de pesquisa (Instituto de Saúde, Universidade de São

Paulo, Fundacentro), serviços de saúde (Programa de Saúde do Trabalhador do ABC, Centro de Referência de Saúde do Trabalhador de São Bernardo do Campo) e do setor do trabalho. As avaliações e fiscalizações concluíram que havia presença de mercúrio acima dos limites permitidos em 60% dos funcionários. Exames de urina feitos em laboratório independente mostraram presença acima do limite de mercúrio no sangue de 79 (37,6%) dos 210 trabalhadores da Unidade Eletrolítica desde 1986, com indicação de afastamento imediato.

A intoxicação crônica pelo mercúrio metálico (Hg⁰), conhecida como hidrargirismo ou mercurialismo, se dá pela absorção dos seus vapores pela pele íntegra e vias respiratórias e o quadro clínico é ligado ao sistema nervoso central, com a ocorrência de alterações de personalidade, irritabilidade, insônia, diminuição da atenção e alteração da sociabilidade, podendo chegar à perda de memória recente, labilidade emocional, ansiedade, tremor de extremidades.

Esse caso foi referência para a elaboração de estratégias de ação para as empresas do ramo químico e, em particular, para o problema da poluição ambiental dessas

indústrias e ainda hoje é objeto de estudo em programas de pós-graduação na área de epidemiologia em saúde pública. Logo em seguida, na década de 1990, alguns Estados do país, como o Rio de Janeiro, proibem a instalação e ampliação de fábricas que produzem cloro-soda com base no mercúrio e foi lançado o Programa Nacional para Eliminação do Mercúrio (Pronaem), de vistoria e disciplinarização das empresas que utilizam o metal. Desse programa surgiu a Campanha Global Mercúrio Zero, lançada para alertar a população sobre os riscos causados pelo mercúrio e exigir o banimento do seu uso.

Em 2006, a Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo publicou recomendação técnica para substituição de equipamentos que utilizam mercúrio e em 2007 foi lançada a “Campanha Internacional para Eliminação do Mercúrio no Setor Saúde”. ►

PONTA DO ICEBERG - Documentário sobre intoxicação por mercúrio na Eletrocloro, empresa química com sede em Santo André, produzido em 1987 como um projeto cultural da Comissão de Saúde e Trabalho (Comsat) e assistência técnica do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT).

AMIANTO

Uma luta que não termina

O amianto foi patenteado em 1901 pelo empresário austríaco Ludwig Hatschek com o nome de “Eternit”, inspirado do latim “aeternitas”, por causa da resistência e durabilidade. Desde o início existem notícias de que pode provocar doença em quem o manipula. Trata-se de um composto de cimento com fibras do mineral asbesto (do grego amíantos: “indestrutível”, “imortal”, “inextinguível”) ou amianto (do grego asvestos: “puro”, “sem sujidade”, “sem mácula”).

No começo do século XX, a produção desse material leve, versátil, barato e que poderia ser moldado em diversas formas, se espalhou por vários países do mundo, principalmente para atender a construção civil. No Brasil, a primeira linha de produção é de 1907, da Pantaleone Arcuri & Spinelli, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, que terminou falindo. Só voltou a ter produção de amianto aqui nos anos de 1930, quando as duas maiores empresas eram a Eternit, estabelecida no Brasil em 1939, e a Brasilit, que iniciou suas atividades em 1937.

As discussões a respeito do adoecimento só começam em meados dos anos de 1980, com a engenheira de segurança do trabalho do extinto Ministério do Trabalho, Fernanda Giannasi, junto com seu colega médico Mário Bonciani; e pelo Sindicato de Trabalhadores de Capivari, que termina se aliando ao empresariado e passa a defender o uso “seguro” da fibra, contra os interesses dos trabalhadores. No final da década de 1980 houve um aumento da pressão sobre as empresas, que respondem aderindo às normas da Convenção 162 da Organização Internacional

do Trabalho (OIT), sobre segurança no uso do asbesto. Criam assim as bases para a defesa de “uso controlado” ou uso “seguro” do mineral.

Iniciam também uma campanha junto a funcionários e ex-funcionários, realizando exames médicos.

Quando o diagnóstico era positivo, propunham o pagamento de indenização, desde que o trabalhador assinasse um documento reconhecendo que a empresa não lhe devia mais nada. Até meados dos anos de 1990, enquanto o mundo bania

a fibra de sua indústria, no Brasil ainda se discutia o uso controlado.

O embate entre as instituições de defesa da saúde do trabalhador – Ministério Público, Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) da Freguesia do Ó (SP) e Osasco; Instituto do Coração (InCor) e Centro de Informação e Assistência Toxicológica de Campinas (CIATox), da Unicamp, um grupo de médicos, sindicatos –, e as empresas, que insistem na tese de que há uma possibilidade de uso

seguro da fibra, seguem até a primeira década dos anos 2000. Em 2012, o Ministério Público do Trabalho (MPT) institui o Programa Nacional pelo Banimento do Amianto (PNBA) que unifica as ações e estabelece um diálogo entre as partes envolvidas. O amianto é banido em vários estados até que, em 2017, o Supremo Tribunal Federal decide pela proibição em todo o território nacional.

Apesar disso, em 2018, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, publica

uma lei permitindo a retomada de produção. O argumento é de que a decisão de 2017 ainda não havia sido publicada, e que ainda havia embargos a serem julgados. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que entrou duas vezes na pauta de votação no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal, mas foi adiada a pedido do Executivo e Legislativo goianos. Não há data prevista para entrar na pauta. ■

FOTO: Acervo Maria do Resguardo (<https://www.mariadoresguardo.com.br/2012/07/pantaleone-arcuri-spinelli-fabrica-de.html>)



TRANSPORTE de funcionários da primeira fábrica que utilizou a fibra asbesto - ou amianto - no Brasil

ACORDO HISTÓRICO

Caso envolvendo Shell-Basf resulta em multas que ultrapassam R\$ 380 milhões e inclusão de atendimento médico vitalício

As empresas Raízen Combustíveis S/A (Shell) e Basf S/A foram acusadas de negligência na proteção de seus trabalhadores e de agressão contínua ao ambiente por mais de 20 anos em uma fábrica de agrotóxicos e pesticidas instalada em Paulínia, no interior de São Paulo, às margens do Rio Atibaia, que abastece a região. Os riscos de contaminação foram identificados desde o início, ainda durante o processo de licenciamento pela Cetesb, mas apesar disso a empresa conseguiu se instalar e operar por 20 anos, sempre adiando ou contornando as exigências de proteção e de adoção de medidas de segurança indicados pelas agências de controle.

As reclamações dos vizinhos, incluindo dos funcionários da Refinaria de Paulínia (Replan), da Petrobras, que fica próxima da área, começaram já no primeiro ano de funcionamento. Na Replan, os funcionários sentiam desconforto e mal-estar físico ao entrarem em contato com emissões gasosas que invadiam a refinaria durante a noite, quase sempre aos

finais de semana e feriados. Relatos de ex-trabalhadores e de ex-moradores das chácaras registrados pela Cetesb falam de despejo de solventes orgânicos, emissões de gases dos processos industriais e vazamentos diários de resíduos de tambores de estocagem, além das emissões dos incineradores.

Em meados dos anos de 1990 foi feita uma auditoria como parte das negociações para a venda da fábrica para a American Cyanamid CO, e constatada a contaminação das águas do entorno, que não poderiam mais ser utilizadas. Foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a Curadoria do Meio Ambiente de Paulínia, em que a empresa reconhece a contaminação do solo e das águas subterrâneas por aldrin, endrin e dieldrin, substâncias altamente cancerígenas. Por este TAC, a Shell comprou todas as plantações de legumes e verduras das chácaras do entorno e passou a fornecer água potável para a população, já que também foram encontradas concentrações de metais pesados e pesticidas clorados (DDT e drins) no solo e em

amostras de água subterrânea nas áreas residenciais próximas.

Em 2000, a Basf adquiriu a Cyanamid e manteve a mesma atividade industrial, inclusive a produção de azodrin. Após receber uma série de denúncias e informações que ganharam notoriedade, o MPT instaurou inquérito civil em face das empresas Shell e Basf, para apurar e de reparar possíveis danos à coletividade e à saúde dos trabalhadores. A Prefeitura removeu os moradores das chácaras. Os ex-trabalhadores só conseguiram acompanhamento médico a partir de 2005 e desde então, brigam pela responsabilização das empresas que os lesaram. Para isso, criaram a Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (Atesq).

O reconhecimento de que havia uma contaminação acontecendo e a responsabilização da empresa é resultado de uma ação coordenada de vários atores: os vizinhos, que não se calam; o Ministério do Trabalho (MTE), hoje extinto, com o apoio da rede de proteção centralizada no Cerest local, sediado em Campinas, o Mi-

nistério da Saúde e o Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE), que acolheram as queixas da população e trabalhadores e não se furtaram a investigar; e do Ministério Público do Trabalho, que deu curso às ações na Justiça.

As atuações do Cerest e CVE e da fiscalização do MTE alimentaram com informações um estudo feito em parceria pelos dois ministérios, que comprovou a contaminação do solo, água e pessoas envolvidas por compostos aromáticos, hidrocarbonetos halogenados, pesticidas e hidrocarbonetos diversos, substâncias altamente cancerígenas. Os levantamentos indicaram que o solo superficial estava contaminado com os compostos DDT, aldrin e endrin. Nas amostras de solo sub-superficial foram encontradas mais de vinte substâncias tóxicas em níveis bem acima do valor considerado aceitável para o organismo humano.

Com esses resultados e os dados levantados, em 2007 o Ministério Público do Trabalho, junto com a Atesq, Associação de Combate aos Poluentes Orgânicos Persistentes (ACPO) inicia uma ação civil pública em face das empresas Shell e Basf. Essa ação foi encerrada em 2013, com um acordo histórico, apontado como o maior já feito pela Justiça do Trabalho no Brasil. As indenizações somam R\$ 370,8 milhões (R\$ 200 milhões por danos morais coletivos, R\$ 83,5 milhões de danos morais individuais e R\$ 87,3 milhões por danos materiais individuais). Além disso, prevê atendimento médico vitalício a 1058 vítimas já habilitadas, que poderá se estender a outras pessoas que venham a comprovar a necessidade desse atendimento no futuro.

Desde o ajuizamento da ação foram registrados mais de 60 óbitos de pessoas que trabalharam na fábrica.

O Lucro Acima da Vida

A história da Shell e Basf é emblemática da relação de descompromisso que o capital mantém com o país, com os trabalhadores e suas famílias, do papel que cumprem profissionais da área de segurança e saúde no trabalho contratados pelas empresas em sua defesa e da necessidade de se rever o sistema de atenção à saúde dos trabalhadores. Parte dessa história pode ser vista no filme *O Lucro Acima da Vida*, em que protagonistas dessa luta estão representados por atores conhecidos do grande público, como Ailton Graça, Deo Garcez, Zezé Mota e João Vitti.

FOTO: divulgação/INTERSINDICAL Central da Classe Trabalhadora



FINAL JUSTO: Funcionários comemoram o acordo firmado com a Shell/Basf na porta do Tribunal Superior do Trabalho, em 2013.

HISTÓRIAS NA PONTA DA AGULHA



Entre as dificuldades enfrentadas no atendimento de vítimas de acidentes envolvendo grandes corporações, a advogada Tchenna Maso, integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) destacou a dificuldade no encaminhamento de questões ligadas à mulher. “(No caso de Brumadinho) nas primeiras mesas de negociação, os homens, que participavam mais do processo, não estavam preocupados com as questões de autonomia financeira das mulheres. Como a gente já tinha vivido isso (no rompimento de barragem em Mariana) tivemos que brigar com os próprios atingidos para que fossem garantidos esses aspectos”, diz. O coletivo feminino do MAB usou as arpilleras para ajudar nesse trabalho.

Arpillera é como são chamados os sacos de juta em espanhol. Nos anos da década de 1960, passou a designar também um tipo de bordado feito sobre sacos velhos de aniagem, que de alternativa de renda para as mulheres de uma pequena vila de Isla Negra, no litoral central do Chile, foi parar nos museus de Paris, São Paulo, Miami e Suíça, expostos como um tipo es-

pecial de arte, hoje bastante valorizada. Nascida da necessidade, essa arte ajudou, uma década depois, a contar a história dos desaparecimentos políticos ocorridos durante a ditadura de Augusto Pinochet. “Isso serviu para a Comissão da Verdade e da Justiça resgatar várias histórias da periferia chilena. Inspirada nessa técnica, nós do MAB também começamos a trabalhar com as nossas mulheres atingidas, para elas contarem esse universo de subjetividade e a gente poder reconstruir essas violações”, disse.

Esse trabalho está documentado no filme *Arpilleras – atingidas por barragens bordando a resistência*, produzido pelo coletivo feminino do MAB. Com narração de Dira Paes, o filme traz depoimentos de dez mulheres, lideranças femininas marcantes, que tiveram seus cotidianos violados e suas vidas destruídas por barragens em cinco regiões diferentes do país. O fio condutor é uma tela de juta, onde está desenhado um mapa do Brasil. Sobre ele e na região correspondente, cada uma “bordou” sua história, criando no final um mosaico colorido com relatos de dor e superação.

ALTAMIRA – PARÁ A VIDA ANTES E DEPOIS DA BARRAGEM

De Altamira, no Pará, na região Norte do País, falam Maria Alacídia da Silva Mota (foto), Maria de Fátima da Conceição Alvarez e Elaine C. S. Melocentro, atingidas pela construção da Usina de Belo Monte. As três dizem que suas vidas sempre foram muito marcadas pelo rio e contam como a remoção provocada pela barragem impactou em suas vidas e relações. “A gente sempre diz que olhar para o Xingu é ver o infinito”, diz Alacídia, que costumava se sentar na beira do rio para espantar a tristeza. “Hoje não faço mais isso, porque o rio mudou”, diz. A costureira Maria de Fátima, a Fatinha, divide sua vida em antes e depois da barragem. “Tive uma parte da minha vida muito boa aqui. Sofri para criar meus filhos, mas foi maravilhoso. Eu criei. E tem essa outra que a gente está passando agora que é a fase da barragem”, afirma com ar grave. Ela até admite que conseguiu uma casa melhor para morar, mas diz que não tem trabalho onde está. “Ficou muito difícil. Faço o que aparece: peças a R\$ 3,00, R\$ 5,00... depende da quantidade”.

Elaine, amiga inseparável de Fatinha, reclama da distân-



cia entre as duas depois de reassentadas. “Tentamos uma casa ao lado da outra, mas não deu. Nossa amizade não vai diminuir por isso, de jeito nenhum”, garante. Alacídia e sua filha vivem uma situação semelhante, porém com consequências mais graves. “É chocante onde eu estou e onde ela está. Todo mundo

saiu, só ficou ela”, conta Alacídia, sentada ao lado da filha na varanda pequena do barraco, isolado na beira da estrada. E continua: “Ela sofre, quem é que não sofre de ver tirar todos os seus vizinhos e ficar só você? Só você em um lugar de risco”. A casinha em que a filha vive com a neta foi invadida e há ocorrências frequentes no local, de estupros e assaltos. “Aqui roubou o celular. Ainda bem que foi só isso”, diz, enquanto a filha enxuga as lágrimas. Em outra cena, em volta da mesa com a família, a mãe de Alacídia, em idade já avançada, reclama da insalubridade da nova casa, no reassentamento. “Onde nós morávamos era muito mais sadio”, diz. E se conforma. “Eu sei que morro com esse sonho de viver em um lugar mais amplo, um lugar mais especial assim, sentindo aquele cheiro de carbono e de mata. Acho que não vou alcançar mais”.

MINAÇU E CAMPINOTE – GOIÁS TIRARAM TUDO DE MIM

A construção de uma barragem entre os rios Tocantins e Carmo, em Goiás, tirou Patrícia José de Souza e Sebastiana Castilho, a dona Tiana (foto), do garimpo, sem nenhum tipo de compensação ou indenização. “Eles tiraram o local da gente trabalhar e a nossa renda, tiraram tudo. Hoje eu falo que ela (a barragem) tirou tudo de mim. Tirou até meu esposo”, conta dona Tiana. Patrícia explica que a família perdeu o pai para o alcoolismo. “Por mais que a gente tentou tirá-lo, ele já tinha ido. Porque ele queria ir garimpar, ele queria fazer o que gostava, mas isso já não fazia mais parte da nossa vida. Foi muito triste e vamos carregar isso por toda a vida”, diz Patrícia. A violência, aqui, vem da polícia. “Naquele tempo a polícia batia muito no povo, a polícia da barragem”, conta.



sem terra que tiveram seus locais de moradia e trabalho inundados, e grande parte ainda não recebeu qualquer tipo de compensação. Segundo informações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as poucas indenizações distribuídas até 2005 giravam em torno de cinco mil reais, com casos de indenizações de 500 reais e até de 39 reais.

Em 2018, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública para obrigar a empresa a planejar ações de mitigação e realizar estudos e levantamentos para o pagamento de indenizações. A Justiça Federal concedeu uma liminar no mesmo ano, determinando prazos para entrega dos relatórios e o depósito em juízo de 1% do valor mensal do faturamento bruto da UHE desde junho de 2002, com correção monetária, para garantir o pagamento de eventual indenização calculada em razão dos impactos sociais e ambientais do empreendimento. Além do alagamento não autorizado da terra indígena da comunidade Avá-Canoeiro, a barragem expulsou diversas comunidades quilombolas de suas áreas tradicionais, sem que houvesse levantamento prévio e adequado das famílias impactadas. Atividades de garimpo, extração mineral e agropecuárias também foram inviabilizadas.

ALAGAMAR – CEARÁ E O JAGUARIBARA VIROU MAR. SÓ QUE NÃO.

Margarida e Marina viram o sertão de Jaguaribara virar mar e virar sertão novamente. Localizado no Ceará, o Açude Público Padre Cícero, chamado pela população Açude do Castanhão, é o maior para múltiplos usos do Brasil, com capacidade para armazenar 6,7 bilhões de metros cúbicos de água. Foi construído entre 1995 e 2002 por meio de uma parceria entre Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) como a solução definitiva para a seca na região. Não foi assim que aconteceu, e a partir de 2013, 11 anos depois, a cidade da Margarida e da Marina, que havia sido submersa pelas águas, começou a aparecer sobre a linha d'água. “Foi muito



doloroso (sair daqui). Como aquela história: o sertão que virou mar. O Jaguaribara virou mar e esse mar virou deserto”, diz Margarida, andando onde antes ficava sua casa, já completamente seco. Ela reclama que o canal do Castanhão leva água para Fortaleza e para as indústrias do Porto do Pecém, e que a comunidade não tem acesso. A seca dos últimos anos baixou o nível do açude a menos de 10% de sua capacidade e hoje, ele depende da transposição das águas do São Francisco para recuperar a sua capacidade original. As águas do São Francisco chegaram ao Ceará em junho e em 20 de agosto, começaram a sair do reservatório de Jati em direção ao Castanhão, a 350 km de distância.

BARRA LONGA E GESTEIRA – MINAS GERAIS DEPOIS DE CONHECER O MONSTRO

Do Sudeste, o documentário traz Marta Castana do Espírito Santo, de Barra Longa, e Simone Maria da Silva, de Gesteira (foto). Elas contam como sobrevivem depois do desastre de Mariana, provocado pelo rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração da Vale-Samarco, tema da palestra de Tchen na mesa *Crimes ampliados: Samarco, Vale e cidade de Barcarena, expressões dramáticas recentes da ganância do capital e da falácia da gestão como solução*. “Vivi em Gesteira até a metade da minha adoles-



cência. Meu avô às vezes falava assim: - Tem um negócio aí para cima que se estourar acaba com nós”, lembra Simone. Ela chama a barragem de monstro. “Devorador de almas, de pessoas, de lazer, de famílias, de saúde. Posso dizer com certeza absoluta porque estou aqui com minha filha no braço, toda cheia de bolhas no corpo de alergia da lama”, diz. Não há previsão para o reassentamento dos moradores de Gesteira e tanto Simone quanto Marta, reclamam da falta de transparência nas ações de reparação.

LINHA ITAÍBA – MARMELEIRO, PARANÁ PIONEIRISMO

Claídes Helga Kohwald é agricultora no Sul do Brasil, pioneira no movimento que foi a gênese do MAB e que conseguiu o primeiro reassentamento de atingidos por barragem no Brasil. Ela faz parte de um grupo formado por 32 famílias expulsas de Itá, em Santa Catarina; e Aratiba, no Rio Grande do Sul pela barragem da Usina Hidrelétrica do Itá, no Rio Uruguai. O grupo foi reassentado em Marmeleiro e Mangueirinha, no Paraná, dando origem à comunidade da Linha Itaíba.

Claídes foi a única mulher, entre os 120 homens, a participar



das negociações com a Eletrosul. “Era uma decisão da mãe. Nunca ninguém disse: ô mãe, vai por nós. A mãe ia e sabia que tinha que fazer aquilo, porque era uma liderança”, conta o filho. Hoje a Linha de Itaíba, que comemorou 30 anos em 2019, tem 57 famílias que produzem leite, fumo e soja principalmente. O documento que garantiu o reassentamento em uma região semelhante à de origem, assinado em 27 de outubro de 1987, é usado como modelo até hoje. O nome do reassentamento remete à origem de seus moradores, que residiam em Itá/SC e Aratiba/RS.



Cromáticas artesãs da Ilã

A história das bordadeiras de Isla Negra começa em 1966 pelas mãos de Leonor Sobrino, que abre uma classe de economia doméstica na Associação de Vizinhos da aldeia. Sua ideia era criar uma alternativa de renda para as famílias, que tiravam seu sustento da pesca e da agricultura. Começou levando um tear e lãs, mas o resultado foi muito ruim. No *site* que reúne as principais artesãs em atividade e o acervo produzido desde então, há um depoimento de Leonor sobre a primeira tela:

“Um dia, uma das mulheres trouxe um trabalho de tear, bastante mal feito, e quando me viu desconsolada, disse: - Te bordo algo. - Qualquer coisa, respondi, pensando que não teria remédio. Bordou umas flores, e as fez tão primitivas, que pensei: mas sim! Esta mulher é uma pintora naïf”. As pintoras naïf mudaram a história da aldeia, ajudaram seus maridos no sustento da família e mostraram ao mundo uma arte genuína e ligada de forma profundamente orgânica à comunidade e à vida delas próprias.

A primeira exposição acontece em 1969, no Museo de Bellas Artes do Chile. Todos os tapetes foram vendidos. As exposições se espalham, então, por outras cidades do país até que em 1972, a folclorista Violeta Parra expõe uma série

de arpilleras de sua autoria no departamento de Artes Decorativas do museu do Palácio do Louvre, em Paris, o que ajudou a divulgar a arte no mercado internacional. No ano seguinte, os tapetes chegam ao Brasil, em uma exposição na 12ª Bienal de São Paulo. Depois no Metropolitan Museum of Art, em Miami, nos Estados Unidos, e em Genebra, na Suíça, no Musée de L'Athenée.

Mais conhecida como a residência do poeta Pablo Neruda, que morou lá de 1939 até sua morte, em 1973, Isla Negra não é exatamente uma ilha, mas uma localidade da comuna de El Quisco, batizada pelo poeta. Ao comprar a casa, que ficava cercada por pedras negras que despontavam no terreno, ele a chamou de “Casa de Isla Negra” e o nome terminou se estendendo para a aldeia. Hoje é uma atração turística singular do litoral chileno, pequena e de forte personalidade. Há um projeto de preservação da memória e de divulgação da arte das arpilleras que reúne 30 bordadeiras e a desenhista Sofia Hott, financiado pelo Conselho Nacional da Cultura e das Artes, que pode ser visto no endereço: <http://www.bordadorasdeislanegra.com/>

A política e o pastor



“**S**ó contamos mesmo com a igreja, que dá um pouco de comida e roupa. Mais ninguém”, disse a manicure enquanto mostrava para o repórter o quarto inundado do bebê, prestes a nascer. “Perdi tudo, o enxoval, berço. Nem trabalhar estou conseguindo, porque meu equipamento de trabalho...”, lamenta, e aponta novamente para a água suja do Tietê que ocupava toda a casa. O comentário dela, exibido na TV depois da primeira chuva do verão de 2020 na maior e mais rica cidade do País, é uma expressão clara e didática da crise de representatividade de governos, sindicatos e partidos políticos, que neste século marcado pela expansão da inteligência de máquina, veem seus espaços sendo ocupados cada vez com mais força pela igreja. Principalmente pela igreja evangélica e perigosamente, pelas chamadas neopentecostais.

“Sou petista, sou cristã, mas muitas vezes sinto que nós nascemos de uma raiz, nós nos tornamos uma árvore frondosa sobre essa raiz. Ganhamos prefeituras, ganhamos as ruas, ganhamos o governo federal, mas a raiz a gente não identifica mais. A árvore não identifica mais a sua raiz e a sua raiz não identifica mais o topo da árvore como sendo a mesma árvore”, resumiu Cecília, profissional da saúde do trabalhador em São Paulo, no debate que se seguiu à mesa *A sociedade policromática como ela é: onde as águas se encontram*, e que tratou do tema, a partir da participação do pastor Ariovaldo Ramos.

Antes dela, Josefina Aparecida Santos, a Cida, cidadã portadora e militante de lerdort, bacharel em Ciências do Trabalho e presença constante desde as primeiras edições do Congresso, havia

levantado a questão que perturbava a todos ali: “confesso, pastor Ariovaldo, que vim pensando assim: eu vou descer o pau naquele pastor direitista! Vim com essa ideia, com esse pensamento, porque estou traumatizada. Não sou nem católica, nem evangélica; mas tenho uma religião, uma doutrina, que é o evangelho de Jesus que o senhor citou aqui. Então quando alguém fala para mim: - Vai prá cuba! Vejo a imagem de Jesus partindo o pão, dividindo. E então eu penso: perdoa, pai, que eles não sabem o que fazem”.

Armadas pelas redes sociais e apoiadas nos microfones de rádio e TV, igrejas evangélicas se consolidaram como um poder político relevante, ascendente e ligado à extrema direita na eleição que iria se definir de forma favorável a esse grupo pouco mais de um mês depois de terminado o Congresso. Essa igreja de posições e valores radicais e retrógrados, misógina, homofóbica e machista que traumatizou Cida, além de ter ajudado a eleger o atual presidente, colocou a discussão sobre o papel da religião na disputa política mais uma vez no centro do debate. É pauta de todos os jornais, alimentada pela ação política, como a do ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva. Sua primeira proposta, depois de sair da prisão que muitos consideram arbitrária, ocorrida por motivações políticas, foi estreitar as relações com os evangélicos.

Pastor Ariovaldo começa a tratar da questão reconhecendo erros. “A humanidade é um sonho não realizado. E não está realizado por causa das segregações, por causa dos racismos. É lamentável quando você percebe que a religião co-operou com isso. Que o que deveria ser uma busca comum pela transcendência, passou a ser uma disputa sobre deuses e uma guerra de deuses. Isso é lamentá-

vel sobre todos os aspectos”, disse ao se apresentar para um público na sua maioria não evangélico, provavelmente ateu e especialmente, militante; depois de informar que coordena a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito. “A gente se levantou para deixar claro que nós estamos tentando recuperar, no nosso campo é óbvio, o verdadeiro sentido da nossa fé”, explicou.

ATO POLÍTICO

A frente que Ariovaldo coordena foi criada por ele em 2016 como um ato político, juntamente com a jornalista carioca Nilza Valeria Zacarias Nascimento e Anivaldo Padilha, também evangélico, sociólogo e militante por direitos humanos entre os metodistas desde os anos de 1960. Também é pai do médico Alexandre Padilha, ex-ministro da Saúde. “Nos demos conta de que estávamos diante de um movimento golpista, com viés eminentemente ditatorial e nos organizamos primeiro para fazer frente a isso como cidadãos e segundo, para denunciar que a chamada bancada evangélica (formada no Congresso Federal) não representava a todos os evangélicos como propugnava de Norte a Sul. Que havia um grupo considerável de evangélicos que não se via representado por ela, não participava do que ela acreditava. Pelo contrário. Entendia que tudo que ela acreditava era não Cristão”, contou.

E mudou o pensamento de Cida, que já não queria mais confrontar as posições políticas do pastor, mas saber como ele lida com o mundo das drogas. Depois de explicar que mora em uma favela (leia depoimento na página 54), Cida descreve o cotidiano junto e misturado das ruas e coloca uma realidade dura, mas real, das periferias e do papel das igrejas entre os jovens.

A vitória de Jair Bolsonaro, um candidato que se diz representante da ala mais conservadora e direitista dos evangélicos, fortaleceu um movimento que já vinha crescendo nas favelas, envolvendo uma espécie de parceria macabra entre

grupos criminosos como o PCC e pequenas igrejas evangélicas neopentecostais. Naqueles dias do Congresso, na segunda quinzena de agosto de 2019, os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de Minas noticiavam a descoberta pela polícia do Rio de Janeiro, de um “Bonde de Jesus”, grupo de traficantes convertidos por uma igreja neopentecostal que estava atacando terreiros de umbanda e candomblé em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. As investigações iniciais indicavam que um dos líderes do grupo e mentor dos ataques, Álvaro Malaquias Santa Rosa, o Peixão, do Terceiro Comando Puro (TCP), se converteu e teria sido ordenado pastor. A polícia do Rio prendeu oito traficantes desse grupo, todos convertidos, que estariam ameaçando mais de 200 terreiros da Baixada.

Dois meses depois, em dezembro, a Revista Piauí noticia uma espécie bizarra de mutirão de conversão, quando em apenas um templo, 250 pessoas aceitaram Jesus entre a tarde e a noite do dia 25

de novembro, uma segunda-feira, e a manhã da terça, dia 26. O fato aconteceu em Tarauacá, cidade de apenas 42 mil moradores, a 450 km da capital do Estado do Acre, Rio Branco, vértice de uma rota de tráfico de cocaína na América do Sul que faz a ligação entre dois grandes produtores da região: Bolívia e Peru. O mutirão aconteceu como parte de uma guerra entre o Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) pelo controle da cidade, então nas mãos da gangue local Bonde dos 13 (B13), aliada do PCC. Nessa segunda-feira de novembro, o CV enviou um recado para os “soldados” da B13 de que iriam invadir a cidade e dando um ultimato: render-se e aderir ao CV, ou se arrepender de todos os pecados, aceitar Jesus e frequentar uma igreja evangélica. Como comprovação, deveriam gravar um vídeo e postar nas redes sociais. A matéria publica o relato de um professor da rede pública: “A partir das três horas foi um pânico na escola. As alunas pro-



A HUMANIDADE POLICROMÁTICA ASSIM COMO ELA É: QUANDO AS ÁGUAS SE ENCONTRAM: Roda de conversa com a youtuber drag queen Rita Von Hunty; Cleyton Abreu, coordenador da Cáritas; o cartunista Antonio Júnior, que mediu a conversa; Izabel Loureiro Maior, militante dos direitos de Pessoas com Deficiência (PCD), Amelinha Teles, militante pelos direitos humanos e o pastor Ariovaldo Ramos

curaram a coordenação dizendo que precisavam sair, que precisavam gravar um vídeo, estavam chorando. Já perto das quatro horas a direção da escola achou melhor encerrar a aula tanto à tarde quanto à noite. Outras escolas fizeram o mesmo.”

O pastor não dá uma resposta pragmática para a pergunta da Cida (leia depoimento ao lado), mas aponta um caminho que já tinha sido destacado pelo economista Marcio Pochmann na edição anterior do Congresso, em 2018, quando afirmou que atualmente no Brasil, só “a igreja e o PCC tem representatividade”, porque conseguem estar próximos das pessoas (leia na edição de 2018 da Revista do Congresso).

Ariovaldo diz que a Frente está espalhada por todo o país, reúne mais de 100 mil membros e adeptos, que fizeram a opção de estar preferencialmente nas favelas e ocupações do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST). “Por uma razão muito simples, o que nós estamos assistindo não é só o empobrecimento, é uma política de extermínio. Então a gente tem que estar lá. A bíblia diz: - Sustenta aquele que está para morrer. A gente tem que estar lá. E não é simples, não é fácil, a gente está tentando”, disse, para em seguida reclamar da ação criminosa do Estado. “A gente tem contra nós, antes e acima de tudo, o próprio Estado, esse sistema escravista, para quem esses garotos e essas garotas não significam absolutamente nada, são buchas de canhão. É para morrer mesmo”.

ENTRE A CRUZ E A CALDEIRINHA

Antes, durante a rodada de conversa sobre a diversidade proposta pela mesa, o pastor falou sobre o preconceito e os impedimentos que tem entre companheiros de fé, pela direita, e de militância política pela esquerda. “Fizemos (os companheiros da Frente) um racha no nosso campo”, disse. Por conta dessa divisão, muitos dos que aderiram e se posicionaram como evangélicos de esquerda foram sumariamente expulsos das suas igreja, segundo o pastor. “O pessoal transformou as premissas capitalistas, nazistas,

essa loucura toda, em confissão de fé. Aí não dá, né? Uma coisa é o sujeito dizer: - não penso como você. E outra é: - Por que você não pensa como eu, você vai para o inferno”, afirmou o pastor, que também teve dificuldades em se aproximar da esquerda. “A esquerda não sabe reconhecer um aliado quando vê e isso é muito complicado. Quantas e quantas vezes eu tive que chegar em alguns ícones da esquerda e dizer: - Companheiro, companheira, pelo amor de deus, sei que você não acredita em Deus, mas estamos lutando pela mesma causa. Estamos juntos”.

Mesmo assim, Ariovaldo comemora algumas vitórias, como o recuo de 12% nas intenções de voto em Bolsonaro por evangélicos nas eleições de 2018, que o Ibope credita à ação de grupos como a Frente, que é citada no relatório. Lembra também que venceram a prefeitura de Niterói, impedindo que a polícia municipal recebesse permissão para portar arma de fogo. O pastor diz que a Frente trabalhou muito, porque entenderam que havia uma paralisia na militância da esquerda e que não poderiam permitir que Bolsonaro ganhasse com 70, 60 por cento dos votos. “Ele iria solapar tudo. Então nós fomos para rua”, contou. E rua, garante ele, é a praia dos evangélicos.

No Acre, o pastor de Tarauacá que recebeu a adesão do maior número de jovens, José Geraldo Borges, da Assembleia de Deus, disse à revista Piauí que a conversão em massa foi intervenção divina, e não uma imposição do narcotráfico. “Foi por esse momento que estivemos orando”, declarou. Seguindo a mesma lógica, a maior parte dos líderes de igrejas evangélicas da Baixada Fluminense condenam os ataques comandados pelo colega, o Pastor Peixão, em Duque de Caxias. O delegado da delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), Gilbert Stivanello, explicou que os traficantes convertidos “distorcem a doutrina religiosa e agredem outras religiões, sobretudo as de matriz africana”.

“O que aconteceu com a igreja evan-

gética brasileira de modo geral é que transformou as propostas neonazistas em confissão de fé. Só Cristo não basta, então agora nosso grande trabalho é o trabalho de formação”, afirma Ariovaldo. O objetivo agora da Frente, segundo o pastor, é evitar que “as próximas eleições encontrem os evangélicos tão manipuláveis como encontrou na última. Principalmente porque os evangélicos crescem de forma assustadora, para surpresa de nós todos, que achávamos que esse excesso de escândalos iria diminuir as adesões. Isso não aconteceu. Talvez seja essa coisa da força do povo, do conjunto, a força do grupo, do movimento de massa, sei lá. Os acadêmicos é que devem saber o que é isso”, disse. ■
Leia ao lado os principais trechos da palestra do pastor. ■

PÚBLICO

O público do Congresso é composto majoritariamente por trabalhadores e representantes de entidades civis e públicas voltadas para o atendimento do trabalhador, como magistrados, procuradores e advogados trabalhistas; auditores fiscais do extinto Ministério do Trabalho, que podem ser engenheiros, médicos ou advogados; profissionais da saúde, da academia e ligados ao movimento sindical. Como Cecília. E também, em menor número, porém com forte participação, cidadãos e cidadãs como Josefina Aparecida Santos, a Cida Lerdort, como ficou conhecida por sua luta por informação a respeito da sua doença e direitos. Essa busca se transformou em militância franca, livre e espontânea, que ela justifica assim: “Sou cidadã e a gente tem que estar envolvido com todas as situações que acontecem no nosso país. Não pertencemos a nenhuma entidade, nenhum órgão, mas eu participo, sim. Para ter um aprendizado e levar para aqueles que não têm esse privilégio de poder estar aqui”. Nos debates, o público vai até o microfone e se identifica. Mantivemos aqui, a identificação conforme foi feita no evento. Por isso os nomes não são completos.



DÁ PARA MORRER

“O cara pode simplesmente dizer: - ‘não dava para fazer nada’. Dá, dá para morrer. A fé cristã é cheia de mártires por causa disso. Quando não dá para fazer nada, dá para morrer pelo que é justo. Os mártires disseram: não dá para fazer nada, vamos resistir até eles nos matarem. Se conseguirem, lógico, por que nós também temos essa devoção, de que decidimos não morrer. Nossa organização tem como objetivo reexaminar tudo isso, recuperar esse valor cristão do acolhimento, do perdão, da misericórdia, da compaixão, do arrependimento, que é um dos problemas sérios da cristianização do Brasil. Tivemos uma cristianização que não se arrepende, não pede perdão e que não perdoa e isso não está só no colo da igreja de Roma. A igreja protestante foi no mesmo caminho. E é o que estamos assistindo. A gente chamaria de ‘corrupção no mais profundo do seu sentido’, que é a corrupção da alma. A negação daquilo que jura pregar.”

A RUA É NOSSA PRAIA

“Escrevi uma carta para o (João Pedro) Stédile (fundador do Movimento Sem Terra – MST) e para o Gilberto Carvalho (ex-ministro dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff). Disse: fizemos a nossa lição de casa. Eu disse prá você que a gente ia prá rua e que a gente não ia sair da rua até começar a reverter o quadro e esse negócio de rua é com evangélico mesmo. Entendeu? A gente sai, a gente canta, a gente toca violão, a gente prega, a gente faz esquete, a gente faz teatro. Rua é nossa praia. Então nós vamos para a rua.”

NA CONFLAGRAÇÃO

“Nós entramos nas favelas e nas ocupações. Em alguns casos fomos recebidos com tiros pela polícia. Sempre faço todos os protocolos exigidos para avisar da nossa presença, o que a gente vai fazer, etc etc. E fui orientado que, uma vez cumprido o protocolo, a polícia não invadiria enquanto estivéssemos lá. Eram dois batalhões que se revezam ali, nas invasões. Bom, os dois batalhões entraram e nós ficamos cinco horas sob tiroteio. Me lembro que fui falar com a Secretaria de Segurança Pública, pedi uma audiência e levei os documentos. Botei na frente da pessoa responsável e disse: pode me explicar o que eu fiz de errado aqui? E a pessoa não soube explicar. Disse: - Bom, vocês estão numa conflagração, não é isso?”

É que a questão da droga é cada dia mais imperiosa e não é por causa da favela. Recentemente apreenderam um navio da JP Morgan que carregava US\$ 1 bilhão em cocaína. O que isso tem a ver com o garoto e com a garota lá na favela? O senador tinha o helicóptero que caiu porque estava carregado demais com cocaína (Em 24 de novembro de 2013, um domingo, numa fazenda de Afonso Cláudio, no Espírito Santo. O helicóptero pertencia a uma empresa da família do senador Zezé Perrella, do PDT). O ex-ministro, o avião saiu carregado de cocaína da fazenda dele. (Em junho de 2017, a FAB interceptou um avião com 500 quilos de cocaína que havia levantado voo da fazenda do ministro da Agricultura, Blairo Maggi). Quando é que nós vamos dizer a verdade? A cocaína é um negócio fantástico, dominado pelo capitalismo

internacional, que tem seus agentes no Brasil e não passa pelo jovem desesperado da favela. Eu estava lá debaixo de cinco horas de tiroteio, tinha uma reunião com pastores da comunidade e levamos médicos, educadores e advogados etc e aí quando começou o tiroteio, a gente acomodou as pessoas dentro da igreja. Eu e os pastores saímos para fora. E era muito interessante, os jovens passavam com armas que nem imaginava que existia. E eles olhavam para nós e o pastor dizia: - Deus te abençoe e cuide de você. E ele baixava a cabeça e dizia: - Amém pastor, ore por mim.

Eu fui vendo aquilo, vendo o olhar daquele jovem perdido! Ele sabe que vai morrer. Ele só não sabe em qual esquina. Eles passavam por nós, olhando e dizendo com os olhos: pastor, eu vou morrer. A senhora que veio da favela sabe exatamente, o quadro é muito mais intenso do que a imprensa consegue dizer, mesmo a imprensa mais enganada.”

CRISTIANISMO RACISTA

“O protestantismo veio em dois movimentos para o Brasil. O primeiro era abolicionista, representado pelos congregacionais, ingleses. Eram em pequeno número. Para ser batizado, exigiam dos convertidos que desse alforria aos seus escravos e os indenizasse. Logo depois chegaram os americanos, em maior número, separatistas. Vieram derrotados e trazendo seus escravos. Porque aqui no Brasil ainda tinha escravidão. Fizeram coro a esse cristianismo racista, que abençoava os senhores de escravo.”

AS RELIGIÕES NO BRASIL SEGUNDO O CENSO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA
POPULAÇÃO
por grupos de religião - Brasil - 2000/2010

73,7%
Católicos romanos

10,4
Evangélicos pentecostais/
neopentecostais

7,4%
Sem religião

4,1%
Evangélicos de Missão

1,8%
Outras religiosidades

1,3%
Espíritas

1%
Evangélicos não
determinados

0,3%
Umbandistas e
candomblecistas



Tudo junto e misturado

“Moro numa região que foi uma ocupação, como todas as ocupações nos ambientes periféricos. Não gosto muito dessa coisa (de dizer) ‘comunidade’. Moro numa favela, porque é favela mesmo. E depois, aprendi que favela é o nome de uma flor. E quando aprendi que essa palavra veio lá de Canudos, junto com os negros, os poucos que sobreviveram, e que chegando no Rio de Janeiro deram esse nome de favela (aos morros onde foram viver), então eu passei a amar e gosto de legitimar a minha situação enquanto favelada mesmo. O que acontece lá é que tem muitas igrejas, pastor. Pastor, em cada esquina é um salão de cabeleireiro, um boteco em uma igreja. É verdade! Aí você vira na outra rua, é o mesmo: salão de cabeleireiro, um boteco e uma igreja pentecostal, inclusive. E tem as biqueiras. Para quem não sabe, são os pontos em que se compra os tais pinos de cocaína. Nunca pesquisei isso, estou falando enquanto moradora do lugar. E aí eu vejo uma situação, porque tenho familiares que participam dessas igrejas e com todo o respeito, a doutrina eu acho maravilhosa. Só não gosto muito porque eles - lá pelo menos - vão muito no velho testamento e eu não, não bebo dessa fonte. Eles vão, alguns dos familiares, os mais velhos, são doutrina-

dos. Enquanto isso, o jovem está lá na tal biqueira. E aí eu falo para o senhor o seguinte: essa frente do senhor estuda para que essas igrejas recuperem esse jovem? Traga para aprender música, para fazer algum trabalho, desenvolver um grupo terapêutico. É isso que eu acho que é o papel da igreja. Tem só uma igreja católica na região. E eu até achei interessante, que eu fui numa missa de sétimo dia, porque a minha doutrina é aberta a todas. Então eu frequento todos: candomblé, umbanda, onde me chamar para alguma atividade, eu vou. Sou muito democrática. O padre, no sermão, invocou São Francisco de Assis, que eu adoro. Sou apaixonada por São Francisco de Assis. Ele diz assim:

- Quem disser que no nosso país não existe fome, está mentindo. E falou: - Ele não.

Achei tão maravilhoso, por que quando passo e ouço pregação da pentecostal, eu subo assim ouvindo uns absurdos sobre os progressistas. Ouço, não entro, mas eu ouço. Às vezes dou uma paradinha, que tem umas ladeiras, fingindo que estou descansando, e ouço os absurdos que eles falam. Então é isso pastor, queria saber o que está fazendo para cuidar desse rebanho tão juvenzinho.”

EM BUSCA DA REALIDADE PERDIDA



Los rehenes fuimos 9, separados en grupos de tres, nunca nos vimos. En mi trio estábamos Pepe Mujica y el Ñato Fernandez Huidobro. El coronel que nos distribuyo por todo el país, declaró: “ya que no pudimos matarlos cuando cayeron, los vamos a volver locos”. Dos tuvieron trastornos severos. Uno, Adolfo Wassem, murió en el calabozo.

MAURICIO ROSENCOF

Mauricio Rosencof, além de tupamaro e ex-presos político no Uruguai, é dramaturgo, poeta, romancista, jornalista e dirigiu a secretaria de Cultura da administração municipal de Montevideu entre 2005 e 2009. Foi ator quando jovem e escreveu sua primeira peça de teatro - *The Great Tuleque* - em 1960. É contemporâneo de Eduardo Galeano e Mario Benedetti, ícones de uma geração que propôs uma visão crítica da aura dourada que permeava a classe média uruguaia e atingida em seu auge pela

mão pesada da repressão da ditadura instalada no país nos anos 70.

Galeano dá a chave dessa geração de escritores em uma entrevista a Eric Nepomuceno, publicada em 2015 pela revista *Nossa América*, editada pelo Memorial da América Latina: “pertencemos a uma geração de escritores do Rio da Prata, que emergiu e atuou num período muito atormentado da vida do Uruguai e da Argentina, onde vivi a primeira parte do meu exílio (1972-1976). Muitos dos membros dessa geração de escritores ficaram pelo cami-

nho – assassinados ou desaparecidos, ou condenados a se calarem para poderem sobreviver, o que é uma forma de crime ou suicídio”.

A sociedade uruguaia vinha de uma pujança econômica com boa distribuição de renda, promovida pela chamada “política batllista”: espécie de ideologia fundamentada pelo grupo do partido Colorado liderado por José Batlle y Ordóñez, que ocupou a presidência entre 1903 e 1907, e depois de 1911 a 1915. O historiador Carlos Eduardo Malaguti Camacho define essa

política como “um modelo capitalista exportador, mas fortemente intervencionista, com o Estado atuando em diversos setores fundamentais da economia, para garantir principalmente que os serviços públicos essenciais acontecessem”. A escolha pelo voto secreto e direto garantiu ao país uma forte base democrática e o espírito modernizante da política batllista, legalizou o divórcio 70 anos antes do que na Espanha, e permitiu o voto feminino 14 anos antes que na França. E ainda

Galeano e as veias abertas



“Essa prosa da esquerda tradicional é chatíssima. Meu físico não aguentaria. Eu cairia desmaiado se tivesse que ler novamente o livro”, disse Eduardo Galeano ao falar para o público na Bienal do Livro de Brasília, em abril de 2014, pouco mais de um ano antes de sua morte. Este livro “de prosa chatíssima”, no entanto, foi traduzido para mais de 20 idiomas, editado em mais de 50 países e tornou-se referência no pensamento da esquerda latino-americana. O que viria depois nessa trilha, a trilogia *Memória do fogo* (*Os nascimentos, As caras e as máscaras* e *O século do vento*) –, também obteve grande êxito. Foi, e é até hoje, objeto de congressos e seminários em países europeus e nos Estados Unidos.

que a alfabetização atingisse 98% de sua população. O desmonte do modelo Batllista se iniciou na década de 1950, por uma confluência de fatores segundo Carlos Eduardo, em virtude de uma “conjuntura internacional bastante severa que provocou graves problemas econômicos no país, levando-o a uma crise sem precedentes, somado às contradições do sistema político estabelecido. Tal situação de crise econômica no país colocou em xeque o modelo de Estado de bem-estar social e a sociedade passou a vivenciar diversos conflitos, principalmente nos setores industriais e no funcionalismo público”. Para o escritor e crítico literário Alfredo Alzugarat, a morte de Francisco Paco Espínola, ícone da velha geração de escritores do país em 26 de junho de 1973, véspera do golpe, encerrou para sempre “uma etapa da história da cultura no Uruguai e foi símbolo do pior dos augúrios”. No dia seguinte, o Parlamento foi fechado e se iniciou um período de total cerceamento das liberdades públicas. Enquanto os movimentos populares reagiram com greve geral e ocupação de fábricas e escolas, a ditadura colocou a central única de trabalhadores na ilegalidade, proibiu qualquer atividade política e, nos meses seguintes entrevistou nas universidades, promovendo o que Alfredo define como uma devastação completa da educação pública e da cultura. Além da destruição, exílio ou prisão de centenas de professores e da maioria dos intelectuais do país, a ditadura “fechou o semanário *Marcha*, destruiu grande parte do arquivo da Cinemateca do Terceiro Mundo, a editora *Povos Unidos* e a cia de teatro *O Galpão* foram tornadas ilegais e parte de seus pertences foram retidos. A censura tornou-se onipresente e alcançou a todo tipo de eventos e publicações”, escreve ele em seu artigo sobre 40 anos de literatura uruguaia. Os livros de Rosencof tiveram a sua circulação proibida, assim como os escritos por Francisco Paco Espínola, Enrique Amorim, Benedetti, Galeano, Juan Carlos Onetti, Martínez Moreno, Gravina e Idea

Vilariño. Ficaram proibidas também as músicas de Zitarrosa, Viglietti e de Los Olimareños. Porém, mais do que essas proibições explícitas, o que provocaria maior influência na literatura produzida a partir desse momento foi a indefinição

O guru de todos



Juan Carlo Onetti (1909-1994), romancista e contista uruguaio, é considerado um dos maiores criadores de ficção em espanhol do século XX. Filho de Carlos Onetti, descendente de imigrantes irlandeses e Honoria Borges, de família aristocrata luso-brasileira do Rio Grande do Sul, não chegou a completar o ensino secundário. Aos 14 anos fugiu de casa, tornou-se jogador de futebol; foi garçom, contrabandista, escreveu livros policiais para sobreviver e durante a Segunda Guerra, morou na Europa, trabalhando como jornalista. Na literatura, apresenta uma estrutura original e inovadora, que lhe rendeu o *Prêmio Cervantes* de literatura em 1980 e, como editor do semanário *Marcha*, influenciou uma geração inteira de escritores em seu país. A jornalista Ana Maria Ciccacio escreve, em artigo sobre escritores uruguaios publicado na revista *Nossa América*, que Onetti foi mentor da “geração 45”, e depois consagrado como “padrinho oculto e inquietante da literatura latino-americana do século 20”.

das regras sobre o que seria ou não subversivo na visão dos golpistas, uma indefinição que impôs o medo a todos. A ditadura iria ocupar o vazio cultural com uma história – dita oficial – e linguagem próprias. Segundo Alfredo, nessa época “Falou-se em ‘empurrar o Uruguai’, abusou-se de palavras como ‘conclave’ e ‘cronograma’ e se promoveu uma campanha xenofóbica contra a língua portuguesa que ultrapassava a fronteira territorial de forma contínua.” Mesmo antes do golpe a crítica e o coloquialismo já fazia parte da literatura dessa geração, chamada por parte da crítica de “geração 45” ou “geração do Marcha”, como uma forma de se contrapor à “imagem acrítica, feliz e bonachona” da sociedade uruguaia contida nas obras da literatura tradicional do país. Benedetti, por exemplo, buscava representar os aspectos mais negativos do comportamento da classe média e ao contrário do que pregam os cânones do realismo clássico, narra em primeira pessoa, com linguagem simples e clara. Segundo Irineu Pacheco Paes Barreto, diplomata e historiador brasileiro, Benedetti e seu grupo formaram uma “corrente de escritores realistas que não se aprofundaram na análise das causas sociais dos acontecimentos observados, interessando-se pelo reflexo dos mesmos na consciência dos personagens literários e suas consequências na atitude

de, na vida familiar e amorosa e no ambiente cultural do homem do século XX”. **LITERATURA DE TESTEMUNHO** O golpe vai fazer uma dura intervenção nesse processo, que começava a criar um tipo único de realismo. Galeano, por exemplo, abandona a ficção e adota o relato de testemunho depois de obrigado a exilar-se, iniciando com *Días y noches de amor y de guerra* (1978), em que conta fatos de seu exílio na capital argentina, “entrelaçando o privado e o público, cotidiano e transcendental, o seu e o de muitos, através de uma memória globalizadora e ao mesmo tempo, subjetiva e seletiva”, conforme escreve Alfredo. Pouco antes, em 1971, havia publicado o ensaio *Veias Abertas da América Latina*, obra que o colocou entre os maiores escritores do mundo e que ele iria criticar depois (leia Box). A partir disso o escritor concentra-se em reconstruir a história da América Latina na trilogia *Memórias do fogo*, que, novamente, seria aclamada como referência essencial. “Uma tentativa de recuperar a unidade perdida. É como se eu recolhesse os pedacinhos para juntá-los e fizesse alguma coisa com eles. Creio que a cultura dominante nos quebra em pedacinhos o tempo todo, e quebra também nossa memória e nossa visão da realidade”, explica o escritor na entrevista que

deu a Nepomuceno. Alfredo conta que houve farta produção de obras que ele define como “narrativa de imaginación”, uma reação à desinformação dominante, ao medo e ao discurso oficial que deturpava a realidade e impunha outra, difícil de acreditar. Entre os autores que ele relaciona a esse estilo estão os “outsiders” Felisberto Hernández, LS Garini e Armonía Sommers, pseudônimo de Armonía Liropeya Etchepare Locino (1914 –1994), feminista, pedagoga, novelista e contista uruguaia, autora da emblemática *A Mulher Desnuda*, ícone da literatura erótica feminina. Mais “alguns (da geração de) 45 que mereciam integrar a antologia *Cem Anos de Raro* (de Angel Rama, publicada em 1966), alguns dos de 60 e outros não classificáveis”, além de Héctor Galmés (1933 - 1986), que ele aponta como ícone dessa fase, destacando as obras *Necrocósmos* (1971), *Las calandrias griegas* (1977), *La noche del día menos pensado* (1981) e *Final de borrador* (1985). Há ainda Miguel Ángel Campodónico (1937), Teresa Porzecanski (1945), Tarik Carson (1946), Mario Levrero (1940 - 2004), Mercedes Rein (1931) e José Pedro Díaz (1920 - 2006). Todos criaram uma literatura de mundos fictícios e improváveis, povoados por seres oprimidos, governados por loucos e com uma vida que mais parece um pesadelo, labiríntica

O Marcha

Fundado pelo uruguaio Carlos Quijano em 1939, *Marcha* foi um semanário político e cultural do Uruguai que reuniu o melhor da geração. De linha independente, teve como colaboradores, entre outros, Julio Castro, Sarandy Cabrera, Arturo Ardao, Alfredo Mario Ferreiro, Hugo Alfaro, Homer Alsina Thivenet, Carlos Martínez Moreno, Manuel Flores Mora, Carlos Real de Azúa, Mario Benedetti, Pablo Mañé Garzón, Álvaro Castillo, Eduardo Galeano, Adolfo Gilly, Ángel Rama

, Alfredo Zitarrosa, Rubén Enrique Romano, Maria Esther Gilio, Gerardo Fernández, Salvador Puig e Guillermo Chifflet. Sob sua marca foram publicados ainda os *Cuadernos de Marcha* (1967 a 1974 em Montevideo), edição mensal que traz monografias com discussões mais aprofundadas. Foi fechado pela ditadura em fevereiro de 1974, depois de publicar o conto *El guardaespaldas*, vencedor do concurso anual promovido pelo semanário, sobre a execução de um conhecido torturador por um



e delirante.

A necessidade de dar notícia dos fatos terríveis promovidos pelos golpistas também influenciou na literatura uruguaia desse período, e Rosencof é um exemplo dos mais notáveis desse grupo, onde estreia com *Memórias del Calaboço*, que escreve em parceria com Eleuterio Fernández Huidobro, o Ñato, logo depois de sair da prisão. Nessa linha Alfredo cita como principal representante Anderssen Banchero (1925 - 1987), autor das novelas *Triste de la calle cortada*, 1975; *Las orillas del mundo*, 1980, e dos contos *Ojos en la noche*, *Cartas a Nélida* e *Aquí yace insepulto*, que denunciavam repressão, exílio político, tortura e desaparecimentos. E uma longa lista de autores contemporâneos que deram os seus primeiros passos em meio ao clima de horror imposto pelo governo, como Hugo Burel, Hugo Fontana, Mario Delgado Aparain, Rolando Faget e Eduardo Milán, entre muitos outros.

O cárcere, segundo Alfredo, teria sido o berço literário de uma outra lista de autores uruguaios, como Carlos Liscano, Hugo Bervejillo, Richard Piñeiro, Ana Luisa Valdés, Carlos Caillabet, Elbio Ferrario, Sergio Altesor, Roberto Meyer, José Fonseca, Omar Mir, Domingo Trujillo, Ivonne Trías e muitos outros. Para Rosencof, o crítico acredita



Mario Benedetti

que tenha sido um espaço de desenvolvimento, o que também vale para Hiber Conteris e Miguel Ángel Olivera, “seja pelo que poderiam escrever nessa situação, ou pela experiência acumulada que se verteria depois, já em liberdade”.

Rosencof dedica-se a praticamente todos os gêneros literários, tendo publicado obras de dramaturgia, para teatro adulto e infantil, poemas, artigos, testemunhos e histórias infantis. Alguns de seus trabalhos foram traduzidos para holandês, alemão, turco e francês, além de serem publicados na Espanha e na Argentina. Desde 1960, foram realizadas 25 estreias de suas obras no Uruguai, Argentina, Suécia, Finlândia, Espanha, México, Alemanha, Noruega e Cuba, entre outras. Muitas dessas histórias ele “escreveu” mentalmente nos calabouços, como conta na entrevista publicada na abertura desta revista, algumas ele conseguiu registrar e preservar por meios engenhosos e outras, guardou na memória, para escrevê-las depois. O que faz alguns críticos classificarem sua literatura como *ficciones de encierro* e outros, no universo dos memorialistas. Para os leitores, no entanto, a literatura, sua e da geração a que pertence, é a expressão de resistência, poética e amorosa, ao que há de pior nas sociedades humanas. ■

grupo guerrilheiro. No dia seguinte, conforme relato de Alfredo Alzugarat, o diretor Carlos Quijano, o secretário, Hugo Alfaro e o autor do conto, Nelson Marra, além dos jurados do concurso – Mercedes Rein, Juan Carlos Onetti – foram presos. O semanário reabriria pouco depois, mas apenas até o final de novembro do mesmo ano, quando fecha definitivamente. Nelson Marra, acusado de “vilipêndio” ficou preso por quatro anos e Onetti, depois de um tempo internado em um manicômio como

louco, emigrou para a Espanha, onde faleceu em 1994. A Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade da República do Uruguai mantém a coleção completa do semanário no Anáfora, um arquivo aberto ao público que reúne versões digitalizadas de escritos, imagens e materiais do passado do país. **Para ver a coleção completa**, acesse <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/914>. **E para abrir o Anáfora**, <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/>



IGUAIS NA DIVERSIDADE

Os movimentos sociais estiveram presentes no Congresso na mesa sobre diversidade, uma roda de conversa sobre os erros acertos da militância

Instigados pelo jornalista Antônio Junião, ilustrador da Ponte Jornalismo e ele mesmo, militante do movimento negro, os participantes da roda de conversa A humanidade policromática assim como ela é: quando as águas se encontram trocaram experiências sobre a necessidade – e a dificuldade – de unir a militância social e política na luta contra os retrocessos. “Essa frase, ‘quando as águas se encontram’, eu não sei o que acontece, porque não lembro de ter acontecido”, disse Cleyton Abreu, coordenador do Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo, uma entidade que é referência mundial no acolhimento a refugiados, depois de agradecer o convite

para um encontro com pessoas de movimentos tão diversos. “Essa oportunidade é muito rara para mim”, afirmou.

Junião pediu a cada um que contasse uma experiência ruim e outra boa. O desmonte de estruturas de apoio que foram construídas nas últimas décadas e o ataque direto a seus grupos, foi citado por todos eles, assim como a necessidade – e a dificuldade extrema – de união para enfrentar a situação atual. “Nós não vamos soltar as mãos de ninguém. Vou terminar minha fala lembrando da Conceição Evaristo: ‘Se eles combinaram de nos matar, nós combinamos de não morrer’. E vamos sobreviver. Minha luta é pela sobrevivência”, garantiu a militante da Anistia, Amelinha Teles, presa por sua militância

contra a ditadura militar. “As ditaduras que estão vindo estão piores”, disse, sobre a onda de fechamento de conselhos, revisão de normas e decisões autoritárias do atual governo.

“Cada um de nós deve ter chorado, se não chorou para fora, chorou para dentro quando viu que não haveria união das esquerdas”, lamentou a médica e cadeirante Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, referência na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, que em seguida aponta uma das razões. “A nossa fragilidade como movimento social está nessa divisão. Por que nós nos subespecializamos – você já falou sobre essa questão, Rita –, mas, ao mesmo tempo, nós também somos muito críticos. Bas-

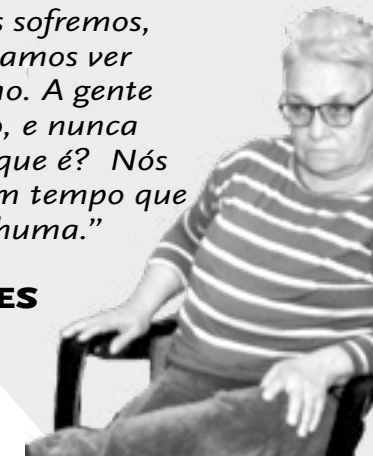


O Ministério da Justiça e da Segurança Pública decidiu emitir a portaria 666 que define a deportação sumária em caso da pessoa ser perigosa. Ver certos termos em um documento que tem força de lei, nos remete a um estado de exceção. O que seria uma pessoa perigosa?

CLEYTON ABREU

“O tempo todo nós sofremos, porque nunca chegamos ver o tal do SUS mesmo. A gente sempre passa perto, e nunca vê. A agora, o que que é? Nós estamos vivendo um tempo que não tem regra nenhuma.”

AMELINHA TELES





ANTÔNIO JUNIÃO é ilustrador experiente, hoje trabalhando na *Ponte Jornalismo*, e autor da charge que ilustra a capa dessa revista

ta errar uma nomenclatura...Se alguém me chama aqui de pessoa portadora de deficiência vou ficar toda espinhosa. Tem horas que a gente tem que deixar isso de lado”, disse.

A Rita a que Izabel se refere é a drag queen Rita Von Hunty, apresentadora de um canal no Youtube, o *Tempero Drag*, de discussão e formação política. Também convidada para a roda, Rita explicou que estar ali, no salão da “faculdade talvez mais tradicional do país”, já era em si, um ato de resistência e de revolução. “Uma das nossas pautas mais trabalhadas dentro dos movimentos identitários e de resistência às esquerdas é ocupar e resistir”. Ocupar principalmente locais onde a sua presença perturba. “Por que nós estamos sendo agentes de transformação ali”, explica. Ela havia antes, comparado a dificuldade da militância de sair do que Cleyton havia chamado de “tarefa” e olhar em volta, à imagem do cachorro mordendo o próprio rabo. “Existe alguma coisa”, dizia, “que faz com que a pauta identitária esteja sempre debruça-

da sobre si”.

Rita aponta o domínio do Youtube, – uma plataforma recente e em tese, democrática – pela direita e extrema direita no Brasil e a falta de reação da esquerda a esse movimento: “E onde nós estávamos? Se o Lênin estivesse vivo, ele estaria no Youtube. Quem sabe do que estou falando, sabe do que estou falando. O Marx e o Engels tiveram papel panfletário com a classe trabalhadora na Inglaterra. *Formação da Classe Trabalhadora da Inglaterra*, o livro, foi feito com visita de campo, com trabalho de panfletagem. E onde nós estávamos?”, pergunta.

A roda contou ainda com um pastor, Ariovaldo Ramos, um dos fundadores da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, que encerraria as discussões no centro de um debate a respeito da ação das igrejas nas favelas (leia na página 50), ocorrido logo após as apresentações. ➡



IZABEL MAIOR

“Essa história de dizer: direitos humanos só aparece quando é bandido. Gente, como eu tenho implicância com isso! Direitos Humanos não é coisa de bandido, é coisa de cidadão. Essa é a máxima que temos de levar.”

RITA VON HUNTY em Drag Me as a Queen



“Apresento um programa na TV a cabo, o *Drag Me as a Queen*. Estamos indo para a terceira temporada, começou há 3 anos. É feito com a Lei de Incentivo à Cultura da Ancine, um programa de captação de verba por meio de abatimento de impostos. A direção é feita por uma mulher negra e trabalha vivências, performances de gênero, violência e traumas. É o primeiro da América Latina a ser apresentado por drag queens e foi o primeiro do grupo NBC, feito no Brasil, a ser exportado. Passa do México à Patagônia. A gente recebe diariamente mensagens de mulheres que ao se sentirem ou verem tocadas pelo programa, começam a pensar sobre questões, a exercitar tipos de vivências, posturas etc. O programa não vai mais acontecer, porque a gente está vivendo censura a uma série de conteúdos LGBT pelo governo. Recentemente ficamos sabendo de vetos baseados no critério que é conter as palavras LGBT, gênero, sexualidade.”

Nota da redação: A terceira temporada do programa estava sendo gravada até março de 2020, quando foi suspenso por conta da pandemia. A previsão é de volta quando os contágios estiverem controlados.

CARTA DE SÃO PAULO



Profissionais de diversas áreas do conhecimento, com grande profundidade nos estudos sobre o mundo do trabalho, reunidos no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP, nos dias 26 a 30 de agosto de 2019, no 6º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde:

EXTERNAM sua contrariedade com a política institucional voltada às relações de trabalho no Brasil, pautada por nítida prevalência dos interesses puramente econômicos, em detrimento da eficácia de todas as regras jurídicas e científicas criadas ao longo de anos para a proteção da vida e da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

REPUDIAM a extinção do Ministério do Trabalho e o ataque à Inspeção do Trabalho por meio da revisão de Normas Regulamentadoras para aumentar o lucro de grandes empresas e também pela limitação da atuação da auditoria-fiscal, conforme preconizado pela MP 881, recém-aprovada no Congresso Nacional.

DENUNCIAM os efeitos nefastos, para a classe trabalhadora, da reforma trabalhista: diminuição de salários; fragilização dos sindicatos; aumento da informalidade e das formas precárias de contratação, dentre elas a terceirização; maior número de acidentes do trabalho e do sofrimento e da violência no ambiente de trabalho, dentre outros, cabendo perceber que a MP 881 acabou por aprofundar o estágio de precarização com a ampliação do permissivo do trabalho aos domingos e feriados, com a criação da marcação de ponto por exceção e com

o permissivo de se eliminar o cartão de ponto para cerca de 90% dos empregadores brasileiros.

ADVERTEM para as ilusões que difundem para trabalhadores e trabalhadoras acerca do trabalho prestado por intermédio das plataformas digitais, que, mascarando relações de emprego e responsabilidades empresariais, deixam no mundo do trabalho o rastro de jornadas extenuantes, adoecimentos; acidentados e um elevadíssimo custo social.

REJEITAM, firmemente, a proposta de reforma da previdência em curso que somente servirá para favorecer o projeto de privatização da Previdência Social, praticamente eliminando as possibilidades de acesso dos segurados à aposentadoria e, com isso, quebrando os alicerces constitucionais da Seguridade Social, que são a solidariedade e o compromisso intergeracional.

RECUSAM a proposta de um SUS para pobres, que rompe com os preceitos da universalidade, integralidade e participação da comunidade e sequestra seus recursos para o ávido mercado privado.

ACUSAM o avanço do movimento de intolerância e de ódio, contrário à diversidade e às essenciais e urgentes políticas de Estado no sentido da reparação das vítimas e da punição aos agentes do racismo, da misoginia, da LGBTfobia e do xenofobismo.

SAÚDAM a policromia da humanidade e **CONCLAMAM** o encontro das águas na luta pelos direitos à vida digna e à diversidade.

RECONHECEM a gravidade da situação em que a exacerbação dos interesses econômicos internacionais põe em risco não apenas os Direitos Sociais e Humanos como também a própria Democracia e o regular funcionamento das instituições essenciais ao Estado de Direito, violando inclusive pactos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

MAFIFESTAM sua absoluta desaprovção à forma e ao método de exploração de nossas riquezas naturais pelos grandes trustes e grupos nacionais e transnacionais, que não só dilapidam em um crescendo exponencial esses bens insubstituíveis, como geram toda sorte de agressões ao meio ambiente, “acidentes” frequentes que dizimam vidas e aniquilam o bem estar social de populações, seus costumes, suas tradições, seus modos de bem viver

EXPLICITAM que, na linha da mensagem deixada por Maurício Rosencof, na entrevista prestada ao jornalista Juca Kfourri, a vida começa a cada novo dia e que se existem forças puxando para o retrocesso, muitas, maiores e mais conscientes, são as que insistem em resistir e avançar, como se verificou em todas as manifestações proferidas neste Congresso.

A defesa do pacto da solidariedade social e a busca da eficácia concreta dos Direitos Humanos, Sociais e Fundamentais, em prol de uma sociedade igualitária e digna da condição humana, são os nossos compromissos.

São Paulo, 30 de agosto de 2019

ORGANIZAÇÃO

Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais (ABRAS)
Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT)
Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Faculdade de Direito da USP

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carla Bracchi Silveira
Maximiliano Nagl Garcez
Jorge Luiz Souto Maior
Elenildo Queiroz Santos
Daniele Correia
Eduardo Bonfim da Silva

PRODUÇÃO EXECUTIVA

INSTITUTO MACUCO
Tiago Bernardes
Elci Pimenta
SECRETARIA
Bianca Alcântara
TÉCNICO DE AUDIO E VÍDEO
Janderson Oliveira
COORDENAÇÃO OPERACIONAL
Luciano Giatti
RECEPÇÃO
Camila Colombo Lopes dos Santos,
Mayara de Azevedo Silva,
Mônica Vaz de Carvalho dos Santos
SERVIÇO DE CAFÉ
Roberta de Azevedo Silva e Luciano Giatti

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Lilian Primi
VÍDEO
Milton Monticelli

REVISTA DO CONGRESSO

PROJETO EDITORIAL, REDAÇÃO E EDIÇÃO
Lilian Primi
CONSULTORIA CIENTÍFICA
Maria Maeno
PROJETO GRÁFICO
Simone Riqueira
ARTE DA CAPA
Antonio Junião
(originalmente publicada na Ponte Jornalismo (<https://ponte.org/>))

APOIO

Ministério Público do Trabalho (MPT), Asociación Latinoamericana de Abogados Laboralistas (Alal), Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet), Comissão de Direitos Sociais da OAB-RJ, Fórum Acidentes do Trabalho (Forumat - www.forumat.net.br), Programa Trabalho Seguro - Tribunal Superior do Trabalho, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Pastoral Operária Nacional, Le Monde Diplomatique Brasil (<https://diplomatique.org.br>) TVT- Rádio Brasil Atual (www.tvt.org.br; www.redebrasilatual.com.br), Rádio Unicamp (bit.do/radiounicamp)

PALESTRANTES, DEBATEDORES E COORDENADORES DE MESA

Alberto Federico Ovejero
Alexandre Padilha
Amelinha Teles
Antonio Junião
Carla Bracchi Silveira
Carlos Juliano Barros
Cleyton Abreu
Cristiane Queiroz Barbeiro Lima
Delaíde Alves Miranda Arantes
Eduardo Bonfim
Eduardo Moreira
Eliana Pintor

Francisco Antonio de Castro Lacaz
Gastão Wagner de Sousa Campos
Geraldo Emediato de Souza
Gilberto Almazan
Glauco Faria
Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior
João Fellet
Jorge Luiz Souto Maior
Juca Kfourir
Ligia Bahia
Luci Praun
Magda Biavaschi
Marcelo Chalreo

Mario Gomes
Maurício Rosencof
Maximiliano Nagl Garcez
Mirian Pedrollo Silvestre
Pastor Ariovaldo Ramos
Paulo Kliass
Pollyanna Regina Pinto
Ricardo Antunes
Rita Von Huntz
Rodrigo Carelli
Silvio Caccia Bava
Tchenna Maso





6º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde: acidentes, adoecimentos e sofrimentos

LOCAL: Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP - São Paulo/ SP - **AGOSTO, 2019**

DIA 26

15h – Abertura

16h30 – A defesa de nossas vidas exige um outro mundo e outros valores

Entrevista com *Maurício Rosencof* – Poeta, escritor e jornalista uruguaio. Entrevistador – *Juca Kfoury* – Sociólogo e jornalista, responsável pelo programa semanal EntreVistas

18h30 – 21h – Mundo do Trabalho e caminhos de luta pelo Direito: existem?

Alberto Federico Ovejero – Advogado ativista da Liga Argentina pelos Direitos Humanos
Carla Bracchi Silveira – Vice-presidente da Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais
Jorge Luiz Souto Maior – Desembargador da Justiça do Trabalho, professor do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social
Coordenadora e mediadora: *Magda Biavaschi* – Desembargadora da Justiça do Trabalho aposentada e pesquisadora do CESIT - UNICAMP

DIA 27

8h30 – Seguridade Social e Saúde: saúde é direito e todos e dever do Estado. Interesses conflitantes

Ligia Bahia – Professora da Faculdade de Medicina e do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Alexandre Padilha – médico, ex-Ministro da Saúde
Gastão Wagner de Sousa Campos – Professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp
Coordenador: *Silvio Caccia Bava* – Editor do periódico Le Monde Diplomatique no Brasil

13h30 - Seguridade Social e Previdência Social: a reforma do governo não combate privilégios e sacrifica quase 100% da população brasileira

Eduardo Moreira – Engenheiro, um dos fundadores da empresa Brasil Plural, criador da Genial Investimentos

Paulo Kliass – Administrador público pela Fundação Getúlio Vargas/ SP, mestrado pela Faculdade de Economia da USP e doutor em Economia pela Sciences Économiques – Université de Paris 10.
Mediador *Glauco Faria* – Jornalista, âncora do Jornal Brasil Atual

DIA 28

9 horas – Crimes ampliados: Samarco, Vale e cidade de Barcarena, expressões dramáticas recentes da ganância do capital e da falácia da gestão como solução

Geraldo Emediato de Souza – Procurador da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, coordenador do grupo especial de atuação finalística do Ministério Público do Trabalho, que cuida do caso Vale Brumadinho.

Tchenna Maso – Advogada, coordenadora do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB).
Maximiliano Nagl Garcez – Advogado de sindicatos de mineiros e de movimentos populares e presidente da Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais.

Marcelo Chalreo – Presidente da Comissão de Direitos Sociais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Coordenadora e mediadora: *Cristiane Queiroz Barbeiro Lima* – Química, ergonomista, pesquisadora aposentada da Fundacentro

13h30 – RODA DE CONVERSA – Uberização no mundo do trabalho para todos: repercussões na vida das pessoas

Carlos Juliano Barros – Diretor de Cinema, Prêmio Vladimir Herzog pelo documentário Carne e Osso, produtor, roteirista e um dos diretores do documentário GIG – Uberização do Trabalho
Luci Praun – Professora na Universidade Federal do Acre. Pesquisadora do grupo de pesquisa Mundo do Trabalho, da Unicamp
Ricardo Antunes – Sociólogo, professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Rodrigo Carelli – Procurador do Trabalho e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mediação: *João Fellet* – Jornalista, repórter da BBC News Brasil

DIA 29

9 horas – Saúde do Trabalhador: expressão do conflito capital versus trabalho

Francisco Antonio de Castro Lacaz – Professor Titular (aposentado), da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo e membro do conselho científico do Diesat

Gilberto Almazan – Secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região e direção política do Diesat

Mirian Pedrollo Silvestre – Médica do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Campinas
Mediador *Eduardo Borfim* – Especialista em saúde do trabalhador e coordenador técnico do Diesat

13h30 – A humanidade policromática assim como ela é: quando as águas se encontram
Amelinha Teles – Ativista feminista e de direitos humanos

Cleyton Abreu – Coordenador do Centro de Referência para Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo

Rita Von Hunty – Youtuber drag queen criada por Guilherme Terreri Pereira, ator, professor e pesquisador
Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior – Professora aposentada da UFRJ, militante dos direitos de Pessoas com Deficiência (PCD)

Pastor Ariovaldo Ramos – Um dos fundadores e coordenador da Frente Evangélica pelo Estado de Direito
Mediador *Antonio Junião* – Jornalista e cartunista da Ponte Jornalismo

DIA 30

9 horas – Acidentes, doenças e sofrimento no trabalho: visibilidade social. Programa Trabalho Seguro e experiências de Campinas e São Bernardo do Campo

Delaíde Alves Miranda Arantes – Ministra do Tribunal Superior do Trabalho e coordenadora do Programa Trabalho Seguro.

Mario Gomes – Procurador da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
Eliana Pintor – Psicóloga, mestre em Psicologia da Saúde, ex-coordenadora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de São Bernardo do Campo e Interlocutora de Saúde do Trabalhador no ABC paulista pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Coordenadora: *Pollyanna Regina Pinto* – fisioterapeuta do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Campinas.

13h - Encerramento - Leitura da Carta do Congresso 2019